



Subsecretaria de Análise
S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 002

SÁBADO, 4 DE MARÇO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3^a SESSÃO, EM 3 DE MARÇO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

— Nº 4/78, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah e outros Srs. Senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Senador Danton Jobim. **Aprovado.**

1.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

— Relatório correspondente ao mês de dezembro de 1977.

3 — RELATÓRIO DAS COMISSÕES PERMANENTES

— Correspondente ao mês de dezembro de 1977.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3^a SESSÃO, EM 3 DE MARÇO DE 1978

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Pe trônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domicílio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Italívio Coelho — Mendes Canale — Salda-

nha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lida e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 4, DE 1978

Em face do inesperado desaparecimento do eminentíssimo Senador Danton Pinheiro Jobim, requeremos:

1º — Inserção em ata de um voto de profundo pesar;

2º — Nomeação de uma Comissão para representar o Senado Federal nas exequias que serão celebradas por motivo desse falecimento;

3º — Designação de uma sessão especial para reverenciar a memória do ilustre representante;

4º — Que se dê conhecimento dessas homenagens à família do nobre Senador, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e à Associação Brasileira de Imprensa, da qual fora seu digno Presidente;

5º — Levantamento da sessão.

Sala das Sessões, em 1º de março de 1978. — **Benjamim Farah** — Nelson Carneiro — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Franco Montoro — Adalberto Sena — Mauro Benvides — Magalhães Pinto — José Lindoso — Eurico Rezende — Louival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Com referência ao item 2 do requerimento que acaba de ser lido, a Presidência esclarece que o Senado Federal se fez representar nos funerais do Sr. Senador Danton Jobim pelos Senadores Amaral Peixoto, na qualidade de Membro da Mesa, Benjamim Farah, Vasconcelos Torres e Nelson Carneiro.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário, relativamente às homenagens a serem prestadas à memória do Senador Danton Jobim.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Antes de levantar a sessão, a Presidência comunica ao Plenário que já convocou o Dr. Hugo Ramos Filho, suplente do Senador Danton Jobim, para assumir o mandato de Senador como representante do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1977 (nº 2.497-C/76, na Casa de origem), que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 831, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com as emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CCJ.

— 2 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1976, do Senhor Senador Leite Chaves, que veda alterações nas partes externas dos modelos de veículos automotores antes de decorridos 5 anos de seu lançamento no mercado consumidor do País, tendo

PARECERES, sob nºs 817 e 818, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito, favorável; e
— de Economia, contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está levantada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 38 minutos.)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

NÚMERO E EMENTA	COMPOSIÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº 20, de 1977, que altera a redação do caput do art. 133 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo à esse dispositivo constitucional.	Pres.: Sen. Nelson Carneiro V. Pres.: Sen. Saldanha D. R. Rel. Dep. Theotonio Lariosa		Instalada em 2-1-77
MENSAGE nº 112, de 1977-CN , do Sr. Presidente da República, submetendo a consideração do CM o texto do Decreto-lei nº 1551, de 3-11-1977, que exclui a aplicação do artigo 11 do Decreto-lei nº 37, de 18-11-1966, aos casos que especifica, extingue créditos tributários e dá outras providências.	Pres.: Dep. Jorge Moreira V. Pres.: Dep. Joacyr Balbá Rel. Sen. Virgílio Távora	16-3-1978	Instalada em 2-12-1977
MENSAGE nº 113, de 1977-CN , do Sr. Presidente da República, submetendo a consideração do CM o texto do Decreto-lei nº 1552, de 17-11-1977, que altera o Decreto-lei nº 1436, de 26-12-1975, que dispõe sobre o imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e cargas (ISTR).	Pres.: Sen. Ewaldo Vieira V. Pres. Sen. Júlio Santos Rel. Dep. Pascoal Porto	19-3-1-78	Instalada em 3-12-1977
MENSAGE nº 114, de 1977-CN , do Sr. Presidente da República, submetendo à deliberação do CM o texto do Decreto-lei nº 1553, de 18-11-1977, que dispõe sobre a incidência do Imposto Único sobre Imóveis e Construtivos e Consumíveis Líquidos e Gasosos no Álcool etílico, para fins carburantes.	Pres. Dep. Samuel Rodrigues V. Pres. Dep. Nunes Rocha Rel. Sen. Leitor Dias	19-3-1978	Instalada em 3-12-1977

SÍNTESSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Comissões Instaladas	4
Reuniões Realizadas	4
Avisos encaminhados aos Srs. Membros das Comissões.....	66
Membros das Comissões.....	68
Atas Publicadas	4

Brasília, 5 de dezembro de 1977

Hélio de Souza Bastos
Hélio de Souza Bastos
Chefe das Comissões Mistas, Especiais
e de Inquérito

**RELATÓRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES
CORRESPONDENTES AO MÊS DE DEZEMBRO
DE 1977**

COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR AGÉNOR MARIA

ASSISTENTE: CLAUDIO CARLOS PODIUMTSEVSKA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185/76 - Acrescenta § 5º, ao art. 65, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1.964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.	12/05/77	Senador Itálvio Coelho	13/05/77	Contraário	Aprovado em 02/12/77	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163/77 - Acrescenta parágrafo ao artigo 2º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1.967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca.	26/10/77	Senador Evelásio Vieira	27/10/77	Favorável	Aprovado em 02/12/77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO Nº 222, de 1.977 - Do Senhor Presidente da República, solicitando ao Senado Federal, para que seja autorizada alienação de terras públicas no Território Federal de São Félix, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	02/12/77	Senador Benedito Fernandes	02/12/77	Favorável ao Projeto de Resolução da CLS.	Aprovado em 02/12/77	
PROJETO Nº 226/77 - Do Senhor Vice-presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal, para que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal de Fernando de Noronha, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	02/12/77	Senador Adalberto Gama	02/12/77	Favorável ao Projeto de Resolução da CLS.	Aprovado, em 02/12/77	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, de 1.977 - Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de cimentos, e mudanças e dá outras providências.	03/12/77	Senador Octávio Becker	03/12/77	Favorável		Parecer oral em Plenário, na sessão das 12/12 horas, de 04/12/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143/77 - Este projeto trata sobre recursos municipais em benefício do crédito rural, institucionalizado pela Lei nº 6.823, de 05 de novembro de 1965, e dá outras providências.	03/12/77					

SÍNTSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões extraordinárias	01
Projetos relatados	05
Projetos distribuídos	05
Projetos em diligência	01
Ofícios recebidos	03
Ofícios expedidos	04

Brasília, em 05 de dezembro de 1977

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR DINARTE MARIZ

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 1977 Dispõe sobre recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, e dá outras providências.		SENADOR BRAGA JUNIOR	04.12.77	Favorável.		Parecer-crédito em Plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR DANIEL KRIEGER

ASSISTENTE: MARIA HELENA BUENO BRANDÃO

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS AO CRÉDITO "S" Nº 26/77 do Sr. Governador do Estado do Amazonas, solicitando ao Senado Federal, para que possa contratar operação de crédito externo no valor de 15 milhões de dólares, destinada à pavimentação da Rodovia AM-010 (Manaus-Itacoatiara).	01.12.77	SENADOR HEITOR DIAS.	01.12.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (01.12.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO FINANÇAS AO CRÉDITO "S" Nº 29/77 do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando ao Senado Federal autorização para que possa contratar operação de crédito externo no valor de vinte milhões de dólares, destinado ao Programa de Desenvolvimento Rodoviário do Estado.	01.12.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	01.12.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (01.12.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO LEGISLATIVA SO CITE A MENSAGEM Nº 226/77 do Sr. Presidente da República, solicitando ao Senado Federal que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal do Amapá através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	02.12.77	SENADOR HELVÍDIO NUNES.	02.12.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (02.12.77)	
PROJETO RESOLUÇÃO DA COMISSÃO LEGISLATIVA SO CITE A MENSAGEM Nº 322/77 do Sr. Presidente da República, solicitando ao Senado Federal que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal do Amapá através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	02.12.77	SENADOR HEITOR DIAS.	02.12.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (02.12.77)	
PROJETO LEI CÂMARA Nº 126/77: Autoriza o Poder Executivo a abrir a Encarregada da União - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - crédito especial até o limite de Cr\$ 74.935.000,00 para o fim que específica. Autor: Poder executivo.	02.12.77	SENADOR OTTO LEHMANN.	02.12.77	Constitucional e jurídico.	APROVADO. (02.12.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 298/77: Matais dispositivo da Lei nº 6.024, de 13 de outubro de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extra judicial de instituições financeiras e dá outras providências. Autor: Senador Italívio Coelho	01.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 299/77: Dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) Autor: Senador Lázaro Barreiros	01.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 18/77 Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Autor: Senador Otto Lehmann.	01.12.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 145/77: (SUBSTITUTIVO DA CLS) Acréscima parágrafo único ao art. 488 da CLT, dispondo sobre o horário no período do aviso prévio e dá outras providências. Autor: Senador José Lindoso	02.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 300/77: Altera a Lei nº 6 091, de 15.08.1974, a fim de permitir ao eleitor inscrito no Distrito Federal mas natural de outra unidade federada votar nas eleições para o Congresso Nacional. Autor: Senador Nelson Carneiro.	02.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 301/77: Dá nova redação ao § 1º do art. 9º da Lei nº 5 890, de 1973. Autor: Senador Vasconcelos Torres.	02.12.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI SENADO Nº 302/77: Introduz alterações na CLT para o fim de estabelecer regime especial de férias aos tripulantes de unidades mercantes utilizadas de barra a fora. Autor: Senador Nelson Carneiro.	02.12.77					
PROJETO LEI CÂMARA Nº 137/77: Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei nº 1 060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Autor: Deputado Oswaldo Lima	03.12.77					
PROJETO LEI CÂMARA Nº 140/77: Introduz alterações na Lei nº 6 015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências. Autor: Deputado Jorge Arbage.	03.12.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO LEI CÂMARA Nº 138/77: Acrecenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949. Autor: Deputado Antônio Ferreira.	03.12.77					
PELIGERIMENTO Nº 575/77 do Senador Murilo Paraiso, requeirendo seja apresentado pelo Senado, votos e congratulações ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e aos Ministros da Fazenda, do Interior e da Indústria e Comércio, tendo em vista as medidas tomadas objetivando o fortalecimento do Banco Nordeste do Brasil S.A.	04.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 303/77: Inclui na relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, o trecho Campo Grande-Maracaju-Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul. Autor: Senador Saldanha Dexri.	04.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 304/77: Inclui na relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, o trecho Porto Martinho-Caracol-Bela Vista-Ponta Porã-Arambaré-Iguatemi-Guaíra (PR), nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Autor: Senador Saldanha Dexri.	04.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 305/77-Complementar. Dá nova redação aos §§ 29, 39, 49 e 59 e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5 172, de 25.10.966 (Código Tributário Nacional) Autor: Senador Itamar Franco.	04.12.77					
PROJETO LEI SENADO Nº 306/77: Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Nelson Carneiro.	04.12.77					

SINTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	
Reuniões Extraordinárias	2
Projetos relatados	5
Projetos distribuídos	13
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pedidos de vista	-
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	-
Projetos de Resolução	-
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	-
Convites expedidos	-

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 19 77

PRESIDENTE: SENADOR WILSON GONÇALVES

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 1977-DF (Mensagem nº 125, de 1977 — nº 202, de 21.06.77, na origem). AUTORIZA A CRIAÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA, SOB A DENOMINAÇÃO DE ENTREGA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - ENATER/DF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	23.11.77	SENADOR SAIDAIHA DERZI	24.11.77	Sobre a EMENDA Nº 1, DE PLENÁRIO: PMIA REJEIÇÃO	Aprovado o 22/12/77. Vencido o Sr. Senador Itamar Franco.	

SÍNTESSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES ORDINÁRIAS	1
PROJETOS RELATADOS	1
EMENDAS APRESENTADAS	1
EMENDAS REJEITADAS	1
VOTOS VENCIDOS	1

Brasília, 05 de dezembro de 1977

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 19 77.

PRESIDENTE: SENADOR MARCOS FREIRE

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, de 1977 Dispõe sobre recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, e da outras providências. Autor: Poder Executivo	04.12.77	Senador LUIZ CAVALCANTE	04.12.77	Parecer favorável, proferido oralmente, em Plenário.	Aprovado em Plenário, em 04.12.77	-
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, de 1977 Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas e dá outras providências. Autor: Poder Executivo	04.12.77	Senador ROBERTO SATURNINO	04.12.77	Parecer favorável, proferido oralmente, em Plenário.	Aprovado em Plenário, em 04.12.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 1 976 Altera o artigo 3º c/cut, do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968, que dispõe sobre a verificação judicial insalubridade e periculosidade. Autor: Senador Leite Chaves	02.12.77					Anexado aos PLS nrs. 41, 61, 130 e 210 de 1 976.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 1 976 Dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade. Autor: Senador Nelson Carneiro	02.12.77					Anexado aos PLS nrs 41, 61, 130 e 210 de 1 976.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1 977 Dispõe sobre critérios para a concessão de adicionais de incalúbridade aos trabalhadores. Autor: Senador Nelson Carneiro	02.12.77					Anexado aos PLS nrs 41, 61, 130 e 210 de 1 976.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 1 976 Introduz alterações no Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968, que dispõe sobre o adicional de incalúbridade e periculosidade. Autor: Senador Nelson Carneiro	02.12.77					Anexado aos PLS nrs 41, 61, 81 e 210 de 1 976.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 1 976 Dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1 968. Autor: Senador Nelson Carneiro	02.12.77					Anexado aos PLS nrs. 41, 61, 81 e 130 de 1 976.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 1 977 Introduz alterações na Lei nº 6 194, de 19 de dezembro de 1 974, que "dispõe sobre regime obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não". Autor: Senador Nelson Carneiro	01.12.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, de 1.977 Altera dispositivos da Lei nº 4.591, de 27 de fevereiro de 1.964. Autor: Deputado Léo Simões	01.12.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 1.976 Altera os empregados das sociedades de crédito, financiamento e investimento na disposição que traz sobre duração e condições de capital e de lucros. Autor: Senador Nelson Carneiro	02.12.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 1.976 Aumenta § 5º, ao artigo 55, da Lei nº 5.004, de 10 de novembro de 1.964, que dispõe sobre o Instituto da Terra. Autor: Senador Evildoso Vieira	02.12.77					

SÍNTSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Projetos relatados..... 2
 Projetos distribuídos..... 2

Brasília, em 5 de dezembro de 1.977.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: Senador JOÃO CALMON

ASSISTENTE: CLEIDE MARIA BARBOSA PERREIRA CRUZ

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 1.977, que "Fixa em 27 de setembro a comemoração do 'DIA DA CRIANÇA'." AUTOR: Senador Vasconcelos Torres	01.12.77					
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 1.977, que "Autoriza os estabelecimentos de ensino superior que mantêm ensino de línguas a instituir mais dois semestres optativos aos alunos, com o objetivo de formar tradutores e intérpretes nas respectivas línguas e dá outras provisões". AUTOR: Senador Osíires Teixeira	01.12.77					

NÚMERO E MATERIA	DATA DE INTRODUÇÃO NO SENADO	PARECER DO RELATOR	DATA DA APRESENTAÇÃO DO PARECER	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, de 1.777, que "Dispõe sobre o estabelecimento de Artesanato e dá outras provisões".	08.11.77					
AUTOR: Senador Nelson Carneiro						
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, de 1.777, que "Dispõe sobre a educação dos filhos do Serviço Militar voluntário".	28.11.77	Senador OTTO LEMES	28.11.77	Favorável	Parceria entre Senado e Gabinete do Ministro da Defesa, 28.11.77. Aprovado.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, de 1.777, que "Dispõe sobre os prêmios literários Nacionais".	28.11.77	Senador ANTONIO BRASILEIRO	28.11.77	Favorável	Parceria com Senado e Gabinete do Ministro da Cultura, 28.11.77. Aprovado.	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 142, de 1.777, que "Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino".	04.12.77	Senador OTTO LEMES	01.12.77	Favorável.	Parceria entre Senado Extra- ordinária, 01.12.77. Aprovado. (12:10 horas)	

SIMPOSIÓ SOBRE A POLÍTICA DO EXCEPCIONAL

DIAS 30 DE NOVEMBRO E 1º DE DEZEMBRO

ÁREA DA EDUCAÇÃO

- Dr. José Cândido Maia Costa, Presidente da Federação Nacional das APAES - "RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL".
- Dr. Justino Alves Pereira, Presidente da APN, de Londrina - "O MEC E OS PROBLEMAS DO EXCEPCIONAL".
- Dr. Domingos José Freire, Assistente Técnico da Bancada da ARENA na Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social da Assembleia Legislativa de Porto Alegre - "OS PROBLEMAS DA ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL NO RIO GRANDE DO SUL".
- Dr. Deisy Colet de Araujo Lima, Diretora do Ensino Especial da Fundação Educacional do D.F. - "OS DEFICIENTES MENTAIS, FÍSICOS E VISUAIS NO DISTRITO FEDERAL, SEUS PROBLEMAS E SOLUÇÕES".
- Profa. Márcia Nogueira, 1^a Secretária da ANFAE - "RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA A ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL".
- Pe. Mário Crisciotti, Diretor do Centro Educacional da Audição e Linguagem - Brasília - "SUGESTÕES EM TORNO DA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E SEUS DIFÍCULDADES".
- Profa. Sarah Couto César, Diretora do Centro de Educação Especial - CEMESP - "CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - OBJETIVOS".

ÁREA DA PREVIDÊNCIA E ASSEGURAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Dr. Mário de Moraes Altenfelder, Secretário da Promoção Social do Estado de São Paulo - "INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL NO TRABALHO".
- Dr. Odylio Costa Filho, Presidente da Honra da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi - "REALIZAÇÕES E DIFÍCULDADES DA SOCIEDADE PESTALOZZI".

3. Dr. Severino Lopes da Silva, Vice-Presidente da Federação Nacional da APAE de Natal, Rio Grande do Norte, - "ASPECTOS BIOLÓGICOS DA PREVENÇÃO DA DEFICIÊNCIA MENTAL".
4. Dr. Alvaro Jcsé de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental - ABDM - "A IMPORTÂNCIA DA DETECÇÃO PRECOCE DOS DISTURBIOS DO DESENVOLVIMENTO".
5. Dr. Luis Carlos de Mello Esperon, Médico Pediatra - "ASPECTOS DIAGNÓSTICOS DA DEFICIÊNCIA MENTAL".
6. Dr. Marcos de Carvalho Candau, Secretário de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social.
7. Dr. Ciro Coimbra de Rezende, Coordenador da CPMI - Coordenação da Proteção à Maternidade e à Infância do Ministério da Saúde.

ÁREA DA JUSTIÇA

1. Dra. Nair Lemos Gonçalves, Departamento de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo - "LEI BÁSICA DO EXCEPCIONAL".
2. Dr. Elpidio Araujo Neris, Vice-Presidente da Federação Nacional das APAES - "FUNDAÇÃO NACIONAL DO EXCEPCIONAL".
3. Dr. Hélio Pereira Leite, Procurador da Federação Nacional das APAES - "LEIS ESPARSAS".
4. Dr. Joaquim Luis de Oliveira Bello, Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

ÁREA DO TRABALHO

1. Dr. Hugo Dantas da Silveira, Presidente da APAE do Rio Grande do Sul - "OFICINAS PROTEGIDAS E OFICINAS OCUPACIONAIS".
2. Dra. Bernadete Vidal, Vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre - "COLOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA".
3. Dra. Fany Aparecida Costa Bertoldo, Diretora da Sociedade Pestalozzi de Brasília e Vice-Presidente da Federação Nacional da Sociedade Pestalozzi - "PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXCEPCIONAL".
4. Dra. Ivete De Masi, Assistente Social e Assessora da Presidência da Fundação do Livro do Cego do Brasil - "TREINAMENTO PROFISSIONAL".
5. Dr. Manoel Marques de Carvalho, Secretária de Mão-de-obra do Ministério do Trabalho.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: DOMÍCIO GONDIM (VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA)

ASSISTENTE: CÁNDIDO HIPPERTT

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130/77 Dispõe sobre os Prêmios Literários Nacionais.	02.12.77	Senador VIRGILIO TÁVORA	02.12.77	Favorável	-	Parecer oral em Plenário (02.12.77)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129/77 Dispõe sobre a educação dos filhos do Serviço Sílvio Delmar Hollenbach.	02.12.77	Senador SALDANHA DERZI	02.12.77	Favorável	-	Parecer oral em Plenário (02.12.77)

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116/77</u> Inclui licença ferroviária do Rio Grande do Sul na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.	23.11.77	Senador TARSO DUTRA	24.11.77	Favorável	Aprovação do parecer, em 01.12.77, c/voto vencido do Senador Ruy Santos.	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48/77</u> Determina medidas sobre as embalagens de detergentes, sabões e outros produtos da espécie, e dá outras providências.	23.11.77	Senador TARSO DUTRA	24.11.77	Contrário	Aprovação do parecer (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288/76</u> Reabre o prazo de que trata o artigo 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências.	18.05.77	Senador CUNHA LIMA	26.10.77	Favorável	Rejeição do parecer. Designado Relator do Vencido o Sen. Ruy Santos (01.12.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233/75</u> Corna obrigatória a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos depósitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os fins que especifica.	23.06.77	Senador WILSON GONÇALVES	28.06.77	Contrário	Aprovação do parecer (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117/76</u> Dá nova redação ao art.129, "caput", da Consolidação das Leis do Trabalho.	23.06.77	Senador BRAGA JÚNIOR	28.06.77	Contrário	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27/77</u> Inserciona parágrafo ao art. 49 do Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que "dispõe sobre o pedágio em Rodovias Federais e dá outras providências".	19.10.77	Senador ALEXANDRE COSTA	20.10.77	Contrário	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima (01.12.77)	

ASSUNTO	DATA DE INÍCIO (ANO)	DATA DE FIM (ANO)	PERÍODO DE VOTAÇÃO	RESULTADO	APROVAÇÃO DO PARECER	OBSERVAÇÕES
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, na forma provisória	11.10.77	15.10.77	26.10.77	Aprovaramento do parecer do Senador Cunha Lima	Aprovação do parecer (01.12.77)	
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, na forma provisória, no art. 2º, da Lei nº 5.917, de 11 de setembro de 1966, e outras provisões.	02.10.77	06.10.77	14.10.77	contrário	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima	(01.12.77)
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, no art. 2º, da Lei nº 5.917, que autoriza a aplicação de 10% das receitas entre o Fundo de Garantia do Trabalho e o Fundo de Estabilização dos Fazendeiros	10.11.77	Senador CUNHA LIMA	17.11.77	Favorável	Aprovação do parecer (01.12.77)	

ASSUNTO	DATA DE INÍCIO (ANO)	DATA DE FIM (ANO)	PERÍODO DE VOTAÇÃO	RESULTADO	APROVAÇÃO DO PARECER	OBSERVAÇÕES
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, no art. 2º, da Lei nº 5.917, que autoriza a aplicação de 10% das receitas entre o Fundo de Garantia do Trabalho e o Fundo de Estabilização dos Fazendeiros	27.10.77	Senador CUNHA LIMA	11.11.77	contrário ao parecer do Senador Cunha Lima	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima	(01.12.77)
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, no art. 2º, da Lei nº 5.917, que autoriza a aplicação de 10% das receitas entre o Fundo de Garantia do Trabalho e o Fundo de Estabilização dos Fazendeiros	27.10.77	Senador CUNHA LIMA	13.11.77	contrário ao parecer do Senador Cunha Lima	Aprovação do parecer, com voto vencido do Senador Cunha Lima	(01.12.77)
Lei nº 6.000, de 1969, que dispõe sobre a contratação e cobrança da dívida do Brasil com o Império Britânico, no art. 2º, da Lei nº 5.917, que autoriza a aplicação de 10% das receitas entre o Fundo de Garantia do Trabalho e o Fundo de Estabilização dos Fazendeiros	27.10.77	Senador CUNHA LIMA	14.11.77	Favorável	Aprovação do parecer (01.12.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONSIDERAÇÃO DA COMISSÃO	OPINIÃO
<u>PROJETO DE LEI MATEU NO 127/77</u> - Do Sr. Presidente da República, aprovando o projeto de decreto-lei especial nº 127, de 28 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre a criação de fundo especial e dá outras providências, com finalidade turística; sobre o Instituto com finalidades turísticas dos Bens Culturais e Naturais; acrescenta inciso ao artigo 2º da Lei nº 130, de 10/3/62; altera a mesma e acrescenta dispositivo à Lei nº 117, de 29/1/65; e dá outras providências.	30.11.77	Senador KEYXXXXX DOMÍCIO GONDIM	01.12.77	Favorável	Aprovação do relator (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI 25/77</u> - Do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Congresso Federal para que possa contratar Operação de Crédito Exterior no valor de U\$S... (R\$ 15.000.000,00) (quinze milhões de dólares), destinada à pavimentação da Rodovia AM-10 Rio-Nas-Itaumirim.	01.12.77	Senador LENIR VARGAS	01.12.77	Favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado	Aprovação do parêcer (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI 26/77</u> - Do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização do Congresso Federal para que possa contratar Operação de Crédito Exterior no valor de U\$S... (R\$ 20.000.000,00) (vinte milhões de dólares), destinada ao Desenvolvimento Rodoviário do Estado.	01.12.77	Senador LENIR VARGAS	01.12.77	Favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.	Aprovação do parêcer (01.12.77)	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONSIDERAÇÃO DA COMISSÃO	OPINIÃO
<u>PROJETO DE LEI MATEU NO 135/77-DF</u> - Do Sr. Presidente da República, aprovando o Decreto de Assistência Técnica Extensoional Rural - FMATER/DF -, e dá outras providências.	01.12.77	Senador WILSON GONÇALVES	01.12.77	Parecer pela rejeição do projeto da nº 17 de Vlendrio	Aprovação do parêcer (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI 477</u> - Do Dr. Presidente da República, autorizando a aprovação do Senado do projeto de lei nº 477, de autoria DEOLINDO BRANCO ALVES, para exercer o cargo de Ministro do Planejamento da União.	01.12.77	Senador GALVÃO BERTI	01.12.77	-	Aprovação do parêcer (01.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI FA CEDIDA NO 126/77</u> - Do Sr. Presidente Executivo a autorizar a Encarregada da Fazenda - Fazurca, sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - crédito especial até o limite de R\$ 75.000.000,00, para o fim que se segue.	02.12.77	Senador LENIR VARGAS	02.12.77	Favorável	Aprovação do parêcer (02.12.77)	

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSAO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSAO DA COMISSAO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMERA Nº 135/77</u> Dispõe sobre complementação de obras e serviços de engenharia já iniciados.	02.12.77	Senador LOURIVAL BAPTISTA	02.12.77	Favorável	Aprovação do parecer (02.12.77)	
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMERA Nº 100/77</u> Acrecenta parágrafo ao artigo 29 do Decreto lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca.	02.12.77					
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78/76 (COMPL.)</u> Altera a Lei Complementar nº 25, de 02 de julho de 1975, para permitir o pagamento da verba de representação aos Presidentes das Câmaras Municipais.	01.12.77					

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSAO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSAO DA COMISSAO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52/76</u> Torna obrigatória a prova de quitação das contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que as empresas pratiquem atos que especifica, e dá outras providências.	30.11.77	Senador ALEXANDRE COSTA	01.12.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166/76</u> Garante pagamento de juros e correção monetária sobre quantias depositadas compulsoriamente.	30.11.77	Senador HELVÍDIO NUNES	01.12.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54/77</u> Disciplina o funcionamento das bibliotecas que recebem recursos do erário.	24.11.77	Senador BRAGA JÚNIOR	01.12.77			

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51/76</u> Vai incluir no pagamento das férias as horas extraordinárias habitualmente prestadas pelo empregado.	02.12.77					Tramitando com o PLC nº 74/77
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74/77</u> Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras nos pagamentos de férias e 13º salário devidos ao trabalhador.	02.12.77					Tramitando com o PLS nº 51/76
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133/77</u> Autoriza o Poder Executivo a abrir a Encarnação Geral da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - crédito especial até o limite de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.	02.12.77	Senador HELVÍDIO NUNES	02.12.77	Favorável	-	Parecer oral em Plenário (02.12.77)
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145/77</u> Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas e dá outras providências. Autor: Poder Executivo		Senador CUNHA LIMA	04.12.77	Favorável		Parecer oral em Plenário (04.12.77)
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136/77</u> Dispõe sobre recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, e dá outras providências.		Senador HELVÍDIO NUNES	04.12.77	Favorável		Parecer oral em Plenário (04.12.77)
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144/77</u> Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.		Senador SALDANHA DERZI	04.12.77	Favorável		Parecer oral em Plenário (04.12.77)

COMISSÃO DE FINANÇASSÍNTSE DE TRABALHOS

REUNIÕES REALIZADAS.....	
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	13
PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS.....	17
PARECERES PROFERIDOS.....	25

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR JESSE FREIRE

ASSISTENTE: DANIEL REIS DE SOUZA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE REGISTRO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 1.976 Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 4.090, de 13 de Julho de 1.962, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras pagamentos de férias e 13º salário devidos ao trabalhador. Autor: Deputado Argilana Lario	11.11.77	Senador RUY SANTOS	17.11.77	Parecer favorável ao PL nº 74/77, considerando prejudicado o PIS nº 51/76.	Aprova o parecer em 01.12.77	Em conjunto com o PLS nº 51/76
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 1.976 Manda incluir no pagamento das férias horas extraordinárias habitualmente prestadas pelo empregado. Autor: Senador Franco Montoro	11.11.77	Senador RUY SANTOS	17.11.77	Parecer favorável ao PL nº 74/77, considerando prejudicado o PIS nº 51/76.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Em conjunto com o PLS nº 74/77.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE REGISTRO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 1.977 Prorroga para 20 de junho de 1.978 o prazo de vigência e, razão de regras entidade da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1.977, que dispõe sobre a previdência privada, alterando, ainda, a redação de seu artigo 42, § 5º. Autor: Senador Teite Chaves	05.10.77	Senador RUY SANTOS	07.10.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.12.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, de 1.974. Alita parágrafo ao art. 16, da Lei nº 5.107 de 13.09.66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de assegurar direitos aos empregados estáveis, optantes ou não. Autor: Senador José Esteves	10.11.77	Senador FRANCISCO MONTORO	10.11.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.12.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 1.975. Inclui a dona de casa entre os segurados facultativos da Previdência Social. Autor: Senador Vasconcelos Torres	16.03.77	Senador FRANCISCO MONTORO	17.03.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.12.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECUERDO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATÓRIO	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 1.977 Arescenta parágrafo único ao artigo 480 da Consolidação das Leis do Trabalho, dizendo sobre o herálio no período do aviso prévio, e dá outras providências. Autor: Senador José Lindoso	29.09.77	Senador IRMÃO MONTORO	07.10.77	Parecer favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CIS (substitutivo) que oferece.	Aprova o Parecer, em 01.12.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 1.977 Altera o artigo 3º cajut, do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1.968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade. Autor: Senador Leite Chaves	14.10.77	Senador JAR-BAS PASSARINHO	20.10.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto e dos FLS 61,130,210 e 81/76, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Transmitido em conjunto com os FLS Nºs 61,130,210 e 81/76.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 1.976 Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1.968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JAR-BAS PASSARINHO	20.10.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto e dos FLS 41,130,210/76 e 81/77, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Transmitido em conjunto com os FLS 41,130,210/76 e 81/77, em anexo.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECUERDO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATÓRIO	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 1.976. Introduz alterações no Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1.968, que "dispõe sobre o adicional de insalubridade e periculosidade". Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JAR-BAS PASSARINHO	20.10.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto e dos FLS 41, 61, 210/76 e 81/77, em anexo	Aprova o parecer, em 01.12.77	Transmitido em conjunto com os FLS 41, 61, 210/76 e 81/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 1.976. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1.968. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JAR-BAS PASSARINHO	20.10.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto e dos FLS 41, 61, 130/76 e 81/77, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Transmitido em conjunto com os FLS 41, 61, 130/76 e 81/77.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 1.977. Dispõe sobre critérios para a concessão de adicional de insalubridade aos trabalhadores. Autor: Senador Nelson Carneiro	14.10.77	Senador JAR-BAS PASSARINHO	20.10.77	Parecer pela prejudicialidade do projeto e dos FLS 41, 61, 130, e 210/76, em anexo.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Transmitido em conjunto com os FLS 41, 61, 130 e 210/76, em anexo.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 06, de 1 976. Altera o Quadro de Atividades e Profissões, referido no artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, para incluir a Indústria de Produção e Distribuição de Energia Atômica e Correlatas. Autor: Deputado Wilmar Dallarhol	02.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO ***** Senador NEILSON CARNEIRO (VISTA)	22.09.77 ***** 10.11.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Há voto verificado, em sentido, do Senador Nelson Carneiro e voto verificado do Senador Cinha Lima.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 1 976. Aplica aos empregados das sociedades de crédito, financiamento e investimento as disposições especiais sobre duração e condições de trabalho dos bancários. Autor: Senador Nelson Carneiro	16.03.77	Senador LENO IR VARGAS ***** Senador FRANCISCO MONTORO (VISTA)	17.03.77 ***** 22.06.77	Parecer contrário.	Aprova o parecer em 01.12.77	Há voto verificado, em sentido, do Senador Lenir Vargas e votovencido do Senador Ruy Santos.
MENSAGEM Nº 226, de 1 977. Do Sr. Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, para que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal de Roraima, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	27.09.77	Senador JARBAS PASSARINHO	07.10.77	Iparecer favorável, com eluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 01.12.77	-

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
MENSAGEM Nº 322, de 1 977. Do Sr. Presidente da República, solicitando ao Senado Federal para que seja autorizada a alienação de terras públicas no Território Federal do Amapá, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	28.11.77	Senador RUY SANTOS	01.12.77	Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.	Aprova o parecer, em 01.12.77	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 1 976. Intende aos titulares de firmas individuais, sociedades por cotas, sócios-gerentes, diretores de sociedades anônimas e equivalentes o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Evelásio Vieira	16.03.77	Senador JESÉ REIRE ***** Senador FRANCISCO MONTORO (VISTA)	17.03.77 ***** 01.12.77	Parecer contrário.	Concede vista do projeto ao Senador Franco Montoro.	-
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 1 976. Dispõe sobre o exercício da profissão de Artista e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro	11.11.77	Senador JARBAS PASSARINHO	17.11.77	Parecer favorável.	Aprova o parecer, em 01.12.77	Há voto com restrições do Senador Ruy Santos.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO ESTADO Nº 271, de 1 975. Lisão sobre a inscrição dos Funcionários municipais junto ao INPS. Autor: Senador Itamar Franco	10.08.77	Senador ERACO JUNIOR ***** Senador FRANCISCO MONTEIRO (VISTA)	11.08.77 ***** 06.10.77		Concede visita ao Senador Franco Montoro em 06.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO ESTADO Nº 64, de 1 975. Isenta da responsabilidade solidária com o construtor, perante o INPS, o proprietário de casa destinada à sua moradia. Autor: Senador Grestes Quércea	16.03.77	Senador JOAQUIM RIVAL DAUTISTA ***** Senador FRANCISCO MONTEIRO (VISTA)	17.03.77 ***** 06.10.77		Concede visita ao Senador Franco Montoro, em 06.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO ESTADO Nº 097, de 1 975. Altera a redação do § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Grestes Quércea (CLS. Anexado aos PLS nºs. 169 e 217/75).	16.03.77	Senador JARBAS LASCARINHO ***** Senador FRANCISCO MONTEIRO (VISTA)	16.03.77 ***** 20.04.77		Concede visita ao Senador Franco Montoro, em 28.04.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DES GRADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO ESTADO Nº 169, de 1 975. Determina que os benefícios concedidos pelo INPS serão reajustados na base do reajuste do salário-mínimo. Dá nova redação ao § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social. Autor: Senador Franco Montoro (CLS. Anexado aos PLS 97 e 217/75).	16.03.77	Senador JARBAS LASCARINHO ***** Senador FRANCISCO MONTEIRO (VISTA)	16.03.77 ***** 20.04.77		Concede visita ao Senador Franco Montoro em 28.04.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO ESTADO Nº 217, de 1 975. Altera a redação do § 2º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social e dá outras providências. Autor: Senador Grestes Quércea (CLS. Anexado aos PLS nºs. 97 e 169/75).	16.03.77	Senador JARBAS LASCARINHO ***** Senador FRANCISCO MONTEIRO (VISTA)	16.03.77 ***** 20.04.77		Concede visita ao Senador Franco Montoro, em 28.04.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 1 977. Transforma os débitos dos estabelecimentos de ensino, junto ao INPS, em bolsas de estudo, e dá outras providências. Autor: Comissão de Constituição e Justiça.	18.11.77	Senador RUY SANTOS	30.11.77			Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 1.º.74. Acrecenta artigo ao artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966 e dá outras provisões. Autor: Senador Mário Lobo Soárez. (OAB, Anexado aos ILS n.os 89,164,189,197, 225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 1.º.75. Altera o artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". Autor: Senador Nelson Carneiro (OAB, Anexado aos ILS n.os 128/74,164,189, 197,225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 1.º.75. Acréscita regra às letras "b" e "e" do inciso II, e do inciso III do art. 8º; acresce certa paráfrase aos arts. 10 e 11, todos na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Mário Lobo Soárez. (OAB, Anexado aos ILS n.os 128/74,89,164,189, 197,225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, de 1.º.75. Acrecenta dispositivos ao artigo 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Oraszeski Górcia. (OAB, Anexado aos ILS n.os 128/74,89,164,189, 197,225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, e 1.º.75. Acrecenta e modifica disposições na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Oraszeski Górcia. (OAB, 128/74,89,164,189,197,225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 1.º.75. Acréscita regra e acrecenta dispositivos ao art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1.966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras provisões. Autor: Senador Oraszeski Górcia. (OAB, Anexado aos ILS n.os 128/74,89,164,189, 197,225/75,15,79,200,47,251,290,291,305/76 e 2/77).	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 226, de 1.975. Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de outubro de 1.966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Antônio Maria (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 195, de 1.975. Altera dispositivos no sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Orquídes Quéreria (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 75, de 1.975. Acréscimo de dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de outubro de 1.966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Orquídes Quéreria (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 47, de 1.976. Permite-las empresas a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria. Autor: Senador Francisco Montoro (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 200, de 1.976. Altera a relação da alínea "e", do item III, e do item III, do artigo 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de outubro de 1966. Autor: Senador Nelson Carneiro (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DE MECANISMO Nº 251, de 1.976. Altera o artigo 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de outubro de 1966, qd. criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Nelson Carneiro (GLD). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 187, 188, 226/75, 15, 79, 200, 251, 290, 291, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNÉIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 1 976. Introduz alterações na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Nelson Carneiro (PDS). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 198, 226/75, 15, 79, 200, 47, 251, 293, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluída na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 1 976. Introduz modificação na Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Autor: Senador Vasconcelos Torres (PDS). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 198, 226/75, 15, 79, 200, 47, 251, 293, 305/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluída na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 1 976. Introduz alterações no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para extinguir a orgão e manter a estabilidade no emprego, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: Senador Vasconcelos Torres (PDS). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 198, 226/75, 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291/76 e 2/77.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluída na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 02, de 1 977. Modifica o artigo 9º da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Autor: Senador Nelson Carneiro (PDS). Anexado aos PLS nºs 128/74, 89, 164, 189, 197, 198, 226/75, 15, 79, 200, 47, 251, 290, 291 e 292/76.	13.10.77	Senador RUY SANTOS ***** Senador NELSON CARNEIRO (VISTA)	20.10.77 ***** 27.10.77		Concede vista ao Senador Nelson Carneiro, em 27.10.77.	Em 01.12.77 é incluído na pauta da reunião e adiada a apreciação do parecer.
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 1 977. Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1 943, em sua parte processual. Autor: Deputado Francisco Amaral	24.11.77	Senador JARBAS PASSARINHO	01.12.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 1 977. Altera dispositivos da Lei nº 5 107, de 13 de setembro de 1 966, permitindo que o empregado optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS - utilize sua conta vinculada para o pagamento de prestação da casa própria. Autor: Deputado Francisco Amaral	22.11.77	Senador JARBAS PASSARINHO	01.12.77			

PROJETO DE LEI	DATA DE INTRODUÇÃO NA CÂMARA	STATUS	DATA DA SITUAÇÃO ESTABELECIDA	ENCERRADO DO PARECER DO RELATOR	OPINIÃO DO RELATOR	OBSEVAÇÕES
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978.	24.11.77	Conselho de ESTADUAL	01.12.77			
Autoria: Dr. José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978. Artigo único: artigo 11 do Decreto Lei nº 1.000, de 1976, que leva o nome de Projeto de Lei nº 10.000.	24.11.77	Plenário - RY	01.12.77			Em análise na comissão com nº 112 des. 07/78.
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Emenda ao Projeto de Consolidação da lei nº 10.000.	24.11.77	Comissão MTC	01.12.77			Em análise na comissão com nº 112 des. 07/78.
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						

PROJETO DE LEI	DATA DE INTRODUÇÃO NA CÂMARA	STATUS	DATA DA SITUAÇÃO ESTABELECIDA	OPINIÃO DO RELATOR	OPINIÃO DA COMISSÃO	OPINIÃO DO PARECER
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978.	24.11.77	Conselho de ESTADUAL	01.12.77			
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978. Artigo único: artigo 11 do Decreto Lei nº 1.000, de 1976.	24.11.77	Comissão MTC	01.12.77			
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978. Artigo único: artigo 11 do Decreto Lei nº 1.000, de 1976.	24.11.77	Comissão MTC	01.12.77			
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978.	24.11.77	Comissão MTC	01.12.77			
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						
PL 10.000, de 1976.						
Proposta de Emenda à Constituição 004 de 21 de fevereiro de 1978.	24.11.77	Comissão MTC	01.12.77			
Autoria: Deputado José Geraldo Carneiro						

DATA DA PROPOSTA OU VERSÃO	PLA-09 TÍPO DE VERSÃO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA DA SUSPENSAO	CONTABILIZADO COM BASE NO VOTO	DESCRIÇÕES
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 173, de 1.977 Estabelece alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, com o fim de conferir à União, provisoriamente ao Brasil e ao seu território, os direitos jurídicos da reclamatória trabalhista.	24.11.77 Senador LIMA RIVAL PAPICÉ	01.12.77			
Autor: Senador Nelson Carneiro					
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 181, de 1.977 Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	24.11.77 Senador LIMA IR VALDAS	01.12.77			
Autor: Senador Itálvio Coeli					
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 69, de 1.977 Dispõe sobre a aplicação do regime de Férias de Garantia do Tempo de Serviço nos empregados rurais.	01.12.77 Senador Vasconcelos Torres				
Autor: Senador Vasconcelos Torres					

DATA DA PROPOSTA OU VERSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONTABILIZADO COM BASE NO VOTO	DESCRIÇÕES
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 172, de 1.977 Estende ao empregado doméstico a proteção da legislação do acidente do trabalho.	01.12.77			
Autor: Senador Franco Montoro				
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 235, de 1.977 Determina a concessão de férias de 30 dias aos empregados cujo período de serviço se iniciou anteriormente ao dia 1º de maio de 1.977.	01.12.77			
Autor: Senador Vasconcelos Torres				
PROJETO DE LEI DE SENADO Nº 251, de 1.977 Aprova projeto de contrato interno de assistência social e direitos à saúde, no âmbito do serviço de saúde, em qualquer tipo de estabelecimento, com efeitos de representatividade.	01.12.77			
Autor: Senador Vasconcelos Torres				

NÚMERO E EVENTO	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 1977 que obriga a instalação de penas e perigosas armadilhas para o peixe silvestre e dá outras provisões legais.	03.12.77					

SÍNTSEZ DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	1
Reuniões Extraordinárias	-
Projetos relatados	17
Projetos distribuídos	11
Projetos em diligência	-
Ofícios recebidos	-
Ofícios expedidos	-
Pecados de vista	-
Emendas apresentadas	-
Subemendas apresentadas	-
Substitutivos	1
Projetos de Resolução	2
Declarações de voto	-
Comparecimento de autoridades	-
Votos com restrições	1
Convites expedidos	-
Votos vencidos	2
Votos em separado	2

Brasília, em 5 de dezembro de 1977.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIARELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR JARBAS PASSARINHO

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NÚMERO E EVENTO	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 1977 que obriga a instalação de penas e perigosas armadilhas para o peixe silvestre e dá outras provisões legais.	04.12.77	SENADOR ARNON DE MELLO	04.12.77	FAVORÁVEL AO PROJETO		Relatado em Plenário, em 04.12.77

SÍNTSEZ DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

PROJETOS RECEBIDOS	1
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	1
PROJETOS RELATADOS EM PLENÁRIO	1

Brasília, 5 de dezembro de 1977

COMISSÃO DE TERRAS

MEMORANDUM CORRESPONDENTE AO MUSEU E DOCUMENTO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR ALVIMILLO GOMES

ASSISTENTE: Muri Cristina Castro Cardoso

NÚMERO EEMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISCUSSÃO	CONCLUSÃO SOBRE A VERSÃO DO RELATOR	CONCLUSÃO SOBRE O DOCUMENTO	CÓDIGO DA SEÇÃO
<u>EM 12/12/77</u> Projeto de Lei nº 1437, que autoriza a Prefeitura do Rio de Janeiro a contratar, no valor de R\$ 1.000.000,00, com o Consórcio Carioca, para a realização de serviços de infraestrutura e construção civil para a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua das Laranjeiras, nº 1437, a serem executados na forma de licitação.	20.11.77	Senador Ramón Beliz	30.11.77	Pedágio final	Arquivado 10.12.77	
<u>EM 13/12/77</u> Projeto de Lei nº 1438, que autoriza a Prefeitura do Rio de Janeiro a contratar, no valor de R\$ 1.000.000,00, com o Consórcio Carioca, para a realização de serviços de infraestrutura e construção civil para a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua das Laranjeiras, nº 1437, a serem executados na forma de licitação.	19.12.77	Senador Salgado Barreto	19.12.77	Pedágio final	Arquivado 19.12.77	

NÚMERO EEMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISCUSSÃO	CONCLUSÃO SOBRE A VERSÃO DO RELATOR	CONCLUSÃO SOBRE O DOCUMENTO	CÓDIGO DA SEÇÃO
<u>EM 13/12/77</u> Projeto de Lei nº 1439, que autoriza a Prefeitura do Rio de Janeiro a contratar, no valor de R\$ 1.000.000,00, com o Consórcio Carioca, para a realização de serviços de infraestrutura e construção civil para a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua das Laranjeiras, nº 1439.	19.12.77	Senador Salgado Barreto	19.12.77	Pedágio final	Arquivado 19.12.77	
<u>EM 13/12/77</u> Projeto final do Projeto de Lei nº 1439, que autoriza a Prefeitura do Rio de Janeiro a contratar, no valor de R\$ 1.000.000,00, com o Consórcio Carioca, para a realização de serviços de infraestrutura e construção civil para a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua das Laranjeiras, nº 1439.	19.12.77	Senador Otto Lenzmann	19.12.77	Pedágio final	Arquivado 19.12.77	
<u>EM 13/12/77</u> Projeto final do Projeto de Lei nº 1440, que autoriza a Prefeitura do Rio de Janeiro a contratar, no valor de R\$ 1.000.000,00, com o Consórcio Carioca, para a realização de serviços de infraestrutura e construção civil para a implantação da nova estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua das Laranjeiras, nº 1440.	19.12.77	Senador Firmino Cardoso	19.12.77	Pedágio final	Arquivado 19.12.77	

NUMERO E EMENTA	DATA DE INOCEDIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PAP/CNP 1.285/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, de 1977, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (TO) a realizar operação de crédito, no valor de Cr\$, para os fins que especifica.	19.12.77	Senador Saldaña Perzi	19.12.77	Pedágio final	Aprovado em 19.12.77	
<u>PAP/CNP 1.286/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, de 1977, que autoriza a Companhia de Transportes Aéreos do Estado de São Paulo a realizar operação de crédito, no valor de Cr\$ 1.425.300.000,00 (um bilhão, quinze milhões e vinte e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	19.12.77	Senador Otto Lehmann	19.12.77	Pedágio final	Aprovado em 19.12.77	
<u>PAP/CNP 1.287/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, de 1977, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a realizar operação de crédito, no valor de Cr\$... 231.423.547,00 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e sete cruzados e oitenta centavos), para o fim que especifica.	19.12.77	Senador Hevídio Nunes	19.12.77	Pedágio final	Aprovado em 19.12.77	

NUMERO E EMENTA	DATA DE INOCEDIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PAP/CNP 1.288/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, que autoriza a Prefeitura Universitária de Piracicaba, Estado de São Paulo, a realizar operação de crédito, no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e oito, e dezessete cruzados e oitenta e cinco centavos), o montante da qual é ressalvado.	19.12.77	Senador Hevídio Nunes	19.12.77	Pedágio final	Aprovado em 19.12.77	
<u>PAP/CER 10.1203/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a elevar em Cr\$, para os fins que especifica.	19.12.77	Senador Otto Lehmann	19.12.77	Recadação final	Aprovado em 19.12.77	
<u>PAP/CER 10.1204/77</u> Projeto final do Projeto de Resolução nº 1.111, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a elevar em Cr\$ 131.641.000,00 (cento e trinta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil e quatrocentos e sessenta e um reais), o montante da qual é ressalvado.	19.12.77	Senador Otto Lehmann	19.12.77	Recadação final	Aprovado em 19.12.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO DA COMISSÃO	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER nº 1295/77</u> Resolução final do Projeto de Resolução nº 132/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a elevar em Cr\$ 730.350.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e nove mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	19.12.77	Senador Otto Lehmann	19.12.77	Resolução final	Aprovado em 11.12.77	
<u>PARECER nº 1302/77</u> Resolução final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1977 (nº 2.344/77, na origem), que dispõe sobre o Mercantil da Marinha e dá outras providências.	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Resolução final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1310/77</u> Resolução final do Projeto de Resolução nº 127/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante (CR) a elevar em Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões, cinqüentos mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Resolução final	Aprovado em 2.12.77	

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO DA COMISSÃO	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER nº 1311/77</u> Resolução final do Projeto de Resolução nº 132/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	2.12.77	Senador Salvador Serzi	2.12.77	Resolução final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1312/77</u> Resolução final do Projeto de Lei do Serviço nº 2/72 (nº 650-C/72, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais, e dá outras providências.	19.12.77	Senador Canion José	2.12.77	Resolução final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1313/77</u> Resolução final do Projeto de Decreto Legislativo nº 377/77 (nº 109-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica celebrado entre o Brasil e o Iêmen (Arábia) em 11 de maio de 1977, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen.	2.12.77	Senador Dirceu Cardoso	2.12.77	Resolução final	Aprovado em 2.12.77	

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONFUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER nº 1314/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza a Prefeitura Municipal da Serra do Rio Preto (SP) a elevar em Cr\$ 10.150,00 (dez mil e cinco mil reais) o montante da sua dívida consolidada.	2.12.77	Senador Hevídio Nunes	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1315/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza a Prefeitura Municipal da Serra do Rio Preto (SP) a elevar em Cr\$ 12.357.251,15 (vinte e dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e oito cruzados e dezoito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1316/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza a Prefeitura Municipal da Serra do Rio Preto (SP) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.375.991,41 (vinte e três milhões, trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e um cruzados e um centavo), para o fim que especifica.	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONFUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER nº 1317/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza a Prefeitura Municipal da Serra da Baturité (PR) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.326.050,00 (cinco milhões, trezentos e vinte e seis mil e cinqüenta cruzados) para os fins que especifica.	2.12.77	Senador Hevídio Nunes	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1318/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados).	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	
<u>PARECER nº 1319/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 143/77, que autoriza a Prefeitura Municipal de Indaiatuba (SP) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.461.054,50 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cinqüenta e quatro cruzados e sessenta centavos), para os fins que especifica.	2.12.77	Senador Otto Lehmann	2.12.77	Redação final	Aprovado em 2.12.77	

VALOR DA FATURA	DATA DA FATURA	VALOR DA DESPESA	DATA DA DESPESA	VALOR DA COMPRA	DATA DA COMPRA
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77

VALOR DA FATURA	DATA DA FATURA	VALOR DA DESPESA	DATA DA DESPESA	VALOR DA COMPRA	DATA DA COMPRA
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77
R\$ 1.222,77	2.12.77	Livraria M. L. V. da Fonseca	2.12.77	R\$ 1.222,77	2.12.77

MOTIVO E ELENCO	DATA DE PRESENTE DA COMISSÃO	REFATOR DELEGADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONSELHO DO P. FEDER DO M. 410	APROVADO P. FEDER	APROVADO C. MUNICIPAL	DATA DE VIG. C. MUNICIPAL
<u>PROJETO DE LEI N.º 1352/77</u> Este projeto autoriza o Governo Federal a celebrar, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a realização de estudos de viabilidade e de concessões de crédito para a construção da Rodovia Rio-Blanco, que liga o Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e a concessão de direitos de exploração e utilização de hidrocarbonetos e gás natural, existentes e a tentar descobrir.	3.12.77	Senador Otto Lehmann	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		
<u>PROJETO DE LEI N.º 1353/77</u> Este projeto autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operações de crédito no valor de R\$ 100.000.000,00 (quinhentos milhões de reais correntes) para a construção da Rodovia Rio-Blanco, para ser utilizada na pavimentação da Rodovia Rio-Blanco (interior).	3.12.77	Senador Saldanha Duzzi	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		
<u>PROJETO DE LEI N.º 1354/77</u> Este projeto autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operações de crédito no valor de R\$ 100.000.000,00 (quinhentos milhões de reais correntes) para a construção da Rodovia Rio-Blanco, para ser utilizada na pavimentação da Rodovia Rio-Blanco (interior).	3.12.77	Senador Otto Lehmann	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		

MOTIVO E ELENCO	DATA DE PRESENTE DA COMISSÃO	REFATOR DELEGADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONSELHO DO P. FEDER DO M. 410	APROVADO P. FEDER	APROVADO C. MUNICIPAL	CITACAOES
<u>PROJETO DE LEI N.º 1355/77</u> Este projeto autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operações de crédito no valor de R\$ 100.000.000,00 (quinhentos milhões de reais correntes) para a construção da Rodovia Rio-Blanco (interior).	3.12.77	Senador Saldanha Duzzi	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		
<u>PROJETO DE LEI N.º 1356/77</u> Este projeto autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operações de crédito no valor de R\$ 100.000.000,00 (quinhentos milhões de reais correntes) para a construção da Rodovia Rio-Blanco, para ser utilizada na pavimentação da Rodovia Rio-Blanco.	3.12.77	Senador Saldanha Duzzi	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		
<u>PROJETO DE LEI N.º 1357/77</u> Este projeto autoriza o Senado a aprovar o Projeto de Lei nº 1357-C/77, na Câmara dos Deputados, que regula os casos de dissolução da União conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e os casos de nulidades.	3.12.77	Senador Saldanha Duzzi	3.12.77	Redação final	Aprovado em 3.12.77		

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PARECER Nº 1374/77</u> Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131/77-DF, que autoriza a criação de empresta social, sob a denominação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EATERR/DF, e dá outras providências.	4.12.77	Senador Dirceu Cardoso	4.12.77	Redação final	Aprovado em 4.12.77	
<u>PARECER Nº 1375/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 157/77, que autoriza, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a alienação de terras públicas locais no Território Federal de Roraima.	4.12.77	Senador Dirceu Cardoso	4.12.77	Redação final	Aprovado em 4.12.77	
<u>PARECER Nº 1376/77</u> Redação final do Projeto de Resolução nº 158/77, que autoriza, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a alienação de terras públicas locais no Território Federal do Amapá.	4.12.77	Senador Salданha Derzi	4.12.77	Redação final	Aprovado em 4.12.77	

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões extraordinárias	19
Projetos relatados	38

Brasília, em 5 de dezembro de 1977

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR RUY SANTOS

ASSISTENTE: LÉDA FERREIRA DA ROCHA

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 1977</u> Dispõe sobre a prestação de assistência médica a vítimas de acidente de trânsito, e determina outras providências.	01.12.77					
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 1977</u> Dispõe sobre o trabalho do excepcional nas Oficinas Protegidas e em trabalho competitivo.	03.12.77					

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977.

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ VÍRGINIO PAIVA

ASSISTENTE: MARINA DE ANDRADE

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 628, DE 1977 :</u> Art. 1º - Altera dispositivos da Lei nº 1.040, de 12 de Janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento	01.12.77	Senador LEONIR MARGAS	02.12.77	Favorável	Aprovado, em 02.12.77	
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214/77 :</u> Aumenta dispositivo à Lei nº 1.040, de 12 de Janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento	01.12.77					

SUMMÁRIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Extraordinárias	01
Projetos Relatados	01
Outros Trabalhos	00

Brasília, em 5 de dezembro de 1977

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

PRESIDENTE: SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

ASSISTENTE: RONALDO PACHECO DE OLIVEIRA

NUMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
<u>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 628, DE 1977 :</u> INSTITUI SEGURO OBRIGATÓRIO NAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS PAGOS.	30.11.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	01.12.77			
<u>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 1977 :</u> AUTORIZA A EMISSÃO DE SELO COMMEMORATIVO DO "DIA NACIONAL DA PECUÁRIA".	01.12.77	SENADOR MATTOSS LEÃO	01.12.77			

Autor: Senador Osires Teixeira

NÚMERO E EMENTA	DATA DE RECEBIMENTO NA COMISSÃO	RELATOR DESIGNADO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO	CONCLUSÃO DO PARECER DO RELATOR	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	OBSERVAÇÕES
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 162, DE 1972 SIMPLIFICA EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO AO EXAME DE MOTORISTA. Autor: Senador Vasconcelos Torres	01.12.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	01.12.77			
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 026, DE 1977 DÁ NOVA REGULAMENTAÇÃO À PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS, DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DE SEUS CÍGOS DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDEÇÕES. (Tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO N° 128 DE 1976, QUE "DISPõE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS" e o PROJETO DE LEI DO SENADO N° 131, DE 1976, QUE "DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL").	28.11.77	SENADOR ALEXANDRE COSTA	28.11.77	PARECER FAVORÁVEL AO PLC-26/77, COM A EMENDA N° 3-CLS, PELO REJEIÇÃO DAS EMENDAS 1-CCJ E 2-CLS E PELA PREJUDICIAZIDADE DOS PLS 128 E 131/76.	APROVADO EM 02.12.77	

SÍNTESSE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	1
PROJETOS RECEBIDOS	3
PROJETOS DISTRIBUÍDOS	3
PROJETOS RELATADOS	3

Brasília, 05 de dezembro de 1977

SÍNTESSE GERAL DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 1977

Reuniões ordinárias	Projetos de Resolução
Reuniões Extraordinárias	Declarações de voto
Projetos relatados	Comparecimento de autoridades
Projetos distribuídos	Votos com restrições
Projetos em diligência	Convites expedidos
Notícias recebidas	
Missões expedidas	
Reuniões de comitês	
Matérias apresentadas	
Sessões abertas	
Subsessões	

Brasília, em 05 de dezembro de 1977.

CLAUDIO CARLOS RODRIGUES COSTA
Chefe de Serviço das Comissões Permanentes.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

29ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1977

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon — Presidente, e a presença dos Srs. Senadores Adalberto Sena, Heitor Dias, Franco Montoro, Saldanha Derzi, Milton Cabral, Renato Franco, Dirceu Cardoso, Fúrcio Rezende e Wilson Gonçalves e dos Deputados Gerson Camata, Argilano Dario, Antônio Morimoto e Mário Moreira, além dos Srs. Deputados Walter de Prá, Presidente da ARENA do Estado do Espírito Santo e Dr. Setembrino Pelissari, Prefeito da Cidade de Vitória.

O Sr. Presidente, Senador João Calmon, abrindo os trabalhos, relata alguns itens do extenso *curriculum* do conferencista e faz, em seguida, ingressar no recinto o Sr. Professor Augusto Ruschi, definindo-o como uma glória da ciência brasileira.

O Sr. Presidente justifica a ausência do Dr. Paulo Lemos Barbosa, Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, também convidado pela Comissão de Educação e Cultura para prestar seu depoimento nesta data, através da leitura do telegrama enviado pelo mesmo, no qual agradece o convite da Comissão, esclarecendo que, devido ter sido regularizada a situação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Espírito Santo a questão da Reserva Biológica de Santa Lúcia, tornou-se dispensável sua presença perante a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Com a palavra, o Professor Augusto Ruschi faz, inicialmente, um histórico sobre o surgimento da Reserva Biológica de Santa Lúcia.

Durante sua exposição, o ilustre Professor ressalta minuciosamente os elementos realmente importantes para o estudo do futuro, como as teses que são desenvolvidas anualmente para Doutorado e Mestrado, assim como as 600 mil plantas, mais de 600 espécies e 302 espécies de aves existentes na Reserva, passando, em seguida, para a projeção de slides.

Após a exposição do Professor Augusto Ruschi, usam da palavra, por ordem de inscrição, os Srs. Senadores Adalberto Sena e Dirceu Cardoso e os Srs. Deputados Argilano Dario, Gerson Camata e Antônio Morimoto.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece o depoimento do ilustre conferencista assim como a presença dos Srs. Parlamentares e determina, em seguida, que as notas taquigráficas tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, farei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1977, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA, SEGUIDA DE DEBATES, DO SR. PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

**PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON
VICE-PRESIDENTE: SENADOR EVELÁSIO VIEIRA**

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal tem, hoje, o privilégio de apresentar uma conferência do Professor Augusto Ruschi, que é considerado

da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Museu Nacional.

O Professor Augusto Ruschi fundou as seguintes instituições: Museu de Biologia Professor Melo Leitão, em Santa Teresa, no Espírito Santo; Sociedade Brasileira para Proteção e Conservação da Natureza, hoje Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza; Sociedade dos Amigos dos Beija-Flores, juntamente com o Embaixador Francisco de Assis Chateaubriand, e Centro Espírito-santense para a Conservação da Natureza.

O Professor Augusto Ruschi tem um extenso e rico *curriculum* que não apresentarei, neste momento, e é uma glória da Ciência brasileira, com projeção não apenas em nosso País, mas no mundo inteiro.

Foi convidado, também, pela Comissão de Educação e Cultura, para prestar o seu depoimento, nesta data, o Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Lemos Barbosa.

Hoje, a Presidência desta Comissão recebeu o seguinte telegrama do Dr. Paulo Lemos:

"Em virtude de ter sido firmado convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, regularizando a situação da área de Santa Lúcia, cancelamos nossa presença no Senado e agradecemos o convite formulado pelo ilustre Senador. Seguem cópia de documentos referentes ao assunto em foco. Saudações. Paulo Lemos Barbosa."

É para nós uma honra e um prazer concedermos a palavra ao Professor Augusto Ruschi.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI (Faz a seguinte exposição. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, demais membros da Comissão, Senadores presentes, Deputados, Senhoras e Senhores:

É honroso estar nesta Casa mais uma vez, porque aqui estive, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, por algumas vezes, proferindo palestras de interesse nacional.

Hoje, conforme acabamos de ouvir, já o Secretário da Agricultura, que também deveria estar presente, em face de estar resolvida, entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Espírito Santo, a questão da Reserva Biológica de Santa Lúcia, ou mais apropriadamente — como ela nasceu — com a Reserva Biológica do Museu Nacional, no ano de 1939, se isso já foi solucionado administrativamente, congratulo-me com S. Ss por essa solução louvável que, aliás, partiu de mim para o reitor, antes que se interferisse judicialmente, porque o Museu Nacional era e é detentor de documentos suficientes para obrigar o Estado a nos entregar a área, pois a escritura tinha sido lavrada, e sumiu o livro do Cartório dos Feitos da Fazenda, no Estado do Espírito Santo; o processo de terra, que deveria retornar à Secretaria da Agricultura, a fim de ficar arquivado para qualquer eventualidade — quando se perde uma peça de um processo de terra, planta ou memorial, requerer-se a divisão de terras e esta, no seu arquivo, tem os elementos suficientes para nos fornecer nova documentação — também sumiu. Mas, sumiu quando? Quando buscávamos a escritura definitiva cuja procuração tinha sido dada pelo Dr. Pedro Calmon que, à época, como Reitor, passou procuração, num Cartório do Rio de Janeiro, ao Dr. Milton Santos, para retificar a escritura do cartório.

Eu, que era o encarregado — e sou até hoje — dessa Estação Biológica, desde o ano de 1939, onde desenvolvi pesquisas, recebi a importância relativa ao pagamento que foi de Cr\$ 12.753,20. Isto no dia 3 de fevereiro de 1954 e, em maio do mesmo ano, efetuamos o pagamento total, após ter sido publicado o Edital nº 789 nos Diários Oficiais de 16, 19 e 27 de setembro daquele ano, edital este em que o Estado, de acordo com a Lei de Terra nº 617, de 31 de dezembro de 1951, em seu art. 59, efetuava definitivamente a venda de terras ao Museu Nacional, conforme foi publicado, e eu tenho os Diários Oficiais aqui.

Mas, acontece, Srs. Senadores, que, em virtude de o Diretor do Museu não ir retirar essa escritura, em virtude de termos necessitado, através da sua Diretoria, de formar o arquivo do patrimônio do Museu Nacional, isso após a Revolução, porque foi, realmente, a Revolução de 1964 que chamou a si as reservas que o Governo do Estado tinha transferido ao Governo da União para o IBDF.

Desde 1952, ficou tramitando, e nunca essa autorização de aceitação da escritura por parte do Governo da União saiu publicada no Diário Oficial, apesar de ter "dormido" doze anos na Imprensa Oficial. Quando estava para sair, ia um Senador do Espírito Santo, puxava-o da gaveta e não deixava publicar. Assim se tratava a natureza neste País. Com a Revolução, vimos exatamente uma atitude digna, uma atitude que o Presidente Castello Branco tomou — eu tenho a documentação aqui, citando isto, porque, há doze anos, eu esperava salvar do Espírito Santo os últimos oásis de florestas, que me custaram dez anos de trabalhos escolher os ecossistemas onde estavam representadas todas as espécies da fauna e da flora do Estado nos seus nichos ecológicos, realmente em seu habitat natural. Reservas essas que levaram dez anos de trabalho para a sua demarcação; reservas essas que nos trouxeram um trabalho de prospecção em florestas tropicais — o primeiro realizado no Universo. Dez anos de trabalho!

Tivemos que fazer um levantamento em áreas de cinqüenta, cem, mil e dez mil hectares, para podermos escolher onde deveriam ser as reservas biológicas, as estações biológicas implantadas no Estado do Espírito Santo, para termos uma amostragem da fauna e da flora perpetuamente em seu habitat, cujos resultados dessa manutenção são dignos e de realce para a Ciência e para o desenvolvimento da agroecologia, da agricultura e ciências correlatas, em nosso País. Sim, porque quando se faz um trabalho de prospecção numa área florestal, sabe-se quantos exemplares de cada espécie vegetal ali existe, seja macro, médio ou microorgânicos, mas se faz um levantamento da fauna terrestre, seja vertebrado ou invertebrado, muito mais da macrofauna e da macroflora. Então, tivemos uma amostragem de todas as bacias hidrográficas do Espírito Santo, as quatorze principais; tivemos uma amostragem desde as restingas, o platô terciário, as florestas de encostas, as florestas altimontanas e ainda as consorciações uniformes, como é o caso dos manguezais, dos babaçuais, no norte do Espírito Santo, que é a mesma espécie da Amazônia — a *urbignia martiana*. Esse levantamento, foi feito durante dez anos.

É preciso que se diga que, em 1938, quando ingressava no Museu Nacional, encontrei o livrinho de um cientista chamado John Descurtiz — V. Ex's já têm visto livros publicados por ele, que veio a falecer, em 1831, no Espírito Santo, fazendo pesquisas em riachos, justamente onde é a Reserva de Comboios que estamos lutando para salvar, também — descobri que ele tinha falecido no Espírito Santo porque não se sabia aonde isto teria acontecido. Em viagem, naquela época, o Governador Capitão João Punaro Bley, que, por sinal, nos telegrafou em solidariedade, porque era conhecedor de todos os fatos com relação às Reservas do Espírito Santo; Carlos Lindenberg, como seu Secretário da Agricultura; Napoleão Fontinelli, Diretor de Agricultura; Henrique Ruschi, Diretor de Colonização, era um irmão que eu tinha; Dr. Manoel dos Passos Barros, ainda vivo, somos, juntos, em viagem para a zona limite inquestionável do Espírito Santo com Minas Gerais. Por quê? Porque sugeri ao então Governador Capitão Bley que daquela área em litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo fosse feita uma Reserva Biológica, e, quando lá fomos, dei parecer contrário, porque já tínhamos fazendeiros proeminentes, prósperos na região; estava ela minada de fazendas. Então, aquilo era um caso a ser decidido, como fora, mais recentemente. Pois bem, na volta encontramos, entre Barra Seca e Linhares, a área onde se criou a primeira Reserva Biológica no Brasil. No ano de 1938, se criou a Reserva Biológica de Barra Seca; depois, em 1941, se transferiu para o Governo Federal a Soretama que era anexa; a estrada fazia a divisa. Hoje, as duas se complementam e formam a Reserva Biológica de Soretama.

Em dez anos de trabalho, fazendo levantamentos, prospectos, conseguimos, então, definir os vários tipos fitofisionômicos ou

zoofisionômicos do Estado do Espírito Santo. E sugerimos, como Vice-Presidente do Conselho Federal, juntamente com o Professor Cândido Firmino de Mello Leitão e o Dr. Carlos Lindenberg, ao Governador a criação do Conselho Florestal, e, logo na primeira reunião eu sugeri o estabelecimento das reservas de proteção de fauna e flora, que são chamadas as reservas biológicas ou reservas integrais, definindo não só as características das mesmas. Por isso, escutávamo-nos, na região de Conceição da Barra, Pinheiros, Soretama, Nova Lombardia, Forno Grande e ainda o Caparaó, porque essas todas e Comboios já estavam criadas em 1953. As únicas que foram criadas fora do Decreto nº 55, de 1948, foram estas: Forno Grande, Pedra Azul e Comboios, que foram criadas em 1953. Assim, ficamos assegurados com representantes de toda a fauna e flora do Espírito Santo.

Mas, é também necessário que eu diga a V. Ex's que, para essas reservas, adotamos um critério científico para estabelecer a área mínima porque o Estado do Espírito Santo, sendo um Estado com 45.597 quilômetros quadrados, não se poderia dar ao luxo de ter uma área muito extensa para preservar; queríamos a área mínima, e assim o fizemos. Lembro-me bem que discutimos com cientistas, há 7, 8 anos, por que 20 mil hectares para a Reserva de Soretama. Desses-lhes "muito simples, porque, meu senhor, quando fizemos o levantamento da fauna e da flora daquela região, constatamos que uma onça pintada, para viver em seu habitat natural, precisa de 1.250 hectares de florestas virgens naquela região, porque só assim ela mantém, perpetuamente, alimentação para a sua sobrevivência e para seus descendentes".

Isto é relacionado à proporção de produção de biomassa que a floresta lhes dá. Sabemos que nos trópicos, principalmente aqui no Brasil, existe a maior produção de biomassas primárias do mundo; chega a mais de 1.000 toneladas/ano por hectare, e em alguns lugares não passa de 200 toneladas de produção primária por hectare/ano. Isto é significativo porque a energia solar, através da fotossíntese, faz com que surjam os produtores — são só os vegetais, no mundo, que a produzem, os animais são consumidores e, depois, há os microorganismos redutores. Então, de fato, na face da Terra, são os vegetais que produzem, o resto é consumidor. Vejam bem que volume nos traz a incidência de energia na Região dos Trópicos. Qual é a planta agrícola que mais se aproxima de uma floresta virgem? A cana, que dá 67 toneladas de produção hectare/ano.

Pois bem, dito isto, temos que comparar que essa produção de biomassa econômica é proporcional à biomassa primária. Assim, temos que o volume dessa massa é maior nos trópicos. A Amazônia, por exemplo, deveria ser o lugar que desse mais produção agrícola no mundo. Mas, vamos investigar por que isto não ocorre. Por fato, circunstanciais que chamamos a Lei de Liebig, em Ecologia, que são justamente os fatores limitantes. Vamos buscar energia solar através de fotossíntese, que nos oferece os elementos nutrientes seguintes: 44% de carbono, 45% de oxigênio. Somados, são 89%. Seis por cento é fator de solo, já não é mais atmosférico. Esse hidrogênio é da água dissolvida e existente no solo. Então, só restam 5%. De quê? De nitrogênio, 1,95%; de potássio, 0,95%; de fósforo, 0,20%, e assim por diante. Vamos ver, então, que esse restante que fala — magnésio e silício, 1,10%, e 0,08% de outros elementos — seria considerado insignificante.

Então, para se ter uma grande produção agrícola na Amazônia, seria muito fácil. Água, que é um importante fator limitante do solo — atmosférico já falei, 89% mais os 6% de água que lá se tem em abundância — se se tem em excesso, drena-se, se se tem insuficiente, faz-se a irrigação. Estaria, portanto, resolvido o problema da agricultura na Amazônia.

Aí é que tem! Às vezes os microelementos são os fatores limitantes, e é o que acontece com todas as zonas tropicais do mundo. É necessário uma análise; é preciso uma reestruturação de pesquisa científica em todas essas zonas de alta produção. Cinqüenta e doze por cento do consumo de proteinas do mundo é ainda de cereal, e não da carne de boi; é o trigo que dá os 52% da蛋白质 que o homem consome. Então, é preciso reestruturar, investigar não a fisiologia,

vegetal — esta já é muito bem conhecida — não os microelementos do solo que são desconhecidos, mas os vivos, os microelementos bióticos, porque até hoje se faz um planejamento agrícola, neste País, infelizmente errado. Agroecologicamente, todos os mapeamentos brasileiros estão errados; a Ciência diz isto, e eu o vivo repetindo na Escola Superior de Guerra, onde quer que seja, e provo por "a" mais "b", porque, sim nas zonas temperadas — já explicamos isso em várias oportunidades — os elementos componentes do meio ambiente necessário para a agricultura, nessas zonas, estão do nível do solo para baixo. Na mesma proporção, estão, nas regiões tropicais do nível do solo para cima.

Estão, no próprio corpo da Floresta Amazônica ou Tropical estão os elementos primordiais. Quando se tira uma floresta, numa região temperada, se está armazenando numa frise, principalmente quando da estação de inverno, todos os ingredientes indispensáveis para termos uma agricultura fértil. Tanto que, nas zonas temperadas, se cultivam 20, 30, 40, 50 anos sem precisar colocar fertilizantes, a não ser agora que o aumento da fome no Mundo e a explosão demográfica exigem que se aumente as áreas de plantio ou a produtividade. Só temos dois caminhos a percorrer.

As áreas a serem aumentadas, no mundo, só existem assim na América do Sul, na Amazônia ou nos cerrados; na África, uma parte, e um pedacinho da Ásia, porque o resto está todo plantado. Os 13,6 milhões de quilômetros agricultáveis estão quase totalmente plantados.

E se analisarmos em faixas latitudinais, como fiz na Escola Superior de Guerra, vemos, em população por habitante/metro quadrado, o que se pode ainda plantar no Mundo. E mais, na Amazônia, como estou dizendo, temos um solo de composição. Os estudos edafológicos no Brasil são muito bem feitos.

Quando se faz plantio, por exemplo, como se faz, para reflorestamento, se lembra a lânece rapidíssimo de agricultura, também só se examina os fatores abióticos. Então, são fatores climáticos e fatores edáficos de solo. Como estou dizendo, nas zonas temperadas em que se tiram, lânece guardada numa frise, ainda têm o inverno que, com a neve, mata todas as pragas. Aqui é o contrário: tirouse, é um calor intenso, isto acelera a produção de praga, a umidade também, e não ligam a importância aos outros fatores. Enquanto lá os solos são de atividade muito mais dinâmica aqui, são biológicas.

Os fatores bióticos é que devem ser analisados com muito mais profundidade — e não campo aberto de pesquisa para os institutos nacionais. Falo isto, e venho lançar um livro aqui, no próximo mês, na ADESG, sobre uma conferênci, e que fiz, analisando a agricultura no Mundo em relação às formulações. Pois bem, está tudo dito com os métodos empíricos, tradicionais e de agricultura, que chamei industrial, porque a planta, hoje, é uma máquina de produção. Conseguimos, através dos processos de genética, ter lânece de alta produção.

Conheceu V. Ex's o detendor prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug. Ele o conhece pessoalmente é um grande geneticista, e foi quem conseguiu o trigo vermelho, — trigo ando — cruzando o trigo norim — 10, que é uma espécie do Japão, com outro trigo americano, do México. Esse fabuloso trigo ando produz três vezes mais do que o trigo tradicional. Se o trigo tradicional produz um "x" com 43kg de nitrogênio, que é o fator limitante produtor de trigo, ele produz 2 toneladas. Mas, se se colocar 60kg, ele já não produz isso, porque a planta cresce demais, vai, então, é prejudicial. Mas geneticamente, se conseguiu um trigo ando, cuja espiga é três vezes maior do que a do trigo tradicional. Conseguia-se produzir "3x", na mesma área. Enfim, o aumento de produtividade é válido para aquele País que tem todo o seu solo plantado, e para outras regiões do mundo.

Acontece, entretanto, que para se obter esse "3x", se tem de aplicar 150kg de nitrogênio por hectare. Isto exige três vezes mais energia fóssil do que o solo, e assim, é em todo desenvolvimento para o aumento de produtividade. Se forças para o nível, iremos alcançar a mesma coisa.

Fu dia de Amazônia. Vamos dar o exemplo clássico, para não dizerem que eu não pesquisei a Amazônia devidamente. Quais são as culturas amazônicas? Temos a pimenta-do-reino, com um rendimento econômico viável; o cacau. Mas, o cacau é uma planta asquirofílo, é uma planta de sombra, é nativo da Amazônia. No entanto, hoje, com os processos de genética — obtenção de novas variedades e linhagens mais produtivas — já se está suprimindo a luz em função do aumento de produtividade. Isto é muito importante, mas cada vez que o homem mexe no patrimônio genético, a ponto de atingir essa fase, abre uma barreira muito grande. Ele consegue, sim, isso que deseja, ou seja, o aumento de produtividade, mas é acerada, alguma coisa do patrimônio genético somático que as plantas, em estado mais primitivo, ou pouco trabalhadas geneticamente, contêm, que são produtos de hormônios vegetais que nós, cientistas, chamamos feromônias — são descobertas recentes, de dez anos para cá. Os feromônias têm esta vantagem: são repelentes às pragas. Então, as plantas, na natureza, se defendem desta forma. É preciso guardar o patrimônio genético primitivo das plantas agrícolas do mundo.

Segundo ecólogos amigos meus, Dr. Whit e Dr. Dasman, um holandês e o outro norte-americano, se a humanidade não tratasse, nesses 5 anos próximos, de proteger o patrimônio genético das plantas agrícolas primitivas, iremos para o caos. Porque é como se fosse um cão de raça inédita, por exemplo, um pequinês, e um pé-duro. O pé-duro a gente larga para lá; o pequinês precisa de trato todos os dias, injeção, carinho, isso e aquilo. É natural, porque foi uma raça apurada pelo homem através da genética. Assim são as plantas agrícolas, em seu habitat natural elas devem ser guardadas. A batata, nos Andes, o caca, na Amazônia, o abacaxi, em Mato Grosso onde ele é nativo; o abacate, no México, e assim por diante. Porque esse patrimônio genético primitivo será sempre uma barreira de salvação para a agricultura no mundo; ele nos oferece esses elementos que a planta melhorada não possui, para dar-lhe imunidade contra certas pragas e doenças, isto está mais do que comprovado. Por exemplo, *Phytophthora infestans*, esse fungo que causa uma doença chamada peníose, quando os batatas estão infestados só se pode queimar, não há fungicida — até hoje o homem não descobriu — capaz de suprimir essa doença. Entretanto, se hibrida a batata-silvestre com a batata-ceto churrasco, batata de alta classe, obtém imunização por vários anos, tendo sementes, por vários anos, imunizadas.

Dessa importância do patrimônio genético é que eu quero ressaltar o valor das estações biológicas, porque lá estão as essências florestais, as flores silvestres, tantos animais importantes para a humanidade, para a própria saúde do homem. Quantos testes temos que fazer...

Poderia dizer a V. Ex's o que estamos fazendo, recentemente, com beija-flores em relação à hibernação no homem, extraíndo os hormônios responsáveis pela hibernação no beija-flor que, toda noite, é abrigado, é protegido, porque come trinta vezes o seu peso e, se não hibernar, à noite, morre de inanição. Estamos com microestiletes funcionando à base do encéfalo anditau e potau, colocando soro fisiológico aqui e retirando lá, quando ele está hibernado, saindo com essa gotícula ínfima de líquido, que é analisado em aparelhos eletrônicos hoje, se consegue fazer uma análise perfeita com uma gotícula, invisível ao microscópio, tal o desenvolvimento tecnológico científico.

Falava eu da pimenta-do-reino. Para obtê-la, no Pará e em Maranhão, temos que usar 400kg de nitrogênio no solo, de 400 a 500kg de fosfato/hectares, e temos que ter de 300kg a 400kg de potássio — os japoneses ainda adicionam esterco de galinha, de curral. Isto custa, atualmente, 85%. Então, o lucro é de 15% — com o trabalho do homem, com tudo isto, sobram 15%.

Vêem V. Ex's a decaída do solo tropical amazônico, naquela região. Há regiões que não são tanto assim, são menos lixiváveis esses elementos. Alumina, por exemplo, onde se faz plantio de cana, tem-se, no primeiro ano, 110 toneladas de cana/hectare; segundo ano, 30 toneladas; terceiro ano, zero, porque é arenoso, lixivável. Todos os elementos tem que se revitalizar.

Agora pergunto eu: e essa agricultura industrial em que todo mundo embarcou? O Brasil também, porque está precisando aumentar suas exportações, quer ser auto-suficiente em elementos como por exemplo, o trigo. Sou autor do Plano Nacional de Auto-suficiência em trigo, no País, e entra por uma razão patriótica acima de tudo, é claro: Uma tonelada de trigo, no Rio Grande do Sul, nos custa 218 dólares, 60% destes valores são de fertilizantes químicos, o que corresponde a quase 120 dólares. Quanto custa uma tonelada de trigo puro no moinho no Rio Grande do Sul, vendida pelo governo norte-americano a nós? Noventa dólares. Então, é lógico que nós, que queremos exportar e obter divisas, não vamos gastar 116 dólares para apurar 90, seria o caso se tivéssemos de exportar.

Mas, por outro lado, temos uma janela aberta? Errado! Não estamos plantando feijão suficientemente; todos sabem que importamos feijão do Chile, do México e assim por diante. Temos que olhar os problemas nacionais relacionados com isso. Veremos, por exemplo, as experiências do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia — que está fazendo um belíssimo plano de trabalho ativado. Já os adverti com relação às pesquisas e fatores bióticos que são mais importantes, estes vão definir o futuro das regiões geoeconómicas do País, porque a nossa área é muito mais tropical do que temperada, a não ser no Sul, por adveitação, porque no País nós não temos as condições de agricultura como têm os países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, não se planta trigo onde se quer, e nem quando se quer. Aqui não, planta-se o que se quer, onde e quando se quer. Quer dizer, há uma democracia fabulosa neste sentido, mas porque não estamos amadurecidos ainda. O problema de educação nesse sentido também é primordial.

Temos zonas, no Brasil. O agricultor, que veio da Europa, ensinou — plantou feijão, trigo arroz, mandioca — e viu o que dava melhor. Acertamos na Região Sul — região própria de cereais, desenvolve-se muito bem até São Paulo. Mas, caminhando para os trópicos, por exemplo, nem gosto de falar do crasso erro que temos, no Espírito Santo, em plantar café, erro abominável, irresfletido, só porque a saca de café dá Cr\$ 3.500,00, então, ele é econômico, mas o dia em que ela voltar ao preço normal será um fracasso total para o Espírito Santo. Porque, analisando agroecologicamente o problema, fizemos um mapa agroecológico e outro climatoecológico relacionados com o café. Na superposição dos dois mapas, tivemos o agroecológico, e vimos que não temos, como se chama em Ecologia, uma região com condições de produção plena. Isto existe em São Paulo e em partes do Paraná e de Minas Gerais, para café; o Espírito Santo tem condições restritas, moderadas, em algumas regiões que são mais ou menos lucrativas, e inapta, esta sim. Só o fato de não dar café, todos os anos, na mesma quantidade no mesmo local, já não é mais condição plena.

Todos conhecem a questão do café de ciclo, no Espírito Santo: um ano dá muito, outro não dá nada. Só isto, ecologicamente falando, já é uma região para a qual não se deve estudar esse plantio, a não ser quando há uma geada no Paraná, e os outros países, como ocorre na África, estão brigando. Assim, o café que o Mundo obtém não é suficiente, e vai a esses preços altos, como vimos chegar a Cr\$ 3.500,00, no Espírito Santo. Normalmente, como agora, pelo que se está investindo, para obter uma produção de 12 sacas por mil pés, que não compensa o que se apura no Espírito Santo, de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 1.800,00 a saca; quase isto o lavrador gasta. Por quê? Porque o café, primeiro, é do tipo inferior — 7,8; segundo, não dá qualidade de bebida, quer dizer, não dá bebida estritamente mole.

É natural que, se o Brasil, na sua política de exportação, quer dinheiro, vou exportar café tipo 4,5 ou 6 de São Paulo, porque nos pode dar, por exemplo, 400 dólares a saca; não vou exportar do Espírito Santo que dá 220 dólares. Ora, se a cota do Brasil é em milhões de sacas, não vou exportar milhões de sacas de café do Espírito Santo quando posso exportar de São Paulo, que vai trazer muito mais divisas ao País — é uma questão econômica. São problemas relacionados com a Ecologia. Estou citando esses exemplos para, depois, dizer o que de fato é a Reserva Biológica de Nova Lombardia, de Santa Lúcia, com o que ela tem de beleza natural, cênica, mas

nos seus elementos realmente importantes para o estudo do futuro, como teses que já são elaboradas anualmente — lá se faz teses de Doctorado, assessorado por mim, pois sou seu orientador, de Mestrado, em plantas epífitas ou não, porque a disciplina que leciono na Universidade do Rio de Janeiro, no curso de pós-graduação, é Biologia das Epífitas, que parece não ser importante, mas o nosso é o País mais rico do mundo, e o lugar mais rico do mundo em epífitas é aquela Estação Biológica. Quando um estrangeiro chega lá fica embasbacado por ver 600 mil plantas, mais de 600 espécies, 302 espécies de aves, e poderia a Estação ser um instituto internacional de Ornitológia. Aquele Região tem elementos que nenhum Estado do Brasil possui. A verdade é esta!

Se houve esse impasse reputo-o a uma inaptidão do nosso Governador, que começou me elogiando muito, no início do seu Governo, mas, quando denunciei corrupção no Governo, ele logo achou que era impossível. Mas, eu as provei, e tanto provei que foram tantas provocações, depois. Essa realidade foi encarada por outros Governadores de maneira diferente. Tivemos Cristiano Dias Lopes no Governo, e denunciei corrupção. No entanto, dou-me com ele até hoje. No Governo de Artur Carlos Gerhardt Santos houve a mesma coisa: denunciei e ele tomou providências, anulou até as escrituras — tenho, aqui a... pasta, para mostrar se quiserem — e também me dei com ele até hoje.

Ah! Porque brigo com a Araucruz Celulose, com a Araucruz Florestal, com a Vale do Rio Doce... Eu me dou com teda a Diretoria da Vale do Rio Doce; sou até convidado, às vezes, para cantar parcerias. Mas é a Ciência, meu Deus! Não sou político; não tenho pretensão alguma... Disseram — até exploraram esse caso — que uma vez fui candidato a vereador e obtive 17 votos.

Isto aconteceu, realmente, no meu Município, porque eu prestava serviços junto aos Ministérios no Rio de Janeiro, mas não era político! Fazia: "Vocês me elegem Vereador". Toda vez que eu fosse lá eles diziam assim: "O Sr. é Vereador de onde"? E eu: "Não sou Vereador, não sou nada!" Pensei. "Bom, vou me eleger Vereador". Então, pedi.

Mas, acontece que eu não sabia que, àquele tempo, para ser Vereador, tinha-se que mandar fazer cédula. E não as mandei fazer; quem votou em mim teve que escrever à máquina. Então, tive 17 votos, o que representa muito, pois foram 17 máquinas que funcionaram numa cidade como a minha, que quase não tem esse número de máquinas.

Então, V. Exs. vêem bem como eu tinha o objetivo de ser político na vida. Agora, podem ficar tranquilos, eu não quero ser nada. Muitos já vieram dizer: "Professor, o Senhor nesta campanha, ressuscitou o País, a juventude". É, estou dirigindo a juventude mas para o bom lado; estou citando dos princípios que a Revolução tem. Fiz, agora, cinco ou seis conferências no Rio de Janeiro. Cheguei a adoecer na Academia de Ciência, na Sociedade para o Progresso da Ciência, onde há subversivos. Mas, chamei a atenção desses jovens! Se eles me querem como líder, ou me têm como um cientista de gabarito, as conferências que profiro chamam a atenção em benefício da minha Pátria. Não admito que ninguém seja mais patriota que eu, eu amo o meu País sem erros em minha mente... (Palmas.) Sei o valor que isso tem, e se luto pelos princípios e por essa ideologia científica é porque tem um cunho realista, e é verdadeira! Que provem o contrário os cientistas! Não, às vezes, jornalistas como, no meu Estado, que me chamam de "curiosos", "pseudocientista", cientista entre aspas. Para mim é uma glória, na minha terra, ser chamado assim; só me traz dignidade; só me faz trazer estímulo ainda mais. Jamais encontrei barreira intransponível na minha vida e assim serrei até o fim de a. Sei que a Ciência está acima de tudo; a Ciência não tem pátria, mas o cientista sim. É esse o princípio que tenho e levo comigo.

Prefiro continuar falando e mostrando os slides, porque realmente, eu disse a V. Exs. que o patrimônio... Bom, em primeiro lugar, quero decepcionar esta Comissão do Senado por essa má colocação em ambiente em que não se pode ver uma projeção com ni-

tizer, se eu trouxe slides dignos de serem vistos em qualquer parte do mundo.

(Projeção de Slides)

Aqui, por exemplo, é a área em questão que gostaria de mostrar, mas não posso ver aqui. Eu peço que na próxima conferência que tenham isso. Posso mandar colocar uma cortina para escurecer, se quiserem. (Risos.) Não sei se estão enxergando alguma coisa...

Temos então uma área verde. Esta é a estação Biológica do Museu Nacional. Temos as áreas de Napoleão Fontinelli, de Osvaldo Moura Neves e de Apolinário Nascimento. Essas áreas Augusto Ruschi comprou, em 1940. Na escritura de compra, coloquei uma seguinte cláusula: "Esta área será transferida para o Museu Nacional quando este exigir". Em 1968, tive um encontro, na Venezuela, quando pesquisava nos Andes. Quando voltei, a primeira coisa que fiz foi tratar de transferir essa área a quem eu desejava — Museu Nacional — e ela foi transferida. A Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, aliás, é uma sociedade que nasceu para ajudá-lo, e existe, seu primeiro Presidente foi Guilherme Guinle; atualmente esse cargo é do Dr. Henrique Solo, um geólogo.

Essa área em marrom foi particular. Essa outra é o do Museu Melo Leitão. Já essa área, porque estava inclusa em floresta era de um particular, foi comprada e será transferida para o Governo da Nação. Quando eu morrer, todos os bens pertencentes ao Museu Melo Leitão serão da Nação. A minha idéia era deixar para o meu Estado do Espírito Santo, como, em 1953, o quis entregar, todo o meu patrimônio ao Governador João dos Santos Neto, e ele, então, me alertou, — e é que era administrador, não era tão político como foi um grande administrador — dizendo: "Você está ficando louco, rapaz? Não sabe o que é política. Por que você quer entregar isso?" Respondi: "Porque cresceu de tal maneira que não tenho recursos para manter". Perguntou-me ainda: "Quanto de recursos"? Dispense "tanto" por ano, ganho "tanto" então, não posso; por isso quero deixar para o Estado". Ele retrucou. "Você não vai deixar isso porque, hoje, sou Governador, comprehende, mas, amanhã, entra outro aqui e até lhe tira de lá". Era o que teria acontecido, agora, se eu não fosse proprietário da área.

Fu estaria no olho da rua com esse Governador demagogo que temos lá. Isto eu digo em qualquer lugar, e provo, porque, quando ele sai numa viagem, os serviços de prioridade que oferece são vergonhosos. Quais deles ele cumpriu, pergunto eu? Muito pouco, se é que cumpriu.

Pois bem, essa área aqui vem compreender, agora, como foi feito esse convênio, que eu não assinei, mas meus chefes sim, — o Presidente da Academia de Ciências, o Vice-Presidente do Conselho Nacional de Cultura, o Diretor do Museu Nacional, o Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a que está subordinado o Museu Nacional, e outros órgãos mais se fizeram representar no ato. Mas, eu fiquei em suspense porque ainda tenho preso no meu bolso, na minha consciência, aquele dinheiro que a Nação me deu; e Paulo Fundão e eu fomos lá e pagamos as terras, mas não obtivemos o seu domínio. Será que não entra na cabeça de um Governador a dignidade de um cientista que, desde os 10 anos, está pesquisando, para ser amordilhado porque fala a verdade, quando há corrupção com relação ao patrimônio da natureza, essa natureza que está sendo depedrada de uma maneira tão tremenda, na faixa das florestas costeiras ou de driadés, de Martins, ou Atlântica, como ela é conhecida científicamente?

Não temos mais quase uma amostragem dessas áreas; o que tivemos lá no Nordeste, agora, foi a transformação total da floresta costeira, a oriental chamada, hoje em caatinga, e é o que poderá acontecer no Espírito Santo: é o que poderá acontecer com a Amazônia: a transformação em um deserto não arenoso, mas, muito pior, um deserto de terra de brique, um deserto de laterita — a laterita é o principal elemento da Região Amazônica brasileira, — porque um deserto arenoso, como o do Oriente, ainda é recuperável com muito dinheiro, como os judeus fazem em Israel — em outras regiões, tornando-se terras férteis, mas aqui o desastre será total, como o é na

Africa. Ao lado do maior rio Sombundo — Nilo — corre o maior deserto do mundo, e, equitativamente, isso também poderá ocorrer aqui, segundo as análises de infra-estrutura que fizemos e publicamos, em 1948. Está dito na fitogeografia do Espírito Santo, uma análise da Amazônia, na região do Tocantins, que passaremos a cerrado, a caatinga, e, se continuarmos com os mesmos processos, chegaremos ao deserto na Região. Mas há outras regiões em que isso não ocorrerá, porque os rios, que nascem nos Andes, são perenes, e outros não se tornarão perenes. Os rios que nascem na Cordilheira Central raramente serão perenes, no Brasil, ou fora da Cordilheira Central, em outras regiões, por fatores que toda a geomorfologia nos está indicando em outros Continentes.

Por favor, o próximo slide.

(Projeção de slide.)

Lá temos vinte cinco mil árvores numeradas. Aqui, estou dando uma área de aproximadamente vinte e dois mil metros quadrados. Dentro dessa área da Reserva Biológica, temos quarenta e cinco árvores. Fizemos um levantamento. Temos: *laelia chantina*, um exemplar, *pleurothallis expudicata*, dois exemplares, *pleurothallis marginata*, e assim por diante, vem dizendo o que tem em cima de epífitas. Assim, estão classificadas seiscentas mil orquídeas, árvore por árvore.

A 27 metros de altura, montamos gerais especiais, desses de metal, vamos lá em cima e passamos a noite observando o agente polinizador. Comecei isso, em 1939, fiz um plano no Museu Nacional, que seria de 45 anos de estudos para a monografia das orquídeas do Espírito Santo. Já vamos terminar, e no ano que vem, começaremos a publicar os dois primeiros volumes. Dentro de quatro anos, os oitenta volumes estarão publicados.

Mas, naquela ocasião, me lembro que Dona Heloisa Torres, Dr. Aragão, Olímpio da Fonseca, que ainda está vivo, e outros cientistas brasileiros se admiraram, principalmente os botânicos, entre eles Kurt Brad, Duque Ferreira, em que eu fizesse um plano para 45 anos de estudos. Ritam, até. "Vou explicar aos senhores", disse eu, naquela ocasião. "Vivo na floresta, trepo naquelas árvores e vejo que a maioria dos agentes polinizadores das microorquídeas são microinsetos noturnos, e nunca se ouviu falar em polinização de orquídeas à noite". Eles ficaram admirados. Continuei: "Como há seiscentas espécies, no Estado, quando é que vou ver os polinizadores de todas elas, se algumas são polinizadas durante o dia?"

Pois bem, dai a um ano e pouco, encontrei o beija-flor polinizando orquídea. Tive, portanto, que estudá-lo, e, até hoje, estou estudando uma série de assuntos paralelos.

Um outro dia, encontrei o morcego polinizando orquídeas. Passei a estudá-lo. Apanhando a bibliografia do meu Estado, vi que, desde 1815, quando Saint Hilaire e Maximiliano Deville, em seguida, estiveram pelo Espírito Santo, eles colecionaram só oito espécies de morcegos, até 1942, quando eu começaria a estudar os morcegos, que Lhering colecionou, mas não passou de oito espécies.

Estudando, em 1954, eu acabava uma monografia com 42 espécies de morcegos, cinco novas espécies e as outras nunca assinaladas para o Espírito Santo. Isto é Biologia.

Um belo dia, encontro um macaco comendo orquídea, comendo flor de *manila Chamis sonus*. Então, fui fazer uma monografia sobre os macacos do Espírito Santo — são dezenas espécies. Isto é Biologia, é querer saber a vida da planta e a relação entre os animais e vegetais: a interrelação, o que significa aquele macaco para aquela orquídea, para o ambiente — isto é Ecologia.

Assim foi que, nessa oportunidade, cheguei ao Espírito Santo, em visita ao Museu, o nosso Embaixador dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro — ainda não estava em Brasília — que era Lincoln Gordon. Expliquei-lhe o que eu estava estudando, porque a Senhora dele é geóloga. Dei uma aula de geologia da nossa Região, de Santa Teresa. Expliquei e fiz ver a ele a necessidade disso, mas que, no País, não tínhamos know-how. Fui eu quem o introduziu no Brasil, e tenho orgulho de dizer, neste momento no Senado, chamando a atenção do Sr. Embaixador, para que estendessem não só aquela assistência social que eles prestavam, aquela alimentação escolar, e etc., mas

que também nos dessem *know-how* no campo científico, porque o Brasil era carente, principalmente, em Ecologia. Hoje, V. Exs podem ver, fui o primeiro a receber cientistas no País, ainda hoje reclamam porque, agora, não tenho nenhum americano comigo, mas, durante seis anos, cinco ecólogos americanos, e fizemos uma pesquisa importante para os Trópicos — fechamos a cadeia e entre os produtores, consumidores redutores da floresta. Vamos ver *slides* a respeito disto.

(*Projeção de slides.*)

Esta é uma vista da Estação Biológica. Vê-se o rio Timbú e a floresta, mais ou menos.

(*Projeção de slide.*)

Aqui é uma *vriesia hieroglífica* — espero que tenha um exemplar melhor. É uma planta que descrevi no Congresso Internacional de Botânica, em 1954, é a mais bela *vriesia*, que é uma bromeliácea do mundo, só vive nessa região; é endêmica. Quer dizer, se derrubássemos aquilo, iríamos perder tudo isso, se bem que, devo dizer, a intenção do Governo em tomar essa área não era para derrubar; queria que o Instituto Estadual de Floresta a conservasse, mas a área principal era para plantio de palmito, e está no processo. Uma Companhia requereu a área para plantio de palmito. Mas, não era bem para plantio, Exs, porque a nossa estatística acusa lá quase 150 mil pés de palmito, este palmito enlatado é dinheiro para chuchu...

Peço que projetem o *slide* seguinte.

(*Projeção de slide.*)

Aqui é uma *tatuei arri soni* e uma *vriesia portiana*.

Outro *slide*, por favor.

Vou mostrando rapidamente.

Aqui está um pé de palmito. Vejam como é cheio de bromélias. Até o palmito tem epífitos. Então, vale a pena lutar para eles não tirarem os palmitos de lá.

(*Projeção de slide.*)

Aqui está a *vriesia hieroglífica*. Esse é o Presidente da Academia de Ciência, há doze anos passados. Vejam bem que isso é visitado desde antes de 1940. Em 1926, eu já estudava isso, com 10,11 anos de idade.

(*Projeção de slide.*)

Isso é um trecho inicial de uma cascata. Temos a maior cascata do município, dentro da Estação Biológica, que tem duzentos metros de salto.

(*Projeção de slide.*)

Temos, agora, *nauregelia rubrifoli*. São plantas muito lindas, mas, neste ambiente, infelizmente, não dá para se sentir o que são.

Aqui é uma região de pedras, pedras estas que são alcantiladas; são montanhas rochosas imensas, cheias de bromélias de que iremos ver detalhes.

(*Projeção de slide.*)

Aqui, estão no topo de uma das rochas alcantiladas; são estudantes universitários da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(*Projeção de slide.*)

Aqui está uma drósera, planta carnívora que dá no chão, naquela Região. Podemos ver, justamente, os insetos apanhados por essa planta.

Infelizmente a luz não nos permite ver detalhes.

Pode ir passando os *slides* mais depressa. Essas plantas parecidas com candelabros só existem naquela área. Só estou mostrando plantas endêmicas.

Aqui são desenhos que fiz aos dez anos de idade, nessa época. Não conhecia nem Botânica com dez anos, mas já fabricava as tintas com papel de seda.

Esses desenhos foram expostos no salão de abertura da Primeira Bienal Internacional de Arquitetura, no Ibirapuera. O Salão de Abertura foi meu. Foram cinco salas: Lúcio Costa, Niemeyer, Cardoso, de São Paulo, Artigas e Augusto Ruschi. Essa exposição foi inaugurada pelo Vice-Presidente Rademaker, na ocasião, eu nem estava em São Paulo. Mas, fiz a Conferência de Encerramento, levando uma contribuição para a Arquitetura, áreas de pesquisas em que, até hoje, os arquitetos estão dormindo. "O que a Arquitetura progrediu no mundo além da parte estética, além — dizia eu naquela conferência — de calefação e luminosidade? O que a Arquitetura pesquisou em relação à Ecologia e nicho ecológico profissional de cada indivíduo humano? Porque deve ser aplicada ao homem."

Pois bem, citei um acontecimento importante. Estava eu no deserto de Saara, num oásis, estudando morcegos, quando fiz a minha monografia para uma editora zoológica francesa, que é de Pierre Grasser, é a obra mais recentemente publicada na Europa, são cinqüenta volumes, dos quais estão saindo os últimos — a parte de morcegos foi escrita por este pseudocientista, este curioso que lhes está falando, segundo os da minha terra. Assim, lá, sentado no topo de um cupinzeiro, consegui sentir, um dia, a necessidade de sono, um daqueles cupinzeiros, para ver como estavam se comportando os cupins. Mandei os homens que me auxiliavam, que eram de Casablanca, e Marrocos, abri-lo. Fizam mais ou menos onze horas de dia. Vi que a sua metade era habitada por cupins de um lado, e o resto, zero, não tinha nada. Percebi que era uma questão de calor, incidindo este de um lado, eles mudavam para o outro; à tarde, eles mudavam novamente de lado, o que se repetia à noite. Com os formigueiros ocorria a mesma coisa, tinham eles esse fôr... natural.

Achei a questão interessante era em aspecto de temperatura, de luz e, também, da areia que os ventos traziam para que não fossem acumulada. Voltando a Marrocos, vi que quase todos os telhados das casas V. Exs já devem ter passado por Casablanca — são em cone, geralmente, por causa das areias, porque se fizessem telhados chatos, como os dos desertos do Médio ou do Peru, que são chatos porque há áreas em que não chove há 300 ou 400 anos, onde, caso contrário, as areias cairiam e o seu peso afundaria os telhados.

Lá é por causa da areia, mas, aqui, não há vento de areia, isso chamou-me a atenção e fiz uma comparação, nesse Congresso, na Conferência de Encerramento, dizendo-lhes: "Vocês comparar para vocês o que é morar numa megalópole, como São Paulo, onde hoje, de manhã, atravessei uma rua e vi uma bonita frase, que reproduzo para vocês, 'Nós ajudamos a edificar o Brasil'".

Era uma fábrica de cadernos de papel que, depois, foi fechada. Porque naquele mesmo dia que por ela passei às sete horas da manhã, indo para o Ibirapuera, tinha visto uma porção de gente na rua, correndo, sem poder respirar. Quando se queimava uma folha de papel — V. Exs já devem saber, mas se não sabem é só ler — é um teor de mercúrio está sendo volatilizado, não tanto para chegar ao ponto de matar alguém, mas a quantidade que envolve aquela fábrica dava para matar gente, até. Contei a fato e disse-lhes o que eu pensava sobre a megalópole de São Paulo, na sua densidade, e, no seu plano de urbanização. Isso eu cansei de gritar, naquele bairro, e lá sou uma andorinha que não vale nada mas, se conseguisse bairram um Maurício não sei de que, arquiteto, que faz um "trajô" fabuloso, porque eu conheço a equipe dele. E, quando ele vai a Belo Horizonte, joga-se fora aquele monte de coisas, e os próprios do Ipiranga, é isto, baseados naquilo, fazem e dizem que são eles os autores. Não executam, porque criticam o que ele fez, pois necessitam que se devolva Vitoria, que não tem área verde, e São Paulo, quando lá tem — não dava um metro e meio. Têm V. Exs a obrigação de fazer uma legislação e obrigar a indústria a sair daí. Eles só podem com um prazo de 10 anos — não se quer, dia dia, que se arrebente a economia nacional. Absolutamente não é possível que se deseja mais,

sim, dar, de fato, condições de vida ao homem da cidade; é preciso aumentar a área verde. Se, hoje, se diz que a área mínima é de cinqüenta metros quadrados por pessoa, devemos dizer que Brasília tem cinqüenta e dois metros. Mas, não os prédios estarem todos aqui e um "montão" de verde lá fora. Ora, isto Vitória tem, porque possui as matas do Convento da Penha — coitadinhas — mas, o dia em que Tubarão funcionar, não vamos ter aquela ermida do Convento da Penha, não vai sobrar uma árvore, porque os gases sulfurosos não vão admitir que elas fiquem vivas, se bem que eles vão soprar só três meses por ano, oito meses será em cima da cidade, para o povo respirar. (Risos) Esta é a realidade que a Ciência provou e ninguém pode contestar. Não sou contra a instalação da Usina de Tubarão no Espírito Santo. Quero até mais de uma, mas quero lugar certo. Fui eleito cidadão de Vitória e tenho direito de falar aos meus concidadãos! É isto que acho.

No rio Doce, podem colocar quantas usinas quiserem. Conheço o Reno, Delaware, a Bethlehem Steel, conheço todas as maiores siderúrgicas do mundo e sei onde elas estão implantadas. Em Vitória, se for para funcionar doze milhões de toneladas, ou vamos dessalinizar a água do mar, ou vamos canalizar o rio Doce para lá. Esta a realidade! E quero que alguém me diga que não; quero que apareça esse técnico que diga que será possível, de outra forma, fabricar doze milhões de toneladas de ferro sem buscar água no Rio Doce, porque o Santa Maria nem o outro dá. Que os grupos econômicos têm muito eleitorado, muita força, têm. Então, eles podem colocar. Eu disse mesmo que o Governador da ocasião, ingavelmente, o pioneiro Artur Gerhardt Santos, no meu Estado, foi quem levou esse plano de siderurgia que, talvez, se transforme até em realidade. Mas, dentro de Vitória, sou contra.

A sua euforia era tanta que se o Presidente da KAWASAKI lhe dissesse assim: "o melhor lugar é aqui no Palácio Anchieta", ele dava o Palácio para montar a usina. Esta é a realidade, meu Deus. Eu sou cientista, não entendo nada de política, mas a verdade eu tenho que falar!

(Projeção de slides.)

Esses são desenhos feitos com 10, 11 anos de idade, até 14: *mucattaea*, *oncidio*, *aspasia*, *górgona*, *birendária*, *dickia*, *péndula* e sua flor, vista ampliada, flor esta que abre e fecha durante o dia.

Temos, agora, o ninho do beija-flor.

Peço que esse slide permaneça um pouco, porque vou explicá-lo. É uma das picadas dentro dessa floresta. Estão V. Ex's vendo esse aqui, barbadinho, que é o Dr. James Jackson, Diretor em nível de PhD de todos os cursos de Ecologia dos Estados Unidos.

Foi a esse homem que me dirigi, quando elaborei um projeto para fazer, aqui, essa reciclagem — produtores, consumidores, redutores — que ninguém ainda fez em nenhuma floresta tropical do mundo. Tal reciclagem foi feita por nós durante seis anos; eram cinco cientistas americanos, eu e mais 18 homens trabalhando. Esse homem, quando viu o que eu queria fazer, me escreveu dos Estados Unidos, perguntando: "Eu posso ir aí para ver isso?" Respondi-lhe que era uma honra para mim. Ele veio e disse: "Eu posso ficar aqui? — ao que retruquei: Se você ficar aqui vai dirigir, eu não quero ser nada; eu não entendo nada disso à vista de você". Ele ficou seis anos conosco. Ao sair daqui, fundou a Escola de Ecologia de Campinas, que é a primeira e melhor do Brasil. Ele já voltou para os Estados Unidos. Essas telas, que têm dois metros quadrados, são em número de quatrocentos, distribuídos pela floresta, e têm a seguinte finalidade: Isto estuda-se aqui a limnologia, as águas do solo, pequenos lagartinhos. Depois, foi feito o estudo limnológico, quer dizer, os microorganismos, tudo que tem dentro d'água. Do solo, a camada de húmus foi estudada. Então, para dar uma idéia a V. Ex's do que são, realmente, os microorganismos que formam húmus numa floresta tropical. Um centímetro cúbico de terra, aqui, de húmus, tem 290 milhões de bactérias. Quando se emprega o fertilizante químico nessa mesma terra, passa de 290 milhões por centímetro cúbico para 29 milhões. Vou explicar-lhes o porquê. As bactérias e outros microorganismos transformam os elementos químicos inorgânicos em assimiláveis. É um trabalho forçado, para que as plantas possam

absorver esses elementos nutritivos. E, quando o homem emprega o fertilizante químico, como na agricultura industrial, quer dizer, nesse aumento fabuloso de produção, já é o elemento dissolvido, é só colocar água que ele vai diretamente para a planta. Então, a planta se transformou numa máquina de produção. Esta é a realidade, e daí o perecimento desse volume de bactérias por não terem o que fazer, por não terem do que alimentar. Então, elas são eliminadas. Pois bem, aqui, eram apanhados os elementos da água, do solo, húmus etc. e, também, os da atmosfera. Todas as folhas que caiam aqui, uma vez por semana, 18 homens e mais seis famos reunindo. Cada uma dessas tem uma placa com o número, e temos sacola especial para recolher tudo o que caiu aqui. Esterco de morcego, sementes, fezes de pássaros, tudo é apanhado, — são telas que deixam filtrar só a água — levado ao laboratório, pesado é feito um estudo para se calcular a produtividade primária. É assim que se faz. Essa é a produção da floresta, é o que ela produz por hectare/ano, porque está em equilíbrio. Então, quase que ela consome aquilo que produz, a impressão que se tem é essa. Já se viu falar, por exemplo, que quase todo o oxigênio que a Floresta Amazônica produz ela consome. Realmente é verdade. Mas, ela apresenta mil toneladas por hectare, em alguns lugares, de produtos que o homem poderia retirar, frutas, por exemplo, ele poderia colher. Isto não é material agrícola, mas é apenas para dar uma idéia.

(Projeção de slides.)

Temos aí, novamente, o Dr. James Jackson. (Pausa.)

Esse outro slide é nosso. Estábamos colhendo sementes de imbaúba e folhas secas, que seriam pesadas. (Pausa.)

Essa outra projeção é de várias espécies de orquídeas.

Temos o *coliantes* que tem um líquido especial, adicionado, e outras glândulas na parte de baixo — o alcalóide. O *marimbonfod* consomem o alcalóide e as abelhas, o líquido adicionado. Biologicamente, essa planta é importante. (Pausa.)

Nesse slide, V. Ex's, estão vendo a gota caindo nesse balde. Esse líquido é doce, tem gosto de pêssego e cheiro agradável. (Pausa.)

Nesse, V. Ex's, vêem um beija-flor buscando, também, esse líquido adocicado.

Tudo isto tem que ser pesquisado.

A polinização do beija-flor nas plantas é muito importante. A das abelhas também o é. (Pausa.)

Nesse slide, temos um beija-flor numa *rodriguesia venusta*. (Pausa.)

Aí, uma *manictonia flavessis*, vai até o Sul do País. (Pausa.)

Ai está uma *lelia* e outra sendo polinizada por uma abelha. (Pausa.)

Temos, agora, uma *laelia daiana*; uma *bifrenaria*. (Pausa.)

Sobre essa espécie, faço questão de falar. É um *fitamidium Geisel* — foi dedicado ao nosso Presidente da República — do Pico da Bandeira. Vale ressaltar que não é da nossa Estação Biológica. Foi dedicado a Sua Excelência porque, no dia 19 de novembro de 1975, o Senhor Presidente da República assinou o Decreto, que 130 nações já haviam assinado — o Brasil havia se comprometido, em 1973, numa reunião na Europa — destinado à preservação das espécies em vias de extinção. Isto saiu publicado no *Diário Oficial da União* dessa data, 19 de novembro de 1975. Então, como é do nosso costume, todas as espécies novas são dedicadas a cientistas de renome internacional, ou a pessoas que tenham visitado o nosso Instituto. E Sua Excelência, antes de assumir a Presidência da República, visitou o Instituto Melo Leitão. Já sua esposa e filha o visitaram, pela segunda vez, no ano passado, quando o Museu fez 27 anos, e plantaram a Árvore Símbolo. Dedicamos, então, uma *oncidium* a Sra. Geisel, também vindo quase do mesmo lugar, do Pico da Bandeira, onde há o Parque Nacional. Essas coisas são significativas, porque foi o que estabelecemos quando inauguramos o Museu. Todas as espécies novas serão, conforme as leis sistemáticas, dadas a nomes de pessoas. Eu poderia dar a caracteres particulares que a flor tem, como botânicos davam, mas foi um destino que dei à nossa Instituição, o de proceder sempre assim, valorizar os homens porque o interesse nosso

é a preservação da natureza, não é toda — como disse. Todas as reservas biológicas não somam 500 km², e o meu Estado, como falei, tem 45.597 km². Então, estamos querendo um mínimo das áreas e não absurdos, como muitos pensam, e isso será de utilidade, repito.

(Projeção de slides.)

Temos aí uma polinização. Essa orquídea, por exemplo, recebeu o nome da senhora do ex-Governador Artur Carlos Gerhardt Santos. É uma espécie dedicada a Sra. Velloso.

Temos, agora, uma *abenaria*, uma espécie terrestre, *logo carcaratu*, por causa dos serviços sociais que ela prestou aos pobres no Espírito Santo, com dedicação e desempenho fora de qualquer interesse político. Essa senhora trabalhava religiosamente, com um carinho todo especial — que pude presenciar como cientista — sensibilizou-me e, então, dediquei-lhe uma orquídea.

(Projeção de slides.)

Temos uma *laelia chantinna*, uma *sobralia macranta*, e uma borboleta que efetua a polinização.

Agora, um *esfendio romiferio*.

Eu mostraria os macacos e os morcegos da região, bem como os pássaros importantes, espécies em extinção. Mas, acho que é bem compreensível.

(Projeção de slides.)

A maioria dessas espécies foi descrita por mim, pelo menos com espécies novas de orquídeas, só daquela área, e de pássaros. Mostrar, agora, um beija-flor que só existe aí. Havia mais em outras florestas, mas derrubaram tudo. Ele, entretanto, achou o seu *habitat* lá, onde ficou e está se reproduzindo.

Esse é um pé de cedro, com milhares de orquídeas *cattleya varnere* — a maior do mundo, chegando a ter 30 cm. Nessa árvore, todo ano, elas são para mais de 1.200. É endêmica dessa Região e dela podemos notar 25 variedades. Então, o interesse nosso em salvaguardar essa área — acho — está bem justificado.

Aí são abelhas polinizando. Veja como elas recebem essa descarga do polinário. Esses estudos de polinização foram todos realizados. (Pausa.)

Isso é um ninho de beija-flor. (Pausa.)

Temos, agora, outro beija-flor na floresta, dando comida ao filhote. (Pausa.)

Temos, agora, a menor ave do mundo, que pesa 1 grama e pouco. Agora, uma planta que só é polinizada por beija-flores. Dessa planta tira-se a folha, no Peru, para fazer fumo; é uma lobélia. Se não houver beija-flores, essa planta não existe na face da Terra, pois outro inseto não a poliniza. Então, aí há vida, há inter-relação, importantíssima para a sobrevivência das espécies. (Pausa.)

Por causa dessa orquídea, estudei os beija-flores.

O beija-flor introduz o seu bico aqui, no labelo, cuja base chama-se *hipoquileo*, onde mora uma aranha exatamente da cor disso aqui, portanto, é invisível. Essa flor chama-se *stanotea graveolae*, quer dizer, o odor é nauseabundo, horrível.

Então, atrai *drosófilas*. Para comer, ela vai apodrecer; essa planta é muito carnosa, e as *drosófilas* fazem todas as metamorfoses. Então, esse beija-flor vem em busca não da *drosófila*, mas da aranha que está lá e não se vê, mas, quando vem a *drosófila*, ele pára porque ela vem comer a aranha. Devido a esse trabalho de interrelação, comecei a estudar beija-flores, em 1928.

Nesse outro slide, vemos um beija-flor polinizando. As plantas preferidas dos beija-flores, no mundo todo, são as bromeliáceas.

Essa aqui é uma *birbergia mena*. Olhem como o pólen está sendo roçado no frôntex do beija-flor.

Aqui, uma flor de maracujá: um *setolus squalido* numa bromélia; uma *latela camera* com *clorostis*; um *pigonius hidali* que também só vive naquela floresta, não é encontrado em outro lugar do mundo.

Esse slide, vou explicar, porque é de uma pessoa de Santa Catarina, muito importante, o Sr. Schimidt, da Indústria Tupi. Esse beija-flor é de lá. Chama-se *pionoris calibia*. Estão V. Ex's vendo, aqui, um pedaço azul. Quando ele está em amadurecimento sexual, o beija-flor, para conquistar a fêmea, tem que conquistá-la psicológicamente, como o homem que dá suas "paqueras" e prega suas mentiras. (Risos.) Todos os animais fazem isso. Eu, com 15 anos, correspondia-me com um homem que, há três anos, foi o Prêmio Nobel de Medicina — Konrad Lorenz. Homem fabuloso que fez a "Teoria dos Liberadores". É a liberação de uma tendência através de estímulos. A tendência é essa: sei que ela gosta que eu ande bem vestido, então, eu vou me vestir bem. Já é uma tendência para a conquista. Pois bem, essa espécie de beija-flor, no amadurecimento sexual, tem essa carequinha e, ao lado dos olhos, cria-se uma proteína cuticular, que é um derivado da melanina — passa a ser cianina — ficando essa área azulada, como as moças, hoje, põem azul, o macho põe só nessa época, e tem penas. É muito interessante.

Nessa projeção, vejam como ele mostra as penas bonitas que tem à fêmea. Ele está fazendo o máximo. A isso chamei o paroxismo da 4ª fase da parada nupcial. Não vou explicar, porque estou falando aqui, em Ciência e Ecologia e, seria desviar o assunto. Mas, como o belo sexo está aí, é interessante explicar, pelo menos, esta fase. Então, ele está mostrando todas essas penas. Ela já consentiu porque, antes, bateu muito nele, até chegar o eleito a 200 metros. Ela consente que ele venha para perto da área de nidificação, porque é ela quem faz o ninho, trata da prole; ele não faz nada além dessa "paquera"... (Risos.) O fato é que ele já mostrou toda a plumagem bonita que tem, mas ela não lhe disse "amém", ainda. Então, ele não tinha mais nada para mostrar. Olhem como ele eriçou aqui. Os outros dessa espécie, desse gênero, têm um topete vermelho, outros o têm azul. Ele não tem topete, mas tem essa carequinha aqui em baixo. Então, ele faz aquilo que V. Ex's viram, ou seja, mostra a careca, e ela não resiste. (Risos.) Essa é a realidade. Isso aconteceu em Joinville, na terra do Dr. Schimidt.

(Projeção de slides.)

Olhem como existem os predadores na natureza. Isso é uma teia de aranha em que caça uma fêmea. Eles fixam o material no ninho com teia de aranha, líquens, etc. Então, a teia de aranha era tão forte que a fêmea ficou presa, e, se eu não chego, ela teria morrido. Mas, já encontrei fêmeas mortas nesse tipo de teia, e a aranha acaba sugando as vísceras desse bichinho.

Essa é a aranha caranguejeira que pegou um beija-flor à minha vista. Então, pude acompanhar, durante vinte e quatro horas, o que ela fez, filmando e fotografando, e levei isso para um congresso internacional. Isso eu vi em cima de um tronco caído.

Aqui é o mesmo beija-flor, de Joinville; vemos como ele toma banho nas folhas. Muitos o tomam nos lagos, em água corrente; outros, em respingos.

Temos, agora, a bananeira. Aqui é para explicar a muda. Há espécies em que o macho muda de cor, outras não, conservam sempre a coloração. Esse é o *setoris nigre roxo*; só vive naquela floresta. Foi descoberto por mim, em 1973. Vejam bem V. Ex's. Quarenta anos trabalhando nessa área, e descobri uma espécie que nunca tinha sido vista no mundo. Por quê? Porque destruíram as matas em redor; ele vivia num nicho ecológico muito próprio, — estava eu falando, há pouco, em nichos ecológicos, em residências. Sabemos que o homem de 500 anos passados era diferente: o filósofo era médico, pintor, etc., era tudo. Depois, foi evoluindo a humanidade, as civilizações. Então, o médico é médico; o advogado é advogado; o poeta é poeta, e assim por diante. Mas, hoje, dentro de Medicina, há especializações. Por exemplo, a oftalmologia só cuida do olho. Mas, há pessoas, dentro da oftalmologia, que só estudam a retina; outros só estudam o período. Então, o laboratório de estudo e a sala de pesquisa e trabalho desse homem que só estuda o período não podem ser os mesmos de um oftalmologista geral, não pode ser, né? A sala de um que só estuda a retina. A isto chamamos nicho ecológico profissional, quer dizer, é a superespecialização dentro da profissão.

Esse são problemas de ecologia urbana aplicada ao homem. Os arquitetos, os paisagistas, os urbanistas, todos esses têm que se associar aos ecólogos, aos biólogos — e isto a humanidade tem que compreender. Hoje, quem não sabe que na Alemanha Ocidental, quando se vai reformar um prédio, faz-se até um plebiscito, às vezes.

Estive em diversos países. Na Venezuela, por exemplo e América do Sul — fiz o seu Parque Nacional, trabalhei durante 5 anos, ainda com a Revolução pois foi de 1959 a 1965.

Pois bem, elegeu-se o que quase seria a ave nacional da Venezuela. Nos jornais havia uma disputa tremenda, era um verdadeiro eleitorado. Uns queriam o turpial, que é o nosso curupião aqui no Brasil; é uma espécie um pouco diferente da que eles chamam, no Nordeste, de sofrer.

Pois bem, lá ganhou o turpial, mas a luta foi grande. Aqui no Brasil se elegeu por um decreto, por exemplo, é o sabiá-laranjeira. Mas, se o público falasse, talvez não fosse eleita esta espécie. Querem coisa mais absurda do que isso? Instituiu-se como árvore nacional o ipê. E o Brasil que recebeu este nome, meu Deus do Céu? O nome do pau-brasil ficou em segundo plano. Pergunto eu: se houvesse um plebiscito, teria sido o ipê? Pode ser que sim; é uma árvore digna, e não falo nada disso. Mas, falo da liberdade de escolha, do bem-prazer. Talvez eu dê um palpite, pois sou amigo do Presidente, e então digo: "Olha, vou eleger a árvore teo-tico" (Risos.) Mas, isso não é bom: não estamos mais assim. Quero mostrar o que se faz, nos países desenvolvidos, com relação aos problemas da natureza, só para comparar. Temos a Old Bon Society, de que sou membro honorário, nos Estados Unidos, que tem 50 mil sedes próprias: são mais de 50 milhões de associados, desde crianças a naturalistas. Então, por isso, lá, se comprehende muito o que é pesticida; por isso se valoriza os pássaros. Basta dizer a V. Ex's o que comem os gaviões, por ano, nas fazendas do Kladim, com seus 3.800 hectares de pasto. Cada gavião daqueles come de 27 a 47 quilos de gafanhoto e ciganha — não tem uma praga sequer naquela fazenda. Por quê? Porque eles têm 5 mil hectares de floresta virgem, onde esses gaviões se reproduzem — são três espécies de gavião, anum e hem-te-vis, enfim, uma porção de pássaros come insetos. Ele não usa um inseticida no seu pasto. Mas, não é só ele. Aquela floresta está salvaguardando 18.500 hectares de pasto. Há quatorze anos, estou estudando esses problemas práticos de ecologia, e não precisa nem de ecólogo, basta um pouco de boa-vontade do fazendeiro, em deixar uma área proporcional de floresta à área que tem em capim ou em agricultura. Porque nos Estados Unidos, o que se economiza de dinheiro em inseticida por causa dos pássaros... E, depois, tem o seguinte. Lá, com que pinus se refloresta? Se V. Ex's não o sabem, eu digo. Com carvalho, com faia, com todas as espécies regionais...

Na Europa, a mesma coisa: o reflorestamento é feito. O Japão, meu Deus do Céu, é um país que tem 67% da sua área em florestas. Sabiam V. Ex's disto? Se há algum japonês aqui, que me conteste, se é mentira o que estou falando. Sessenta e sete por cento da área do Japão é de floresta, sendo 47% de floresta nativa, só 20% que é de floresta de espécies exóticas, para reflorestamento industrial também.

Pois bem, meus Senhores, o Japão quer e vai fazer. O paraíso terrestre será no Japão, porque eles sabem usar a cabeça. Hoje, eles despoluiram todas as suas águas — estão elas quase bebíveis, como é o Tâmisa, em Londres, onde vi pegarem truta, recentemente. Ele era poluíssimo.

Quanto está custando isso a esses povos? Será que não recebemos esses exemplos como dignos de nos precavermos, ao invés de, primeiro, poluirmos para, depois, termos que gastar aquilo que não temos? Estamos em zona tropical, onde isso é caríssimo: é um desequilíbrio vertiginoso no ecossistema, onde poderá ser um caos, um desastre tremendo. Esta é a vontade que tenho sempre de transmitir, e a transmito, à juventude que está ávida de saber.

Estamos vendo tudo isso só com esse problemazinho, que, hoje, até louro. Não sei — e já o disse — se os Senhores conhecem a história de São Francisco de Assis. Há dois anos, os Capuchinhos do mundo inteiro quiseram-me condecorar. E o fizeram, este ano, porque no passado eu não podia. Este ano, no dia 4 de outubro, que

é o dia de São Francisco de Assis, os Capuchinhos do Rio de Janeiro, de Minas, de São Paulo, etc., levaram-me uma placa. Houve, então, uma festa na minha terra, e eu estava nessa luta tremenda aqui.

Lá, agradeci. Mas, quando recebi essa caravana ecológica, fiz um discurso veemente, porque o Sr. Governador elogiava a caravana, ia receber muito bem, ia mostrar o processo — mas não ia mostrar o processo que eles deram sumiço e sim o outro de reconstituição que requeremos erradamente em nome da sociedade porque nos mandaram requerer assim, enquanto que o dono da terra era o Museu Nacional, e não a sociedade. Mas, já era dono; apenas sumiram o processo, a escritura: sumiu tudo! Mas, talvez ainda venhamos a encontrá-lo, apesar de termos assinado um Convênio. Mas, eu, Augusto Ruschi, estou mandando prosseguir as investigações porque, como encontrei os últimos diários oficiais que estavam na face da Terra, dando uma busca, pode ser que eu encontre, também, o processo em algum lugar. Se não o queimaram, vamos encontrá-lo.

O fato é que eu disse que talvez façam como fez São Francisco de Assis. Em Assis, ele foi chamado para um lugarezinho com o nome de Gúbio — é uma cidadezinha com uns 300 habitantes — isso no ano de 1216, porque em 1226 ele morria.

Pois bem, São Francisco de Assis, que conversava com as andorinhas, era um homem fabuloso. Em certas passagens, diz a história de São Francisco de Assis, testemunhada, que ele se dirigia a um local para fazer uma pregação. Ao andar pela estrada, mandou ele que o pessoal esperasse um pouco porque ele estava vendendo uma porção de passarinhos gorjear; foi lá e conversou com eles, dizendo-lhes: vocês têm alimentação suficiente; para vocês não vai faltar comida. Mas, vou dizer a vocês que procurem a vizinhança e vão para lá.

Em outra ocasião, ele estava fazendo uma pregação, e as andorinhas estavam fazendo uma barulhada. Ele pediu que parassem um pouco porque ele queria falar. Então, elas pararam. Ele as chamava de minhas irmãs; assim chamava também a água, as pedras e aos lobos, meus irmãos.

Então, a cidadezinha de Gúbio ouviu falar em São Francisco, e foi buscá-lo, porque um lobo andava comendo toda a população da cidade que saía para os campos; as crianças eram comidas — só o lobo maior da matilha fazia isso.

São Francisco atendeu ao pedido e foi para lá. Nessa região, São Francisco começou a andar e umas 50 pessoas da cidade distanciavam dele uns 80 metros. De repente, o lobo apareceu e partiu para cima dele; todos gritaram. São Francisco nada fez, apenas riscou o sinal da Cruz no ar. E o lobo, a uns 20 metros de distância, deitou-se e veio rastejando, com a cauda balançando mas rastejando, e parou nos seus pés. Então, São Francisco alisou a cabecinha e disse: "Meu irmão lobo, você, com a sua fome, está comendo as crianças da cidade, e as pessoas que nela trabalham. De hoje em diante, não lhe vai faltar mais comida. Em qualquer casa dessa cidade você pode entrar que as crianças, o pessoal, vão lhe dar comida". E ele seguiu São Francisco, ficando morando com ele em Gúbio. Ele recebia comida em qualquer casa; as crianças montavam nesse lobo — era o brinquedo delas e de toda a cidade. Esse lobo, depois de 4 anos, morre, e a cidade em peso chorou; a cidade que era de pobres, de campesinos, se reuniu, se cotizou, e mandou fazer um monumento, em tamanho natural, de mármore de carrara, que lá está num mausoléu do Cemitério de Gúbio — aquela obra magnífica foi feita pelo maior escultor da época — eles tiveram orgulho de fazer isso.

Pois bem, nessa briga toda que venho mantendo pela natureza, como já fiz com a Vale do Rio Doce, para não deixar que essas reservas se passassem, mas que fossem aproveitadas, como fiz agora com a Estação Biológica do Museu Nacional, pode ser que, amanhã, eu reconheça nesse homem, que queira aniquilar, que queira entregar a área a uma companhia para o plantio de palmito, ou fazer não sei o que, porque viu que eu denunciava corrupções, pode ser que eu esteja vivo para dizer a ele, até mesmo para falar em praça pública, e para erguer uma estátua ao Sr. Élcio Álvares porque ele, com essa campanha, me ajudou a construir, a criar, no Brasil, uma

conscientização nacional em relação à proteção da natureza. Sou capaz disso, porque sou, acima de tudo, cientista, e mais do que isto, patriota, brasileiro que amo a minha terra como os Senhores devem amá-la também. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes do início dos debates, a Presidência deseja registrar as presenças, muito honrosas para nós, do Líder da Aliança Renovadora Nacional no Senado, o nobre Senador Eurico Rezende, do Presidente da Aliança Renovadora Nacional no Espírito Santo, o Deputado Estadual Walter de Prá; o Deputado Federal Argilano Dario, Presidente do Movimento Democrático Brasileiro no Espírito Santo, e o Prefeito de Vitória, o Deputado Setembrino Pelissari.

Isto demonstra, fora de qualquer dúvida, que o esforço do Professor Augusto Ruschi em defesa da natureza empolga, sensibiliza e entusiasma todos os elementos representativos da vida política do Espírito Santo, que aqui comparecem para prestigiá-lo.

Agora, vamos iniciar a fase dos debates para os quais se increveram os Senadores Adalberto Sena e Dirceu Cardoso e os Deputados Federais Gerson Camata, Argilano Dario e Fábio Fonseca.

Inicialmente, concedo a palavra ao Membro da Comissão de Educação e Cultura do Senado, o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Ilustre Professor, antes de mais nada, quero externar a satisfação com que ouvi não diria a exposição, mas a aula que V. Ex^e nos deu. Aula que foi uma verdadeira catadupa de conhecimentos, catadupa de tal maneira empolgante e variada que, muitas vezes, fez com que V. Ex^e parasse certos pontos da sua exposição para cair em digressões mais interessantes ainda.

Inicialmente, queria dizer uma palavra a V. Ex^e em abono do Congresso Nacional. V. Ex^e falou, com certa amargura, que se escolheu o ipê como a árvore simbólica da nossa nacionalidade, quando essa preferência deveria ter sido dada ao pau-brasil. Mas, veja V. Ex^e que essa preferência pelo ipê nasceu mais de certas manifestações literárias, talvez devido ao romance de José de Alencar. Devo informá-lo de que, há poucos dias, o Congresso Nacional aprovou um projeto considerando o pau-brasil como a árvore simbólica da nossa nacionalidade.

Agora, para não tomar muito tempo — custumo ser um pouco sintético nas minhas indagações —, desejaria que V. Ex^e me explicasse, com mais detalhes, essas diferenças que assinalou entre a produção do solo da Região Amazônica e a da Região do Espírito Santo, por exemplo. V. Ex^e é do Espírito Santo e eu, do Amazonas. V. Ex^e falou que a produção da Amazônia parece que estaria mais ligada à parte superior ao solo...

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Exatamente.

O SR. ADALBERTO SENA — ... enquanto a outra estaria dentro do próprio solo?

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Exatamente. Isso não é propriamente para o Espírito Santo, mas para as regiões temperadas, como por exemplo, a América do Norte e a Europa, na região pôlo ártica ou chamada paleártica — a nossa é a neotropical, neo-ártica é americana. A neo-ártica com a paleártica formam a região biogeográfica chamada poloártica. Nessa região, que é de clima temperado, os componentes referentes às substâncias que são assimiladas pelas plantas como o nitrogênio e o carbono, que são os principais, esses dois elementos — nitrogênio e carbono — se encontram 48% e 52%, tanto nas florestas das regiões temperadas como nas de regiões tropicais.

Acontece, entretanto, que eles são distribuídos — o carbono e o nitrogênio — em diferentes partes, enquanto que, nas florestas de clima temperado, está do nível do solo para baixo, quer dizer, está na composição do solo, aqui essa mesma percentagem nas florestas das regiões tropicais está do nível do solo para cima, quer dizer, no próprio corpo da floresta. Isto abrange a fauna, que está voando, o próprio corpo da planta, que está na atmosfera. Esta é a diferença, estes componentes estão diferenciados desta forma.

O SR. ADALBERTO SENA — Então, V. Ex^e acha que a destruição da Floresta Amazônica — mesmo parcial — não é recomendada?

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Não, o que se tem que fazer é uma análise de infra-estrutura. Quando a gente vai fazer a exploração de uma mina descoberta, por exemplo, de manganês. No Amapá, onde se descobriu uma mina de manganês, se fez um estudo de prospecção. Primeiro, qualificou-se o tipo de manganês — qual o teor de manganês existente nesse minério encontrado. Segundo, qual é o potencial desse manganês existente? Quer dizer, quantos milhões de toneladas existem nas minas de manganês do Amapá? Terceiro, a sua exploração econômica é viável? Então, se faz estradas, como se faz, cidades, como se faz para abrigar o pessoal, e inicia-se a exploração da mina. É um estudo de infra-estrutura conhecer o teor do minério, o seu valor, a sua quantidade. Na agricultura, tem que ser feita a mesma coisa.

Vamos explorar a Amazônia para a agricultura? Então, vamos saber, primeiro, conhecer. Infra-estruturalmente, é um trabalho de ecologia em que se deve levar em consideração não só os fatores abióticos, como se tem feito, os climáticos e os pedológicos ou edafológicos. Os climáticos vão desde a distribuição de chuvas, temperatura, pressão atmosférica, direção de ventos, etc. enfim, todos esses fatores. Os edafológicos são: análise do solo, química do solo, e granulometria do solo — se ele é silíco-arenoso, silíco-argilososo, etc.

Tendo essa infra-estrutura — chuva, temperatura, posição etc. e mais o que se tem no solo — então, se diz: se o solo serve para milho, para trigo ou para uma infinidade de espécies da agricultura.

Assim é que tem sido feito, no Brasil. Mas, está errado. Não são só esses elementos os essenciais; esses são de alta importância. Mas, aqui, como o fator biótico é muito mais importante do que o físico, — conforme vimos nas regiões — temos que analisar a microfauna, a microflora. Por exemplo, Darwin, ao estudar o efeito das minhocas no solo, chegou à seguinte conclusão: que as minhocas removem, por hectare/ano, 4 toneladas de terra — e a minhoca não vai muito profundo. Então, ela remove, numa camada superficial, 4 toneladas de terra, por ano num hectare. Isso passa pelo trato digestivo da minhoca, enriquecendo de microorganismo, quer dizer, é um humus revitalizado. Esta é a importância da minhoca. E os ácaros, que estão numa proporção muito grande por metro quadrado? E os micro-organismos com bactérias e fungos que eu disse que vão de 290 milhões por centímetro cúbico, e quando se põe fertilizante, cai para 29 milhões por centímetro cúbico? Então, é sinal de que, lá, tem elementos para essas bactérias e fungos trabalharem. Esses elementos devem ser estudados.

Dando um exemplo mais característico, na região de cacau — no Espírito Santo e na Bahia, o temos — existe um organismo chamado CEPLAC, que todos conhecem, que tem um instituto — CEPEC — que faz as pesquisas.

Quando se quer fazer o raleamento no sombreamento de cacau, injeta-se um arboricida chamado Norton - 101 com vinte centímetros cúbicos, em 30 dias, a árvore morre. Então, aquilo seca e dá mais luz, que vai provocar maior frutificação nas plantas de cacau. Mas, quando eles injetam Norton numa planta, por exemplo, como a *luea varicata*, que é uma planta majestosa da floresta, morre com esta de 70 a 80 pés de cacau. Por quê? Porque há uma interrelação entre as radicelas das duas árvores. Os fungos micorrizais, que são responsáveis pela transferência da planta do cacau para a *luea*, ou desta para o cacau, levam os microelementos nutrientes para dentro do cacau ou da *luea*, através dos micélios desses fungos, o que vai servir de alimento. Então, ele leva esse veneno, esse arboricida, para a planta do cacau e mata. Nós fizemos o inverso, ou seja, injetamos no cacau para poder matá-lo. Mas, eu queria saber quais eram as plantas, as espécies, mais ou menos precisamente, que estavam interrelacionadas com o cacau e com a floresta. Então, quando aplicamos no cacau, vimos que era a *luea varicata*, outras árvores

também: A importância do experimento é conhecer, analisar os nossos ecossistemas tropicais, fazer infra-estrutura analítica, para determinar, depois, qual seria a cultura ideal para a Amazônia.

Sabese, hoje, que o sistema de plantio do cacau sombreado com bananeiras e depois com eritrina, etc, não é mais o ideal. Já se está voltando para a floresta nativa, e sem fazer estudos de infra-estrutura analítico e biológica. Estou batalhando, agora, para ver se conseguirei, nesse livro que estamos para lançar aqui em Brasília, a pedido da ADESG que se intitulará *Agroecologia* — é a primeira vez que se faz uma análise dessa no Mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Aliás, Professor Augusto Ruschi, está presente o Presidente da ADESG em Brasília, o Dr. Nilton Rossi, que nos está convidando para o lançamento do seu livro, no dia 3 de dezembro, data de seu aniversário.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — O meu aniversário será no dia 12, mas virrei no dia 3, com muita honra.

Fiz essa conferência, no primeiro ciclo da ADESG, estava doente, e as fiquei entusiasmado. Quando acabava a conferência — e lá é proibido bater palmas — bateram palmas para mim de pé. E agora, na última que fiz sobre Agroeconomia — lembro-me bem — bateram palmas de pé três vezes. Da última, por cinco minutos, e pedi peito menor de Deus que parassem de bater palmas, visto que não precisava disso. Recente, eles ficaram empolgados. Sou um homem super entusiasmado, pois amo demais a minha pátria. E posso dizer que a capa do livro está muito boa, porque aqui estão o Brasil, a fonte de vida que é o sol, as únicas produtoras da natureza, que são as florestas, e, por aqui, devemos estar nós, os homens e os animais. A partir de agora, aprovava inteiramente esta capa.

O SR. ADALBERTO SENA — Estou ansioso para ouvir a sua obra, meu colega, Senador Dirceu Cardoso, e a dos demais ilustres presentes do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, ilustre Dr. Ruschi, devo-lhe, na sua leta no Espírito Santo ressoaram aqui no Senado este meu discurso, também. Fomos o Senador que, desde a primeira hora, apoiou a luta da sua campanha e foi até o nosso estimado amigo, Dr. — homenagem da nossa solidariedade pelo que

ele é. O conferencista, que nos brinda com esta magna aula, para além de tanto do que as parasitas, mais do que as epífitas, mais do que os passiros raro, mais do que as espécies em véspera em extinção, mais do que tudo, o Espírito Santo oferece uma *avis rara*, que é o *homo thaevenensis*, um homem humilde, que luta contra essa consciência brasileira predatória; luta contra o poder; luta contra todos, sozinho, e os enfrenta potência para potência. Esse *homo thaevenensis*, essa *avis rara*, considera muito mais importante do que os olhos, as epífitas, do que toda aquela vegetação biófita da sua floresta, muito mais importante até do que a sua Reserva é V. S^a (Palmas.)

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Agradeço ao Senador Dirceu Cardoso. Realmente, foi seu o primeiro pronunciamento de solidariedade que recebi do Senado, ainda nos primeiros dias, quando os primeiros clarins da imprensa, no Rio de Janeiro, falavam. S. Ex^a já levantava a sua bandeira em favor da minha causa. Agradeço também ao Senador Adalberto Sena pela sua participação e desejo de saber algo a respeito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Devo dizer a V. S^a que não fui eu somente. Todo o Senado se levantou a seu favor. Membros de ambos os Partidos, de todos os Estados brasileiros. Eu levaria a contribuição do Senado àquela caravana ecológica que lhe foi tributar o seu respeito e admiração.

Professor Ruschi, esquecendo, por instantes, as plantas e os animais, gostaria que V. S^a nos explicasse por que razão o Estado do

Espírito Santo, que é um poder menor, quis desapropriar aquela área de Santa Lúcia, entregue aos seus cuidados, à sua ciência, à sua dedicação, ao seu apostolado, que pertence ao Governo Federal, portanto a um poder maior. Pediria a V. S^a essa explicação, essa luz, para que entendêssemos essa desapropriação.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Perfeitamente, nobre Senador. Darei a explicação real do fato, com o maior prazer.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Gostaria de complementar. Sabemos que as reservas entregues ao Estado foram invadidas, algumas loteadas, outras quase abandonadas. Como poderia o Estado desapropriar uma área tão bem vigiada, tão bem entregue à fiscalização, uma fortaleza mesmo que V. S^a erigiu? Por quê o Estado quis fazer essa desapropriação? Quais as razões jurídicas, pois as políticas eu sei.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — O Estado do Espírito Santo recebeu, por várias vezes, como falei, os governos passados, desde os tempos de Cristiano Dias Lopes, Artur Carlos Gerhardt Santos, e continuei a fazer denúncias sobre a invasão da Reserva de Comboios, que vem sendo invadida há anos, até mesmo antes de Cristiano Dias Lopes. Ocorre que Comboios foi criada como reserva para preservar 14 espécies em vias de extinção, que estão na lista que o Presidente Ernesto Geisel assinou e que foi publicada no *Diário Oficial* do dia 19 de novembro de 1975. Quando João Santos Nery a criou, em 1953, já na sua justificativa, era para preservar essas 14 espécies em vias de extinção; uma delas de importância internacional máxima, porque é a maior tartaruga do mundo — *dermoquelis coriacea* — chamada a tartaruga do casco mole, a tartaruga-gigante, que chega a 6 metros, pesa 1.500 quilos; é um verdadeiro "Volkswagen" na praia de Comboios. Essa tartaruga nada o Oceano Índico, o Oceano Pacífico e o Oceano Atlântico, indo desovar no Espírito Santo, e em nenhum outro lugar do mundo. Ela elegeu a Região de Comboios, no Espírito Santo, para a sua desova. A sua perenidade, na face da Terra e nos seus mares, depende da Ilha de Comboios, e se ela foi criada, a meu pedido, para salvá-la da destruição... Essa área foi criada não somente por sua exclusiva causa, mas também por outras três espécies existentes lá. Assistimos o loteamento de uma Reserva importante, que foi Itaúnas, uma das maiores que o Espírito Santo tinha...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Um momento apenas, Professor. No meu discurso, eu disse — e isso causou certa espécie entre os Senadores — que assisti, em Comboios, a onça virar a tartaruga na praia e comê-la em carne viva.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Exatamente. Quando essa tartaruga, dando uma explicação biológica, vem para a desova... Eu a estava estudando, agora, com muito menos possibilidades para chegar a uma conclusão. Por quê essa tartaruga viaja todos os mares do mundo e só desova no Espírito Santo? Esta é uma pergunta que me inquieta desde 1939, e tenho que descobrir o porquê disso. Comecei então, as investigações. Primeiro, fazendo o levantamento geomorfológico marinho do Brasil, vimos que as condições topográficas dos mares da nossa plataforma continental, no Espírito Santo, até à Ilha de Trindade, vai lentamente descendo para chegar, no máximo, a 5.050 metros de profundidade, bem junto à ilha oceânica de Trindade. Entretanto, os estuários do Espírito Santo são formidáveis, fabulosos. O estuário do rio Doce, com a sua foz, e o estuário do rio Piraquê-açu, em Santa Cruz, são riquíssimos de fauna e flora. A flora algológica do mundo verde tem no seu paraíso terrestre entre a foz do rio Doce e a do Piraquê-açu, onde se encontram quantidades das mais variadas espécies de algas marinhas verdes: há dois tratados já descritos pelo Dr. Cabral Jolly só de algas verdes do Espírito Santo, graças a nossa Estação de Biologia Marinha, que é particular do Museu Melo Leitão, e também é franqueada a todas as universidades do Brasil.

Assim é a minha consciência de cientista: dar condições aos meus sucessores de trabalharem, aos jovens brasileiros. Aquilo

nunca foi proibido para quem quisesse pesquisar; mas é proibido quando há um plano de ecologia em desenvolvimento, para não atrapalhar as pesquisas que estão sendo concluídas, através de teses de Doutorado ou Mestrado. São áreas que têm de ficar preservadas para a boa conclusão dos trabalhos, pois a interferência do homem iria alterá-las.

A mim só cabia saber por que essas tartarugas desovam lá. Comecei a analisar. A turma de georiosfisiologia marinha é a melhor turma da América do Sul e trabalha conosco é o pessoal do Ministério das Minas e Energia, o do quilômetro 47, o do Serviço Geológico Nacional, o do Museu Nacional; é o plar.o internacional que se chama Piano ARACRUZ, custeado pelo mundo inteiro, pela UNESCO, esse nome provém de nossa Estação Biológica. Isto o Espírito Santo desconhece, porque jamais mando publicar em jornais aquilo que estou fazendo em Ciência. Ciência é recato; cientista é aquele que, de corpo e alma, se dedica a fazer alguma coisa em benefício da humanidade. Não somos políticos para estarmos ditando aquilo que estamos fazendo. Mas, o meu interesse era conhecer a nossa plataforma nos estuários, que nos dão uma tonelagem de peixe, de crustáceos, entre camarões e lagostas, que até hoje não foi aproveitada. E não está sendo aproveitada, na sua produtividade, porque pode apresentar 100 vezes mais do que se pesca, com aparelhamentos especiais. Mas isso tudo vai acabar, meus Senhores, porque os nossos estuários, científica, marinha, geológica e geomorfologicamente falando, são de formação de bancos de areia, quer dizer, são rasos, vão se aprofundando muito lentamente. Daí, talvez, a meu ver, a razão de tartarugas gigantes se locomoverem; viriam elas lentamente pela plataforma mais rasa até chegar à praia de Comboios. Ela tem dificuldade em subir aquele tâlamo da praia, aonde ela vai desovar. Então, ela mesma andando, como acontecia normalmente, vinha sendo ajudada por 10, 20 homens que, depois, a matavam com facões, espadas ou com espécies de tucuru — como eu assisti. Depois que ela desovava, eles a matavam assim, porque levava duas horas para ir à água; gasta-se cerca de 2 horas para andar 30 metros, porque não tem patas; ela tem aquelas nadadeiras traseiras, caudais, e de frente como as outras tartarugas. Infelizmente, não concluímos esse trabalho sobre os estuários do Piraquê-açu e do rio Doce. Mas, fizemos análise de infra-estrutura do ecossistema marinho daquela região, pesquisamos qual a capacidade de renovação desse ecossistema, capacidade esta que é importante como análise de infra-estrutura para qualquer indústria que tenha poluentes que vão ser atirados à água. Se a microfauna, a microflora, o plâncton, o fitoplâncton e o zooplâncton se refazem em 24 horas, quer dizer, a cada 24 horas morre aquilo tudo e é substituído — temos que ter esses dados infra-estruturais. Se sabemos que lá o oxigênio dissolvido na água varia de 5 a 18 miligramas — temos lugares em que 6 miligramas de oxigênio são consumidos pela fauna: peixes, crustáceos, mariscos, moluscos, etc., consomem todo aquele oxigênio. Em outros lugares, que tem 18, há uma sobra de 12 miligramas/litro de oxigênio. Então, podemos lançar poluentes que não ultrapassem 12 miligramas/litro de oxigênio, ou seja, cuja oxidação não ultrapasse esses 12 restantes, porque se formos além disto, extinguiremos a fauna e a flora da região.

Essas análises de infra-estrutura foram importantes para a nossa Estação, porque se vem implantando uma indústria de celulose na região. Já vai funcionar, em 1978, com capacidade para 400 mil toneladas. Fui contra essa tonelagem, e digo o porque. Com 400 mil toneladas não existe, no mundo, uma fábrica sequer, pois não há capacidade de renovação num ecossistema aquático. Agora, se se implantasse, ao invés de uma fábrica com essa tonelagem, cinco fábricas de 80 mil a 15 quilômetros uma da outra, teríamos capacidade inalterada naqueles mares da nossa plataforma continental, nos nossos estuários. Por quê? Porque havia capacidade de renovação dada à distribuição desses afluentes, lentamente e, aqui, de uma vez, esses afluentes todos — a não ser que eles façam um emissário a 20 km de penetração no mar, mas para esse emissário ir a 20 km custa mais do que a fábrica. Esta, a realidade.

Cinco fábricas com 80 mil toneladas em dar serviço para dez vezes mais de operários, que, diga-se, a distribuição da riqueza seria melhor para as populações locais. O que vim a ser o contrário: a ganância por dinheiro, se pode, sem instalar uma de 80 mil toneladas talvez o fizessem, e, mesmo de instalar outra de 400 mil toneladas, em São Mateus, onde vai acontecer o mesmo de astre.

São esses pontos de vista que fazem com que ninguém goste de mim, porque sou cientista e fui recentemente falso olheiro para o futebol e para a eternidade. Não estou voltando para o dia atual; não nasci para olhar à minha frente, mas para olhar a uite mais adiante.

Então, o que aconteceu com as reservas foi exatamente isto: Denunciaramos essas invasões de terras em Comboios. Sobre isso, nenhum governador ficou contente, mas, como eu disse, só o Arthur mandou anular uma escritura e tirá-la de dentro da reserva para fora — V. Exs. o sabem. Era o que o atual Governador devia ter feito: mandar abrir um inquérito, punir os responsáveis e não mandar que estes solicitasssem demissão, para eles embarcarem no cunho do corrupto. Com isto eu não concordo, absolutamente, como arremada número um que sou no meu município — como já disse — apesar de só ter tido 17 votos, isto já 25 ou 26 anos passados.

O SR. DIRCEU C. GRIESSO — Ja disse, aqui no Senado que V. S. era o averista oficial de Santa Teresa.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — País S. De fato, fui revolucionário, e estou até hoje testemunha de que, na Casa Amarela, em São Paulo, os Srs. Maçalhão Pinto, que está vivo, Walter Moreira Salles, que está vivo, João Monteiro, que está vivo e outros mais, como Carlos Lacerda, Jucelino, Alkmim, Adhemar de Barros, ouviram a minha palavra, todas as quintas-feiras, quando eu falava sobre moceges, beija-flores, flora, febre amarela, a importância das flores no combate à febre amarela, etc. Cada vez que se realizava um almoço deles, um dos participantes revolucionários era homenageado, e, quando fui homenageado, quem me saudou foi um orador que ainda está vivo, Dr. Walter Moreira Salles, que é um dos grandes acionistas da ARACRUZ-CELULOSE. No entanto, mesmo sendo o seu maior acionista, particularmente, e tenho a coragem de dizer não a ele Walter, mas à sua idade que se instalou, derribou mata virgem e não capoeira — como disseram eles — tenho vidas. Filmes dos absurdos que ocorreram lá. Hoje, a indústria está implantada. Posso calar-me, agora, já disse o que tinha a dizer e não consegui evitá-lo. É isso mesmo! Uma andorinha só não faz verão. Mas, nem sempre as batalhas foram perdidas, as consequências virão depois. Vemos os famílias aliadas nas favelas, hoje, estão com os seus filhos passando até fome.

Querem saber ma s? Até que ponto chegaram essas posições esquisitas? Fui muito pouco, na minha universidade, porque, às vezes, não convém que eu vá fazer conferências, porque vou dizer as verdades aos estudantes, pois quer que eles sejam brasileiros e sintam os problemas com que terão que arcar, no futuro. Mas, sempre faço com espírito patriótico: analiso o erro e dou o remédio, jamais deixei no ar, nunca! Porque devemos cooperar com a Revolução: com o regime que estamos no momento, devemos cooperar com as nossas possibilidades para orientar como os jovens têm que trilhar.

Se falo em favor da natureza e tenho esse eco, essa ressonância formidável, que levantou mais de um milhão de assinaturas, fora outros milhões que vibram com aquilo que digo, é porque estão interessados em fazer alguma coisa de bom e progressivo para o País. Mas, sei muito bem que a Câmara de Vitória, por unanimidade, solicitou para que eu comparecesse para uma conferência. Eu disse: "e o tema?" Ecologia "Os Srs. escolham Ecologia geral, ou o que quiserem". Pois bem, retardei em responder, mas o fiz afirmativamente, e que marcassem a data. Era um ciclo de conferências industriais sobre o desenvolvimento do Espírito Santo, de Vitoria. Pois bem, nunca chegou esse dia.

Um belo dia, recebo um telegrama urgente do Sr. Presidente da Câmara, perguntando se eu iria ou não fazer a conferência. Respondi: "Tenho disponibilidade nos dias 12 ou 14 deste mês de

estudou? Naquele dia eu fui. Mas soube, por terceiros, que até o Sr. Penteado seria amanhã, se eu fosse falar na Câmara, ele não viria mais. Porém, restando a mim, queria-me dizer. Talvez, o Sr. Penteado estivesse em sua casa. Diga-me, se eu tivesse dizer que eu havia ouvido dizer que o Sr. Penteado viria aí. Mas, voltando-lhe comigo! Eu disse: "Mas, por que é que devo falar com o Sr. Penteado, porque fui seminarista em Santa Cruz?" Ele respondeu: "Por que é que eu pegar bichinhos lá e eu lhe dar, e ele não me paga, por que é que dizer?"

E a semana é feita só com as conferências. Sabem a que horas elas acontecem? São sempre às noites (Paula) Geralmente às onze e meia ou meia hora depois de jantar, para que ninguém vá, mas é preciso estar lá, porque não temos refeição no estádio, e sentam até no chão, na grama, e só comecem a falar às quatro e meia da tarde, sem interrupção, até a madrugada. A juventude é fértil. Eles sabem o que querem dizer, e é ótimo que tem essa vontade de pesquisar, que está disposta a se expressar, que é o que eu prezava, no campo da Ciência. Como eu queria que fosse a juventude que pregeasse ao campo da minha esperança.

... e o que se fez é assim: foi que, por causa desse denúncia, não se fez nada. Os arredores -- é como eu já disse -- eram ele os arredores da sede de Pirenópolis, mais do que depressa. Porque havia um preceito de lei de constituição, desde 1969, quando denunciei a corrupção em Pirenópolis, era o Diretor de Terra, o Dr. Jair Antônio de Almeida, que devia pagar ao SNI e tudo isso. Pois bem, esse homem, Dr. Jair Antônio, é de reconstrução, que eles haviam perdido, que havia de volta, só lentamente, para sair com o indeferimento, reincidente, só que só querer das terras que não eram da sociedade, por isso, só querer da própria Museu Nacional, ou seja, do Ministério da Cultura.

Era para ser mais preciso, aqui está o processo. Tive que ingressar em julho desse referido provisório em nome da sociedade, juntando ali os documentos que se da área desde 1949: pagamentos ao guarda constante de 1949, 48 anos. Aqui está toda a documentação, bem como o resultado da Sópedeida. Fica aqui, também, o relatório do último ato de交接, a troca da área dentro dessa área, com fotografias de ambos os lados. Aqui estão todos os documentos atinentes ao caso, inclusive aquele que fala com que os agremiadores foram lá, a instância de São Francisco. Não foi o Secretário da Agricultura que mandou os agremiadores lá, nem o Diretor de Terras, porque eles me disseram -- depois que não tiveram coragem de assinar esse memorando e não queriam me tirar a terra que eu cuidava. Mas, quem despediu os agremiadores lá, o Governador atual, não foi ninguém mais e ninguém menos. Eu sou então, resisti, de arma em punho, e disse que não, não iria. Chegaram a dizer que -- o que não gosto nem de repetir -- eramisse a área para o Instituto Estadual de Floresta, eu era capaz de matar o Gobernador atual, fosse ele quem fosse. (Risos) A vida é minha vida, aquilo representa o meu "eu" desde que me entendo por gente, meus Senhores, que não era de brincadeira, me podem vir pelos, a verdade! Eu disse e eu faria.

- O SR. DIRETOR CARDOSO - Nós repetimos isso, aqui no Sesião.

O PROFESSOR ALFREDO RUSCHI — Então, daí para dant' meus Sete Chaves, ou, mais uma vez, tentar, como Presidente da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, como Diretor do Museu Nacional.

O SR. D'RCU^E ARDOSO -- Permite-me um aparte? (Assento dirigido ao autor) -- O que o Museu Nacional, abstraida a sua possível responsabilidade? Porque não tivemos ainda um entendimento? Na ocasião da Nazaré pensei dessa desapropriação?

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — O Museu Nacional que o professor, estavam conosco — pensávamos que era da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional; sumiram as escrínulas e os processos, e, assim, não é surpreendente nem seria capaz de supor que o Governo do meu Estado tivesse chegar a esse ponto de duvidar da minha paciência — também pensava que era da Sociedade dos Amigos do

Museu Nacional, porque não registrou a escritura. Como eu estava dizendo aqui, a uma reunião, junto com o Secretário da Agricultura, eu ainda levei o Dr. Paulo Vieira Fundão, que é Diretor da Ferro e Aço. Esse homem foi quem me levou, pessoalmente, à Pagadoria da Secretaria da Fazenda, para eu efetuar o pagamento da importância das terras que o Governo havia mandado. Pois bem, eles queriam que eu exibisse o recibo. "O recibo está dentro do processo, que os Senhores suniram, meu Deus do Céu!" disse-lhes eu. "Mas, olha, vai ser medida a terra, de qualquer jeito". "Eu já disse que vou resistir". "Mas, nós sabemos como contornar. Vamos lavrar o flangeante do Senhor resistindo, e lhe processamos, etc.". "Está muito bem, disse eu, sinto-me muito honrado com isso". "O Sr. Governador não pode ser humilhado e nem eu" — foram palavras do Sr. Secretário da Agricultura, perante esses três elementos e eu.

Então, vejam V. Ex's até que ponto chegamos. Disse eu: "Quer dizer que V. S^{ta} e o Sr. Governador não podem ser humilhados. Agora, eu posso passar como ladrão de espaço da Nação? Em absoluto! Rogerei e saberei como".

Dois dias depois, aparecem lá os agrimensores para medir novamente. Eu já tinha, em 24 horas, esse interdito proibitório, graças ao Juiz de Santa Teresinha, despachado e com mandado proibindo que eles medissem, e está aqui, pago custo, arquivado, etc. Daí em diante, então, recebo um chamado daqui de Brasília, em que diziam que já sabiam que o Sr. Governador havia dito que tudo havia sido解决 (solved).

"Mentira do Sr. Governador! Foi solucionado porque ingressei em Juiz de Pátria o interdito proibitório. Tenho a posse perpétua daquilo, agora. Mas em nome da Sociedade, pois quem paga o Imposto Territorial, desde a criação do INCRA e do IBRA, é a Sociedade." Aqui é o último talão de pagamento do imposto. Se V. Ex's quiserem ver, está aqui. E ainda pagamos ao guarda, há quase 40 anos — aqui estão os recibos — desde janeiro de 1940 até abril de 1977, quando foi requerido o interdito proibitório. Tudo isso está aqui apenas nas águas.

E, assim, meus Senhores, não houve outra alternativa senão eu encontrar os *Diários Oficiais*, para ingressar em juízo e obrigar o Estado a me dar a escritura. E comecei a procura dos *Diários Oficiais*. Como eu disse, só numa repartição foi esquecido de fazer sumir. Inclusive o próprio *Diário Oficial* não tem os jornais daqueles dias. Mas, eu os tenho, e estão aqui suas duplicatas, xerox, etc. Tirei xerox porque os jornais eram de repartição que nos emprestou.

Pois bem, o fato é que fizemos tudo isso que relatei a V. Exs. E não são só os *Diários Oficiais*, mas, inclusive, depois, os despachos no processo, porque a Lei de Terras e o Instituto criado, transferiam todas as terras devolutas para a sua jurisdição, quando era floresta virgem. Os *Diários Oficiais* da ocasião, de 16, 19 e 27 de setembro, são explícitos e dizem:

"De acordo com o art. 59, da Lei de Terras, de 31 de dezembro de 1951, §1º..."

Até essa Lei de Terras sumiu, — estava só nos cofres, — e ninguém podia lê-la. Mas eu descobri uma, meus Senhores, porque também temos amigos até lá dentro do gabinete. Se S. Ex^t não sabia, fica sabendo agora. (Risos.) Pois é! É um pouco polêmico, mas é agradável. A que ridículo a natureza se expõe, para salvar um pedacinho de terra! Diziam que lá não havia benfeitoria. V. Ex^s devem ter lido a entrevista de Pontes de Miranda, que é o maior jurisconsulto vivo do mundo, homem que discutiu com Rui Barbosa, homem que disputou a Academia Brasileira de Letras, juntamente com Rui Barbosa e outros. Esse homem deu o primeiro pronunciamento a meu favor, no País. E, depois, deu uma entrevista e disse o que era benfeitoria. Trezentos trabalhos publicados naquela área, 20 mil árvores numeradas com 600 mil orquídeas em permanente e contínuo estudo. Isto não é benfeitoria?

Mas, se tanto não bastasse, diz o art. 26, da Lei de Terras que o entorgou, sobre o qual requeremos a terra:

"Art. 26 Ao concessionário é vedado, antes de receber a escritura pública de propriedade do lote, fazer detribuída

de aves dentro das terras de concessão, a não ser na área estritamente necessária à utilização agrícola ou pastoril das mesmas."

A nossa finalidade não era agrícola, nem pastoril, e não tínhamos a escritura. Portanto, eles mesmos nos proibiam de derrubar. Como é que vinham, baseados numa lei atual, para um negócio que foi adquirida...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Os outros é que queriam plantar palmeira, não?

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Isso são dados. Mas, durante este encontro, houve esse impasse e, ao invés de reconsiderarem, com a veleitei, juntando os *Diários Oficiais*, "que, de hoje em diante, mandassem lavrar a escritura de reconstituição em nome do Museu Nacional", correram, mais que depressa, ao Reitor para fazer um convênio. Disse eu ao Reitor: "É bom ir pelas vias administrativas." Ele respondeu: "Bom, porque se você falar, nós vamos logo judicialmente." Digo: "Não. Vamos por vias administrativas, porque eu queria dar a última oportunidade para o Sr. Governador responsável do embarque nessa canoa furaca, e corrupção que eu denunciei." Mas, ele preferiu fazer um convênio, e o nosso Reitor fez. Ele é irreverenciável, irretratável, dá direito a transcrever imóveis; é quase uma escritura. Mas, quis eu que prosseguissem as outras investigações, e bem que citaram lá, "de acordo com o Edital nº 789, publicado nos *Diários Oficiais* 'tais'... O convênio diz tudo isso, para ressaltar aquela parte de que a minha honra estava sendo atingida. Por que o Sr. Governador fez isso comigo? Porque denunciei as corrupções, e disse que esse Instituto Estadual de Floresta era mais um instituto paralelo que nascia no Espírito Santo. Quando se cria um Serviço Federal, lá no Espírito Santo, cria-se um paralelo estadual. Para quê? Para pegar transferências das verbas e, em vez de aplicá-las corretamente, fazer a política que eles entendem de empreguismo, etc. Fiz eu o IFF, fazendo nada mais nada menos do que isso que estou dizendo. Porque as reservas de que eles devem cuidar. Está lá a Forno Grande em que eles estão fazendo carvão. Há dez dias fui fotografar mais de 180 carvoeiros dentro da Reserva: Na de Pedra Azul, estão tirando orquídeas. A de Comboios, em julho, V. Ex's vieram a Aracruz Florestal invadir, para tirar areia para construção. Meu Deus do Céu! Eu ainda solicitem — eu soube aqui em Brasília — a administração das reservas federais. Digo que se fizerem isso, vou para uma luta muito maior do que a de agora. Mas, felizmente, tranquilizaram-me, dizendo: "Não vamos entregar nada ao Estado do Espírito Santo, é lógico. Diante do que você já estava fazendo lá, Deus nos livre entregar a eles!" Bom, eu também acho. (Risos.)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Ruschi, apenas mais um instante. Disse-nos V. S* duas coisas que justificam estudos e leituras que fiz anteriormente. Não vieram para o Espírito Santo as tartarugas, as *Caretas*; os quelônios que apareceram a Comboios não foram só eles. Veio também o Sr. Rei da Noruega e mais outros com a Aracruz, mas vieram também pelo mesmo motivo — V. S* sabe muito mais do que eu, pois é professor. Isso eu li no relatório de uma comissão japonesa que nos visitou. Ali, na nossa área, entre Aracruz, São Mateus e Linhares, é o lugar do mundo onde o eucalipto cresce 1 centímetro e meio por dia. Portanto, não é só aquela preferência dos quelônios para as nossas praias, eles também preferiram ali porque substituíram as nossas florestas nativas pelos eucaliptos. Ainda presto uma homenagem a eles, porque aquilo é de alta significação para o progresso do meu Estado. A segunda observação é com relação à Floresta Amazônica. Em Euclides da Cunha lemos isso. A Floresta Amazônica — e V. S* explicou isso aqui, agora — é mais uma floresta áerea do que terrestre. Quer dizer, as raízes não penetraram no solo, devido ao fato solo que V. S* bem descreveu, mas também porque, entre os fatores áreos calor e umidade. Então, a Floresta Amazônica é mais áerea do que terrestre. E eu encontrei essa explicação muito bem, quando V. S* diz que os fatores do solo para cima, lá, são muito mais evidentes do que os do solo para baixo. Fico satisfeita com sua acta. Como capixaba, fico até enternecidido com a sua frase: que, porque mostrou ao País não a resistência, não a sua Reserva Florestal, mas uma consciência, consciência esta contra uma vio-

lência, como diria Frasno Roterdã. V. S*, agora, é uma consciência, também, contra essa política predatória, que está fabricando deserto em nosso País. Essa consciência já se ergueu em Santa Lúcia em Santa Teresa, no meu Estado, na sua pessoa. Homenageio V. S* dizendo que é *homo theraensis*. Muito grato a V. Ex*. (Palmas.)

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario.

O SR. ARGILANO DARIO — Nobre Senador João Calmon, inicialmente, desejo congratular-me com a lembrança e a oportunidade de que V. Ex* eminente Senador, teve de nos oferecer, aqui, esta magnífica palestra, através desse cientista brilhante que é o Dr. Ruschi.

Quero lembrar ao Dr. Ruschi que, desde 1973, aguardávamos material para um pronunciamento na Câmara dos Deputados, oferecido por S. S*, quando de uma viagem que fizemos de avião, ansiosamente, repito, aguardávamos. Mas, após ouvirmos o desenvolver da sua luta, do seu trabalho magnífico, conhecido, assim, a grosso modo, anteriormente, agora, em detalhes e com profundidade, não só pelos jornais mas, também, pessoalmente, verificamos a razão, o porque de não haver chegado às nossas mãos o trabalho de divulgação necessária contra a instalação de fábricas, indústrias, praticamente dentro da grande Vitória.

As palavras dos oradores que me antecederam em relação a V. S*. Dr. Ruschi, são as nossas palavras, são as palavras de todos os cientistas do mundo, pelo reconhecimento do seu trabalho, do seu amor à fauna e à flora, do seu extraordinário sentimento de brasiliade, na defesa daquele pedaço de solo espírito-santense, em Santa Lúcia, no querido Município de Santa Teresa.

Em 1971, — V. S* deve se lembrar — recebemos uma denúncia, vindas de Linhares, contra a invasão de Comboios, e nos pronunciarmos duas vezes. Soubemos que, naquela ocasião, haviam até loteado toda a área de Comboios. E eu fui solicitado, pessoalmente, por habitantes de Linhares, depois do pronunciamento, quando me encaminhava para aquelas áreas — sou político, visito os meus companheiros — ia para o norte do Estado, e, na altura de Ibirapuera, fui cercado por um cidadão que, certamente, era um dos interessados nos lotes, que me pediu veementemente para que não continuássemos na denúncia. Soubi mais tarde que era, realmente, loteador, sócio de uma empresa que lá havia.

Nobre e eminente cientista, orgulho da nossa terra, Dr. Ruschi, quando se iniciou esse trabalho de denúncia, contamos, aqui, com os componentes da Marinha de Guerra, que tem o seu serviço de Relações Públicas na Câmara dos Deputados, com o seu representante Capitão-de-mar-e-guerra, cujo nome me escapa agora, que, imediatamente, fazendo contato com o Capitão do Porto de Vitória, fez chegar àquela área os seus soldados, representantes e, contou, também, com os pescadores, para pôr abaixo todo o loteamento. Através da sua ação, acabaram, inicialmente, com esse tipo de loteamento. Mais tarde, soube da intervenção de V. S* mais uma intervenção em defesa daquele pedaço de terra que, estudado em profundidade por V. S* tanto tem desfocado a nossa terra, o nosso Estado e a Ciência em que é especialista.

Há poucos dias, logo que se iniciou a divulgação dessa sua santa reação em defesa daquele solo, acompanhando os pronunciamentos dos jornalistas, especialmente do *Jornal do Brasil*, tivemos a oportunidade de falar, na Câmara dos Deputados, apoiando a sua luta, como fizeram ainda outros Deputados, do MDB, o Senador Dirceu Cardoso, o Deputado Gerson Camata, que também foi brilhante na sua defesa. Porque aquilo é público e notório. Ainda no tempo de motorista profissional, — levava eu — isso já há muitos anos, V. Ex* era menino mesmo, um rapazola, e já estava lá com a sua família — pessoas que vinham de longe à Vitória para visitar Santa Teresa, em busca das belezas que lá existiam, estudadas e conservadas por V. S*

Mas, o que desejo, nobre Cientista, depois de distingui-lo, fazendo minhas as palavras dos que me antecederam, do trabalho do eminente Senador da República Dr. João Calmon, dos pronunciamen-

tos todos do *Jornal do Brasil* e do apoio que V. Sr. recebeu, prontamente, de todos os cientistas, dos amantes da natureza, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de todo o País, especialmente de sua terra, o que desejo mesmo é saber de V. Sr. — já que tanta coisa expôs aqui, para deleite nosso e aumento dos nossos conhecimentos — se a Reserva de Comboios, a que se referiu e que estudada tem sido por V. Sr. — tem a garantia, hoje, depois desses acontecimentos todos, de não continuar sofrendo a depredação aqui falada e denunciada. Se há meios, se já tomaram providências, como as tomadas por V. Sr. em defesa de Santa Lúcia, ou seja, se também a Reserva de Comboios está sob garantia como a de Santa Lúcia.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Respondendo, em primeiro lugar, agradecendo o pronunciamento do Deputado Argilano Dário, e, principalmente àqueles que se manifestaram na Câmara e de que eu não tinha conhecimento — infelizmente não recebo tão prontamente os jornais e os Anais da Câmara.

O SR. ARGILANO DARIO — Permite-me V. Ex^t um instante, para dizer que esses jornais foram remetidos, não só o do meu pronunciamento, mas os dos pronunciamentos dos companheiros citados — Deputados e um Senador — também para os dois Deputados que estão sendo processados, no Espírito Santo, por terem feito a defesa de V. Sr. Quer dizer, o Governador, ou o Governo do Estado, terá que processar toda a Bancada, no caso a Bancada do Espírito Santo, por terem eles feito a defesa do lógico, da verdade, do que é exato. Muito obrigado.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Pois não. Estendo, também, os meus agradecimentos a esses outros Deputados e, realmente, eu também — pelo menos a imprensa local falou — estava, talvez sujeito a um processo, mas a causa é dignificante. Ser processado por estar em defesa da natureza, é como eu disse agora mesmo. Por causa dessa campanha, vou receber, em São Paulo, — tenho que marcar a data — um galardão formidável, que é federal — a Comenda Martim Afonso de Sousa. Outras honrarias já me foram conferidas e estão sendo conferidas; quase que semanalmente, recebo comunicações para ir buscá-las em face disso. Mas, vamos fazer uma programação. Realmente, foi uma bandeira, uma luta digna. O mais precioso galardão estou a sua espera, é essa promessa de me processarem por ter pronunciado que o Estado do Espírito Santo estava, agora, num mar de lama. Mas, depois disso já me pronunciei, quando recebi a caravana, que um telegrama muito bonito do Sr. Governador dizia que a receberia muito bem e tal, mas o jornal do dia da caravana, que é o porta-voz do Governador, marretava; dizia que aquilo era uma pressão, que podia ser 20, 100, 200 mil, 1 milhão de assinaturas de pessoas, que era pressão, mas que o Governo não devia se dobrar etc. Então, eu disse, naquele momento, no meu discurso, que, enquanto ele dava esse telegrama para os Senhores, do outro lado, os seus assessores se pronunciavam assim dessa forma. E, então, respondi: "Neste momento, eu tenho que confirmar que não há mais mar, porque quando a gente mergulha num mar de lama, ao sair, a água tira um pouco dessa lama. Agora não, não há mais mar; mergulha-se e sai-se em pura lama. Essa é que é a realidade". (Risos.) Mas, sempre em relação à proteção da natureza, porque eu podia dizer, sim: "Nós tivemos, no Espírito Santo, o esquadrão da morte; hoje, temos o esquadrão dos vivos". Vivos naquele sentido que V. Ex^ts bem entendem.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vivos entre aspas.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Pois é, eu poderia ter dito isso, mas não o disse. Mas, é em relação aos problemas de conservação da natureza, porque esse órgão como diz, aqui, é a resposta para o Sr. Deputado, a Reserva de Comboios está constantemente em perigo, porque é uma área prioritária para a ARACRUZ FLORESTAL. Se eu disse que os três últimos Governos do Estado foram servis, desserviram a sua Pátria e o seu Estado, eu provo. E a prova disso é que um dos Governadores passados se sentiu ferido com essas palavras; se sentiu com chagas sangrando e interpelou-me

e eu dei as respostas por carta, e as darei a cada um de *per si*, porque generalizei, mas posso especificamente dizer quais são as chagas de cada um quanto a desservir à Pátria e ao Estado, relacionado com problemas de conservação da natureza. A Reserva de Comboios continuará em perigo, até que aquilo tudo seja plantado com eucaliptos, meus Senhores. (Risos.) Esses homens, esses pobrezinhos que lá estão como invasores, como posseiros, são saltos para os futuros doutores que, no final, venderão a FLORESTA ARACRUZ CELULOSE.

Estamos drenando a Lagoa de Suruaca, onde 400 mil hectares de terra serão divididos. Por que não tirar os posseiros de lá e entregar essa parte seca de Suruaca aos posseiros, manter a Reserva intacta, e não dizer, o Sr. Governador, como disse, "que não há solução; que vai procurar solucionar o problema da melhor forma possível". A melhor forma possível — grita-lhe não um técnico, mas um cientista — é esta: se já estão depredando Suruaca, segundo sem analisar os problemas de infra-estrutura com relação à cacaueira no Rio Doce, que lá é um lençol freático mantido para a cultura de cacau, na zona norte do Rio Doce, digamos, na margem esquerda do Rio Doce, o lençol freático, que garante o teor de umidade para as lavouras de cacau, é a Suruaca, esta, uma vez drenada, os Senhores assistirão... Já disse a alguns fazendeiros de cacau, que me consultaram sobre qual será o problema: "tratem de obter a prioridade, e instalem suas bombas de irrigação o quanto antes, tirando a água do Rio Doce, antes que ela venha para servir Tubarão. Os Senhores terão prioridade". E assim vão fazer alguns cacaueiros; vão fazer a irrigação dos cacaueiros, se quiserem obter a produção que é merecida.

Entretanto, seria uma solução para a Reserva de Comboios permanecer, porque lutarei por aquelas areias das tartarugas, para que depositem os seus ovos, como estou lutando pela Reserva de Santa Lúcia, e tenho comigo o apoio de todo o IBDF.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Ruschi, um apartezinho para um esclarecimento. V. Sr. disse, na sua longa palestra, que um determinado Senador ia a Vitória e retirava da imprensa atos oficiais, que deviam ser publicados, em defesa das reservas florestais. Então, não quero que V. Sr. cite o nome, mas, como aqui estamos os três Senadores — o nobre Presidente da Comissão de Educação e Cultura, que é um nome nacional; o nobre Líder do Governo, que é também um nome nacional, e, aqui o humilde e obscuro Senador, que é um nome paroquial, eu pederia a V. Sr. que dissesse se é um de nós três o Senador que ia lá buscar esses atos oficiais. Não quero que V. Sr. cite o nome de quem foi. Se não fomos nós, ficamos satisfeitos.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Não! Isto quero frisar muito bem. Nenhum dos três, nenhum dos Deputados atuais, também. Eram Senadores e Deputados da época.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estou satisfeito.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Agora, quero agradecer e dizer que o Museu Melo Leitão é de utilidade pública, por leis estadual e municipal, mas não recebe verbas, meus Senhores. Tem um convênio com a Secretaria de Educação de dar curso de Ecologia, há 20 anos, e é um curso que se está instalando no Brasil agora. Quer dizer, Augusto Ruschi foi o precursor do ensino da Ecologia no Brasil, e deu o primeiro Curso de Conservação à Natureza, em 1959, num colégio teresense. E a placa dos formandos está na Granja do Ipê. Os 18 professores que se formaram em Conservação da Natureza, no Brasil, têm a placa no Ipê.

Pois bem, recebemos as visitas que todos os governos nos mandam. Até hoje-mesmo, com o atual Governo, todos os visitantes ilustres que vão lá nós recebemos, apesar de que não nos solicitaram a execução desses cursos mas, em fevereiro do ano que vem — já recebi a resposta — vai ser dado pela primeira vez e, no entanto, a minha Senhora está à disposição do Museu para receber visitas, em troca deste convênio, há 20 anos! Eu vivo lutando, todos os anos, oficiando ao Sr. Secretário da Agricultura, dizendo: "Eu quero dar esse cur-

so; preciso dar esse curso!" Olha, de mão beijada, e recebemos em troca isso. E por que não se dá? — pergunto eu.

O apoio da Assembléia do Rio de Janeiro foi por unanimidade à nossa causa da Reserva de Comboios. Então, V. Ex's vêm bem. O apoio veio de São Paulo, Santa Catarina, do Amazonas e do Acre. Foi o Brasil inteiro, como disseram V. Ex's. E, por isto, congratulo-me com o País, neste momento.

O SR. ARGILANO DARIO — Apenas para perguntar ao eminente Cientista se o Museu tem recebido alguma verba da Secretaria da Agricultura do Estado, para dar esse curso, pelo menos para a instalação de alguma coisa.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Não, também não exigimos isso. Oferecemos o curso para ser dado em Vitória ou em Santa Teresa, onde a Secretaria quiser, com a finalidade de educação. Precisamos educar desde as crianças, porque nelas é inato querer bem aos animais. Não conheço uma criança de dois anos de idade que não goste de besourinhos, de insetos. Por que eles não continuam? Por que eu continuo? Porque tive o meu pai que me estimulou. Aos quatro anos, eu fugia para a mata. Iam buscar-me; vestiam-me camisola para eu não fugir, mas, no outro dia, eu fugia de camisola e tudo. A minha vida foi assim.

Então, acho que temos que iniciar. No Brasil, já foi dada autorização pelo Ministério da Educação em nível primário e secundário, e vamos chegar lá, tenho certeza. Mas, não solicitamos verbas, a nossa troca foi com a minha Senhora ficar à disposição, desde os governos de 20 anos passados.

O SR. ARGILANO DARIO — Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA — Ilustre Professor Augusto Ruschi, quero renovar, aqui, as palavras de apoio que dei a V. S^t, quando da eclosão do problema junto ao Governador do Estado do Espírito Santo, e dizer um pouco a V. S^t que perdoe o Governador pelo gesto de tentar tomar-lhe a Reserva.

Quem conhece o nosso Governador sabe que ele é extremamente vaidoso, e, no dia em que descobriu que V. S^t era mais famoso que ele, certamente impulsionado por isso e pela vaidade, tentou destruí-lo.

Quero ainda trazer a V. S^t que o Estado, que tem em V. S^t o precursor dos estudos ecológicos no Brasil, até hoje, poderia ter sido um pioneiro até nisso, não tem uma Secretaria de Meio Ambiente, mesmo com essas ameaças ecológicas que pode sofrer a cidade e que o Estado todo está sofrendo. E que, em troca, tem duas secretarias inúteis e um Instituto Estadual de Florestas, também inútil. Só na área econômica, o Espírito Santo é o Estado que mais planeja no Brasil — V. S^t deve saber disso — tem a Secretaria do Planejamento, a Secretaria de Projetos Especiais e a Secretaria Especial de Contatos na área Federal para Projetos Econômicos. Então, veja V. S^t como se planeja no Espírito Santo.

Nós já dissemos isso, aqui na Câmara, há muito tempo, antes mesmo da eclosão dessa crise. Minas e Energia é uma secretaria necessária ao Espírito Santo — temos o norte do Estado com problemas de petróleo e até de aplicação dos *royalties* de petróleo, que a PETROBRÁS está pagando aos Municípios e ao Estado, temos em Cachoeiro. É o Estado maior produtor de mármore no Brasil, exportando mármore de excelente qualidade, que se encontra nas boas construções, em todo o Brasil, na Região de Afonso Cláudio, evidências de urânia, nessa fase em que o Brasil tanto precisa de energia. Entretanto, não temos uma Secretaria dessa. E, tendo V. S^t, não temos, por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente. Em troca, se criaram essas duas secretarias inúteis, tão inúteis que o Governador só as preencheu dois anos depois, mesmo assim para resolver pro-

blemas políticos e domésticos — um titular da Secretaria, V. S^t sabe das causas que motivaram a sua nomeação — e a última, Secretaria de Contatos na Área Federal — V. S^t sabe também — só foi preenchida dentro do quadro político nacional, quando o Governador pretendeu agradar um General reformado que concorreu a uma candidatura à Presidência da República do Ministro do Exército. Então, ele nomeou o filho do General Jânio Portella para preencher essa Secretaria, tão inútil que, há dois anos, estava desocupada. Veja V. S^t a extensão do problema no Estado, V. S^t que está lá e o sente.

Dentro propriamente da exposição de V. Ex^t, gostaria de perguntar. Primeiro. — O IBDF, no Estado, tem tido uma atuação de certa forma razoável, embora eu não o perdoe — se bem que, ultimamente, tem melhorado — pela maneira, pelos maltratos que têm sofrido os que tentam reflorestar, no Espírito Santo, e mesmo os que trabalham na indústria de madeira. Pésimo é o atendimento da repartição, mas já está melhorando agora. Fazem um lavrador, que quer derrubar uma árvore, voltar 3 vezes a Vitória; dificultam terrivelmente. Acho que se pode cumprir uma legislação sem que se maltrate a parte que, afinal de contas, mantém aquela repartição com as taxas que paga! Segundo — as aplicações do Fundo Florestal no Espírito Santo. O IBDF não tem aplicado, a não ser na parte administrativa e para fazer uma sede muito bonita, dentro desse espírito de obras faraônicas — as repartições públicas brasileiras estão se tornando as mais refinadas do mundo. O IBDF, no Espírito Santo, — sabe V. S^t — se preocupou muito, também, com uma sede bonita e ecologicamente equilibrada, com excelente equipamento de ar refrigerado para os seus diretores. Não se vê aplicações do Fundo Florestal e, paralelamente, o Estado cria esse Instituto Estadual de Floresta, quando se poderia muito bem ser uma competência do IBDF, através de aplicações dos recursos que ele adquire no próprio Estado. Esse Fundo Florestal, por exemplo, acredito eu, poderia não só patrocinar a manutenção dessas reservas, mas o reflorestamento com essências nativas do Espírito Santo, que nunca tinha sido feito, pelo contrário. Na época em que o IBDF pensou em aplicar o Fundo Florestal, também era com eucalipto, quer dizer, vimos o próprio IBDF se preocupando com um problema que não era dele, mas econômico.

As reservas florestais são centros, é claro, além da conservação ecológica, também disso tudo. Mas, no Espírito Santo, não há uma mentalidade de se propiciar visitas às reservas florestais. Eu nunca vi um capixaba dizendo que ia ver uma dessas reservas ou certa parte delas — é claro que com a orientação e a vigilância de guardas. Não se poderia criar tipos de parques onde interessados pudessem acampar, não digo na reserva toda, fiscalizados, para que não a depedrassem e, principalmente, as crianças, levadas pelos pais, criariam essa mentalidade de atear à árvore e à natureza. Gostaria de saber de V. S^t, por que não tem sido feito isso, ou se a abertura desses parques a visitantes conscientizados prejudicaria ecologicamente a reserva. Qual a posição que V. S^t toma com relação a isto? Faço esta pergunta diante ate da proposta do Deputado Walter de Prá, de se criar, no Espírito Santo, o Ano da Ecologia, que seria o próximo destinado a estudos ecológicos. Seria um excelente ano para a implantação dessa mentalidade.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Vou responder às perguntas tão dignas feitas do jovem Deputado Gerson Camata; elas são muito interessantes!

Primeiro, quero dizer que a minha função, no IBDF, é de Conselheiro do Conselho de Valorização de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes. Realmente, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com a estrutura que tem, deixa bastante a desejar com relação a material humano — recursos ele tem muito — mas não pode nomear ninguém. Tenho lutado muito! O Espírito Santo tinha, há 6 anos, 200 e tantos guardas para as reservas biológicas do IBDF, que são: Pinheiros, Soretama e Nova Lombardia. Tem, inclusive, fiscais para o tráfico de madeira. Atualmente, ele tem 20 guardas para as reservas biológicas. Santa Tereza tinha 12, agora

tem 1 guarda, 1 chefe e 1 chofer; então, é um soldado, um general e um chefe. Esta é a condição.

Imagine V. Ex^e o IBDF no Brasil inteiro. Reclamo sempre que os parques nacionais estão muito mal defendidos com relação a guarda. Se outros setores nacionais cresceram 10, 20 vezes mais, o IBDF, em relação ao Instituto Nacional do Pinho, decresceu 10 vezes, e provei isto a um Ministro quando eu era do Conselho Administrativo do Jardim Botânico.

Com relação às reservas biológicas, li também uma notícia de que no ano entrante teremos "O Ano do Meio-Ambiente no Espírito Santo". Espero, como capixaba e como convidado que sou, que isso ocorra. Presidirei uma reunião de Ecologia de meio-ambiente, nos Estados Unidos, precisamente na União International de Ecologia, de 8 a 12 de março, e lá pedi autorização ao Senhor Presidente da República para me ausentar do País. Trataremos do comportamento animal, lá nos Estados Unidos, onde se reunirão todos os ecólogos do mundo. Pois é! Mas, na minha terra, há uma Comissão do Meio-Ambiente, e, quando é preciso enviar alguém para falar em reuniões internacionais, não mandam ninguém dessa Comissão; pedem só a Augusto Ruschi para comparecer, e Augusto Ruschi vem aqui. É preceito que V. Ex^es saibam que aqueles 480 participantes, entre cientistas japoneses, norte-americanos, canadenses, ingleses — foram 22 conferências — apenas cinco perguntas eram permitidas a cada um. Fiz vinte e duas perguntas; eles encaixaram vinte. No fim, derom a estatística dos debates: maior debatedor, Augusto Ruschi, vinte perguntas; segundo debatedor, um lá de São Paulo, cujo nome não me recordo agora, 5 perguntas. Quer dizer que consideraram válidas as minhas perguntas, em prioridade, no meio de 480 participantes.

Pergunto a V. Ex^e: eu faço parte da Comissão do Meio-Ambiente? Não precisa dizer, pois eu não faço. Por quê? Porque teria que passar pela Comissão de Meio-Ambiente. Há um órgão que lá funciona verdadeiramente e representa a Marinha. Esse funciona mesmo! Pode ser o navio que for, poluiu, está multado, São milhões, bilhões de cruzeiros. E eu fui parecerista do Ministério da Marinha em projetos nacionais, como no do sal-gema, lá no Nordeste, em que o parecer que valei foi o meu para o Almirante Hilton Beirute, de Portos e Canais. Pergunto eu: O Espírito Santo já me fez alguma pergunta sobre processos industriais? Escrevi um tratado para a Escola Superior de Guerra sobre *Uma Política Nacional Contra a Poluição* em 1970. Pois bem, assim é que sou conhecido no Espírito Santo mas, como sou um curioso...

O SR. DIRETOR CARDOSO — Permite V. S^e uma intervenção? (Assentimento do orador.) — Nessa Conferência do Meio-Ambiente, que vão fazer no Espírito Santo, o primeiro Conferencista será o Governador, o segundo, o Secretário da Agricultura e o terceiro será V. S^e.

O PROFESSOR AUGUSTO RUSCHI — Eu não sabia, muito obrigado.

Com relação às reservas biológicas, o Espírito Santo tem as reservas biológicas federais — como já disse — que são três, e mais o Parque Nacional de Caparaó. Então, são a de Pinheiros, a de Sorelma e Nova Lombardia e Caparaó — que é um parque. O Estado tem as Reservas Biológicas de Comboios, de Forno Grande, de Pedra Azul, de Duas Bocas e mais a de Mestre Álvares, criada, agora, por Elcio Alvarenga; as outras foram criadas ainda por João dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Pois bem, essas reservas biológicas estaduais foram criadas com o mesmo princípio e finalidade das que passaram para o IBDF, no Governo de Castello Branco. Essas reservas biológicas estaduais estão sendo objeto de incessantes invasões, por falta de fiscalização. O IEF, agora, está se estruturando e dando instruções à Polícia Militar estadual para, depois, virem os seus componentes a ser os fiscais — não sei se com a eficiência da Polícia mineira, porque esta é da escola, selecionou gente de primeiríssima classe com ordenados muito bons, equiparados, ou melhores do que os dos guardas florestais federais, e está fazendo uma brilhante e

atuante ação na defesa do patrimônio natural — a comercialização de pássaros é providenciada muito bem. São Paulo está fazendo uma política muito significante.

Agora sugeriria ao Governo do meu Estado — já que não sou procurado nem pelos Diretores do IEF; fui procurado, sim, antes de instalar: dei todas as dicas direitinho de como devia ser: eles as aproveitaram, mas, de fato, não estão realizando ainda o que se propõem pelo decreto de sua criação — criar, em todos os municípios — aliás, se eu for Conferencista, nesse "Ano do Meio-Ambiente", sugerirei isso ao atual Governador Elcio Álvares, e, como disse, aqui, serei até capaz de mandar construir uma estátua, se eu estiver vivo, e se, de fato, se concretizarem as coisas que S. Ex^e está pretendendo em relação à proteção da natureza, porque S. Ex^e fala em proteger, mas deixa destruir, é por isto que não posso parar quando vejo essas coisas; quero que defendam, como eu estou defendendo, com alma e coração — um monumento ao patrimônio natural. Por exemplo: os municípios que têm sua fonte de água ainda pura, bebem água sem tratamento, como é o caso em uma das fontes de Santa Teresa — porque eu comprei a mata, e está lá a escritura para quem quiser ver; em 1938, comprei a mata e coloquei assim: "Esta área será perpetuamente para a defesa da água, que serve à população de Santa Teresa e, em paralelo, à fauna e à flora daquela região" — criariam as suas reservas, e estas seriam admitidas ao público.

As reservas biológicas respeitam um cunho sistemático internacional; nelas é proibido penetrar, a não ser para pesquisas em nível de pós-graduação; nem para graduação é permitido, porque é um nicho tão precioso... O que tem ali que tem que ser visto por olhos que já conhecem. Agora, o manejo de áreas dentro das reservas municipais é que vai ser muito significante para a educação das crianças, e tudo isso. Ali, sim, terão áreas de recreação, de acampamento, uma naturalista explicando o significado de tudo, mostrando os pássaros, isso se pode fazer hoje. Os parques nacionais têm esse manejo; possuem uma área aberta ao público e uma outra que se chama "refúgio da fauna", é o que se chama "manejo da fauna". É uma área onde, mesmo num parque, não se permite que penetre ninguém, porque o aumento da população será tanto que os parques nacionais dos Estados Unidos estão limitando o número de visitantes: são 10, 12 milhões de pessoas por ano, esse número todo massacra o parque e poderá até acabar com muitas espécies. Então, tem que ser limitado.

Para encerrar, agradeço a todos os que aqui estiveram e estão presentes e, ao mesmo tempo, quero agradecer essa primazia do Dr. João Calmon, nosso Senador brilhante, pelo convite que me fez, endossado por todos os Senhores. Mas, eu também queria estender um convite a esta Comissão de Educação e Cultura do Senado para, quando quiserem, visitar o Museu Melo Leitão bem como a Reserva de Santa Lúcia. Terei muito prazer em acompanhá-los e dar-lhes os esclarecimentos, como os estou dando aos cientistas do mundo inteiro, permanentemente, e, assim, poderão reconhecer que o Museu Nacional — já não falo no Museu Melo Leitão — poderá, até, ter verbas específicas, dadas por V. Ex^es, representantes que são dessas Casas tão dignas, que estão querendo implantar mesmo uma nova linha com relação à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, ou seja, os parques, as reservas, etc.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Morimoto, que deseja formular uma indagação.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO — Sr. Presidente, Senador João Calmon, ilustre Conferencista, Professor Augusto Ruschi, desejou cumprimentar V. S^e e dizer da honra que o Senado e a Câmara sentem ao ouvir V. S^e mais uma vez, no seu entusiasmo, no seu idealismo.

Quero lembrar, nesta oportunidade, que a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG — este ano,

programou para a parte de planejamento, ou seja, estudo de grupos, nos seus ciclos de estudos em todo o Brasil, esse tema tão palpável e importante, do qual V. Sr., sem dúvida nenhuma, é um dos maiores defensores e pioneiros, da preservação do meio ambiente. Eu, que tenho a honra e o privilégio de presidir a Delegacia da ADESCG em Brasília, de uns tempos para cá, fiz questão de incluir entre os conferencistas, para o 6º Ciclo de Estudos em Brasília, o nome de V. Sr., que não podia faltar nessa relação, pois é nome nacional e internacional. V. Sr. esteve na ADESCG em Brasília, nos brindou com uma conferência aplaudíssima, inclusive, foi aplaudido de pé. Temos aqui, neste "plenarinho", vários representantes que estavam participando daquele Ciclo de Estudos, naquela ocasião, e que são testemunhas disso. Inclusive, naquela memorável noite, contamos com a honrosa presença do Comandante da Escola Superior de Guerra, General Tourinho, que fez questão de assistir a sua conferência.

Quero dizer que estou inteiramente com a causa que defende, nos vários casos específicos do seu Estado o Espírito Santo, assim como, sobretudo, nessa maratona nacional de conscientização sobre a preservação do meio ambiente.

Queira aceitar, meu caro Professor e ilustre Conferencista, os meus cumprimentos, as minhas saudações e a certeza de que V. Sr., continuará dando a sua contribuição valiosa nesse campo, especialmente no da preservação do meio ambiente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em nome da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, em nome dos nossos colegas da Câmara dos Deputados, desejo transmitir ao Professor Augusto Ruschi o nosso profundo agradecimento por esta memorável conferência, que vai marcar época nos Anais da Câmara Alta.

Professor Augusto Ruschi, V. Sr. é mais feliz do que nós, porque detemos um mandato de prazo fixo, temporário, enquanto que V. Sr. detém um mandato permanente que lhe foi dado, não apenas pelos passarinhos e plantas, mas, diria eu, acima de tudo, por São Francisco de Assis. Que Deus o abençoe. Professor Augusto Ruschi.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião as 14 horas.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

30ª REUNIÃO, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977

Às dez horas do dia nove de novembro de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório Milton Campos, sob a Presidência do Sr. Senador Evelásio Vieira, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e a presença dos Srs. Senadores Adalberto Sena, Itamar Franco e Ruy Santos, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura, dando prosseguimento aos trabalhos para o exame da situação do desporto brasileiro.

O Sr. Presidente após proferir algumas palavras elogiosas aos convidados, faz ingressar no recinto os Srs. Felício Brandi, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, Ari da Frotta Cruz, Advogado e Diretor do Cruzeiro Esporte Clube e Wilson Piazza, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte e ex-integrante titular do Cruzeiro e da Seleção Brasileira de Futebol.

É facultada a palavra ao Sr. Felício Brandi que após alguns comentários sobre o Cruzeiro Esporte Clube cede a palavra ao Dr. Ari da Frotta Cruz, que na qualidade de Advogado do referido Clube discorre sobre a história, estrutura, funcionamento, problemas financeiros, organização administrativa e outros tópicos, todos referentes ao Cruzeiro Esporte Clube.

Por fim, sugere à Comissão de Educação e Cultura que a nomeação do Tribunal de Justiça Desportiva não seja feita mais pelo Presidente da Federação, para que haja imparcialidade no julgamento das decisões do Presidente da Federação.

Finalizando, apresenta o balanço e a prestação de contas do Conselho-Diretor do Cruzeiro Esporte Clube no período de 1973 a 1976.

O Sr. Presidente, Senador Evelásio Vieira, concede a palavra ao Sr. Wilson Piazza que inicialmente lamenta a situação de alguns ex-jogadores de futebol, hoje abandonados, louvando ao mesmo tempo, a iniciativa do Governo em dar ao atleta uma estabilidade como recompensa a uma profissão curta e sacrificada.

Após fazer um histórico sobre sua carreira de jogador de futebol, o Vereador Wilson Piazza cumprimenta a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal e o Governo pela preocupação em proporcionar ao atleta brasileiro uma melhor situação.

Após as exposições dos Srs. Conferencistas, foram abertos os debates, usando a palavra, por ordem de inscrição, o Sr. Senador Itamar Franco e o Deputado Fábio Fonseca.

Terminados os debates com os Srs. Parlamentares, foi franqueada a palavra aos jornalistas assim como aos demais assistentes que expuseram suas idéias sobre a posição atual do desporto brasileiro.

Finalizando, o Sr. Presidente, Senador Evelásio Vieira, agradece os depoimentos dos ilustres convidados, assim como a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes e determina em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1977, DESTINADA A OUVIR AS PALESTRAS, SEGUIDAS DE DEBATES, DOS SRS. FELÍCIO BRANDI, PRESIDENTE DO CRUZEIRO ESPORTE CLUBE; ARI DA FROTA CRUZ, ADVOGADO E DIRETOR DO CRUZEIRO ESPORTE CLUBE E WILSON PIAZZA, VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE E EX-INTEGRANTE TITULAR DO MESMO CLUBE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON

VICE-PRESIDENTE: SENADOR EVELÁSIO VIEIRA

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal inicia, nesta oportunidade, mais uma reunião, no sentido de buscar subsídios, informações, dados que possibilitem a constituição de um projeto a ser oferecido, posteriormente, às autoridades federais, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento do desporto brasileiro.

No dia de hoje temos a grande honra, a grande satisfação de contar com valiosa colaboração do Sr. Felício Brandi — Presidente do Cruzeiro Esporte Clube de Belo Horizonte — glória do futebol, do esporte brasileiro, e destacado empresário de Belo Horizonte; do Dr. Ari da Frotta Cruz — advogado, diretor, há muitos anos, do Cruzeiro Esporte Clube, e que, nos idos de 1949, foi uma das estrelas do quadro de futebol desse renomado clube; assim como o Sr. Wilson Piazza — inteligente e dedicado Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ex-integrante titular, durante longos anos, do Cruzeiro e da Seleção Brasileira.

São figuras que, pelo seu passado, por aquilo que conhecem do esporte, podem prestar à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal magnífica colaboração, para que possamos alcançar o grande objetivo de organizarmos — reafirmo — o projeto a ser oferecido ao Governo Federal.

Desde já expresso os nossos agradecimento pela presença do Sr. Senador Itamar Franco — que representa o Estado de Minas Gerais, do Senador Adalberto Sena — que representa o Estado do Acre, e do Sr. Deputado Fábio Fonseca grande nome dentro do esporte brasileiro. Presidente e que foi do Clube Atlético Mineiro, ontem o grande herói do esporte, dando sua inestimável colaboração, hoje, uma das maiores autoridades da Câmara Federal. Também endereçamos nosso agradecimento aos homens dos veículos de comunicação social que compareceram a este auditório, colaborando com seu nobre objetivo que temos em favor do esporte brasileiro.

Abrindo os debates, ouviremos a palavra do Sr. Felício Brandi, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

O SR. FELÍCIO BRANDI — É uma satisfação enorme comparecer a este Congresso, a convite do Senador Evelásio Vieira, para fazer sugestões que possam desenvolver o esporte brasileiro.

Já militamos no esporte há longos anos. Temos, assim, certa vivência dos problemas que afligem o esporte, principalmente o futebol. Estamos aqui com a maior satisfação, para fornecer subsídios à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

Está presente um grande amigo, o Deputado Fábio Fonseca, que ontem desenvolveu as maiores lutas em benefício do esporte mineiro. De suas lutas insanas tivemos êxito na construção do Estádio Magalhães Pinto — o Mineirão. Realmente, o desenvolvimento do esporte mineiro, nos últimos anos, foi agradável, dada a dedicação de seus dirigentes, que, não medindo esforços, procuraram dar tudo que é possível para o engrandecimento do nosso esporte. O Deputado Fábio Fonseca foi um dos grandes lutadores. Aqui rendemos nossa homenagem a S. Ex.

O Cruzeiro preparou um trabalho, para que tivéssemos alguma coisa “palpável” concreta, que pudesse auxiliar a Comissão na busca, tão importante, de desenvolvimento do desporto brasileiro.

Assim sendo, nos passo ao Dr. Ari da Frotta Cruz de conhecimento deste trabalho, aos Srs. Membros da Comissão, e, depois, posso ser comentado e discutido.

O SR. ARI DA FROTA CRUZ — Sr. Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, Srs. Senadores Itamar Franco e Adalberto Sena, Deputado Fábio Fonseca, homens da Imprensa, meus Senhores.

É natural a satisfação enorme e mesmo grande honra estar aqui presente, para juntarmos com nosso Presidente Felício Brandi, trazer subsídios que possam servir de elemento, de dado, para este valioso trabalho de desenvolvimento pelo Congresso Nacional, através da Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Então, o trabalho.

I — História

O Cruzeiro Esporte Clube é uma sociedade civil fundada em 2 de janeiro de 1913. Tem a finalidade:

a) desenvolver a educação física em todas as suas modalidades; b) promover atividades de caráter desportivo, social, cultural e cívico.

Organizada desde o nascimento de sua existência, ter contribuído para a difusão do futebol no Brasil e de Minas Gerais no exterior com suas conquistas, sempre pelo mundo, com a conquista de títulos internacionais, e ter chegado à situação de Campeão da América e Vice-Campeão Mundial Interclubes, além de ter conquistado dez dos treze campeonatos mineiros disputados no Estádio “Governador Magalhães Pinto”. §

II — Estrutura

O Cruzeiro tem uma estrutura organizacional legal e estatutária, legal, porque obedece às normas do Decreto-lei nº 3.199, de 1941; estatutária, porque sua organização interna é pautada por um Estatuto

dinâmico, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital mineira. Tal Estatuto é revisto, periodicamente, visando a ser mantido atualizado. No momento, foi feita mais uma revisão que, aprovada em Assembléia-Geral dos Associados, está em fase de impressão para distribuição.

Pelo fato de que as atividades esportivas e as associações promotoras se regem pelo Decreto-lei nº 3.199/41, Decreto-lei nº 7.674/45 e Portaria Ministerial nº 254, de 1º-1-41, o Cruzeiro tem a seguinte estrutura legal estatutária:

a) *Assembléia-Geral* — à qual comparecem, deliberam e votam todos os associados quites com a tesouraria do clube;

b) *Conselho Deliberativo* — eleito pela Assembléia-Geral, compõe-se de membros natos e membros eleitos. Entre os membros natos estão incluídos, necessariamente, os ex-Presidentes do clube.

c) *Comissão Fiscal* — eleita pelo Conselho Deliberativo e composta de três membros titulares e três membros suplentes. Entre estes seis elementos estão contadores, técnicos de administração, advogados e economistas.

d) *Conselho-Diretor* — que conta com um número variável de membros escolhidos pelo Presidente; este, assim como o Vice-Presidente do clube e o Tesoureiro, são eleitos.

e) *Conselho-Consultivo* — constituído de:

a) membros natos — todos os ex-Presidentes do clube, bem como todos os ex-Presidentes do Conselho-Deliberativo;

b) membros temporários — o Presidente que se encontrar em exercício no clube e o Presidente e Vice-Presidente do Conselho-Deliberativo.

O Conselho-Consultivo é orgão estatutário, pois a legislação específica não prevê a sua existência. Tem ele função meramente opinativa e se manifesta somente quando provocado pelo Presidente do clube, que lhe poderá solicitar pronunciamento sobre matérias de grande importância. Casos em que o Presidente do clube consultou esse Conselho: construção da “Toca da Raposa”; venda de Tostão.

Os demais órgãos acima referidos têm existência jurídico-legal:

a) *Conselho-Deliberativo* — Portaria Ministerial nº 254, de 1º-1-41;

b) *Conselho-Fiscal* — Decreto-lei nº 7.674, de 25-6-45, e Portaria Ministerial nº 254, de 1º-1-41.

c) Diretoria, chamada estatutariamente de Conselho-Diretor — Decreto-lei nº 3.199/41.

A Comissão Fiscal e o Conselho-Consultivo são órgãos estatutários.

III Funcionamento

Dentro das diretrizes legais e estatutárias, o Cruzeiro Esporte Clube funciona de acordo com o seguinte sistema organizacional:

- 1 — Assembléia-Geral
- 2 — Conselho-Deliberativo
- 3 — Comissão Fiscal
- 4 — Presidente
- 5 — Comissão Social Campestre
- 6 — Vice-Presidente
- 7 — Conselho-Diretor
- 8 — Vice-Presidente de Futebol
- 9 — Vice-Presidente dos Especializados
- 10 — Vice-Presidente Social
- 11 — Vice-Presidente da Sede Campestre
- 12 — Vice-Presidente Financeiro
- 13 — Vice-Presidente de Planejamentos
- 14 — Vice-Presidente de Relações Públicas
- 15 — Vice-Presidente de Coordenação
- 16 — Diretoria
- 17 — Diretor Departamento Futebol Amador
- 18 — Diretor Departamento Patrimônio
- 19 — Diretor Departamento Administrativo
- 20 — Diretor Departamento Médico
- 21 — Diretor Departamento Jurídico

- 22 — Superintendente
- 23 — Centro Processamento de Dados
- 24 — Assessoria Jurídica
- 25 — Caixa — Cobranças — Contabilidade — Tesouraria
- 26 — Secretaria
- 27 — Serviço do Pessoal
- 28 — Administração da Toca da Raposa
- 29 — Administração da Sede Campestre
- 30 — Administração da Concentração
- 31 — Serviços Gerais

A contabilidade é executada dentro de um plano de contas departamentalizado, isto é, por centros de custos e de receitas. Tal sistema permite ao Cruzeiro Esporte Clube conhecer, mês a mês, as despesas de cada uma das unidades administrativas ou operacionais, bem como, tendo em vista a realização das competições esportivas, qual é a posição do patrimônio capitalizado, ao final de cada exercício, que coincide com o encerramento do ano civil. Junta-se um Plano de Contas atualmente em uso, esclarecendo-se que a Comissão Fiscal se reúne de dois em dois meses, quando examina as contas e a documentação contábil, livros, registros e demais papéis, lavrando "Parecer" que, ao final do exercício social, é dado a conhecer ao Conselho-Deliberativo. Anualmente, fazem-se prestações de contas ao referido Conselho-Deliberativo. Todavia, tais prestações de contas são públicas, a elas comparecendo elementos representativos de todos os meios de comunicação: jornais, rádios e televisão. Junta-se, também, cópia da última prestação de contas feita.

Apesar dessa estrutura organizacional e operacional, o Cruzeiro Esporte Clube se ressente de uma reformulação administrativa que já está em andamento:

1º) adequação das normas e sistemas de Trabalho às novas técnicas de administração e de comando, que evoluem com o tempo;

2º) posicionamento da organização interna em face do crescimento do clube e seu prestígio nacional e mundial.

Para isso, os manuais de trabalho, implantados há apenas quatro anos, já estão sendo reformulados por uma equipe composta de contadores, advogados, técnicos de administração e economistas, sob a presidência do Vice-Presidente de Planejamento.

O trabalho estará concluído em 120 dias.

Apesar do exposto, o Cruzeiro Esporte Clube sofre a influência de fatores externos, que lhe dificultam certos empreendimentos, pois sua receita total só provém de duas fontes:

a) renda do futebol profissional, situada entre as maiores do Brasil, graças, principalmente, às competições internacionais. Digase, de passagem, que o jogo do Mundial Inter-Clubes, disputado em Belo Horizonte, no Mineirão, apresentou o seguinte resultado: (Bayern)

— Renda Bruta	Cr\$ 6.318.855,00
— Despesas	Cr\$ 2.085.831,37
— Líquido	Cr\$ 4.233.023,63

b) renda de sua Sede Campestre, que conta com 11 mil associados. Da renda auferida, 50% se destinam à manutenção do futebol profissional.

Entre os problemas de ordem externa, temos a ponderar alguns, para os quais ou oferecemos sugestões, ou solicitaremos apoio e estudos governamentais, visando à obtenção de medidas e meios, e não de paliativos.

A) Dívidas para com a Previdência Social: (INPS)

É do conhecimento público que os atletas profissionais de futebol são altamente remunerados em todo o Brasil. Isso faz gerar uma fonte de despesas para o clube, em relação à Previdência Social. Com efeito, descontando 8% dos atletas, o clube recolhe 5% de todos os seus jogos no País.

B) Convênios INPS X Clubes:

Por força legal (Decreto nº 53.820, de 24-3-64) os clubes são obrigados a dar assistência médica e hospitalar a seus atletas. Além disso, é notório que poucos hospitais brasileiros dispõem de departamentos médicos especializados, como os dos grandes clubes nacionais.

Sugestão primeira: Que os clubes recolhessem apenas a contribuição descontada dos jogadores, pelo fato de darem assistência médica e hospitalar completa aos atletas. Dessa assistência seria feito relatório mensal, a ser encaminhado ao INPS, que, através de seus serviços médicos, fiscalizaria a atuação dos clubes. No entanto, os familiares do atleta seriam atendidos pelo INPS.

C) Problema crucial para os clubes a Cobrança de Direitos Autorais em suas festas e acontecimentos sociais, sem qualquer finalidade lucrativa, devido às tabelas ora em vigor, o que obriga os clubes a cancelarem seus bailes e festas, reduzindo-se apenas às festas carnavalescas, assim mesmo nos clubes de maior número de associados.

D) Descontos em Vale de Jogos:

Desde longos anos o Cruzeiro vem estudando e observando tais descontos, sem possibilidade de conseguir qualquer coisa de positivo em suas pretensões que, como se sabe, são também as pretensões dos demais clubes brasileiros. A cada jogo de campeonato, maiores são os descontos, do que as quotas recebidas pelos clubes disputantes. Exemplo de tal afirmativa são os xeros que juntamos, referentes aos seguintes jogos:

a) Cruzeiro X Bayern — no Mineirão	Cr\$ 6.318.855,00
Renda Bruta	Cr\$ 4.235.023,63
Renda Líquida	Cr\$ 2.085.831,37
Desconto de	Cr\$ 4.106.032,93

Nota: Esta competição, por ser internacional, rege-se por outras normas; assim é que, no Brasil, a renda líquida pertenceu ao Cruzeiro, que, na Alemanha, nada ganhou.

b) Cruzeiro X Atlético — no Mineirão	Cr\$ 4.194.550,00
Renda Bruta	Cr\$ 3.054.680,28
Renda Líquida	Cr\$ 1.139.869,72
Descontos	Cr\$ 1.686.183,52
Quota do Vencedor (60%)	Cr\$ 1.124.122,36
Quota do Perdedor (40%)	Cr\$ 1.124.122,36

NOTA: Verifica-se, pelo vole, que os clubes pagam um aluguel de 10% da renda bruta para utilização do Estádio. Todavia, arcam com todas as despesas dos jogos, inclusive INPS e salários dos funcionários da ADEMG, Imposto sobre a Renda descontado na remuneração dos árbitros, etc.

Além do mais, todos os percentuais descontados (FMF, Estádio, Prefeitura, etc.), são calculados sobre a renda Bruta, quando deveriam ser sobre a renda líquida verificada, após cada desconto feito.

Sugestão segunda: Elaboração de normas federais sobre os descontos admitidos em vales. E que todas as despesas dos Estádios saíram da Loteria Esportiva, por exemplo, Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por cartão, inclusive a conservação dos estádios.

E) Disputa da Copa Brasil:

Dois fatos ressaltam cristalinos da disputa do maior torneio de futebol do mundo:

a) desgaste físico dos atletas e o seu constante afastamento do lar, em função das permanentes viagens, por este Brasil gigante;

b) as enormes despesas de transporte de cada campeonato.

Sugestão terceira: Nomeação de um Grupo de Trabalho, composto de elementos técnicos e elementos indicados por clubes das maiores Capitais do País, para estudar e encontrar a fórmula da

economia e rentabilidade da promoção, sem o desgaste físico atual, e sem prejuízo dos chamados "clubes pequenos", grandes colaboradores que são do esporte nacional.

F) Posição do Atleta e seus Privilégios:

Das mais difíceis tem sido a situação dos clubes brasileiros no seu relacionamento com os atletas profissionais, relativamente à sua remuneração na reforma de contratos, cujas cifras representam importâncias fabulosas. Dificilmente o futebol profissional brasileiro terá condições de suportar, por muito tempo mais, tal situação. É inegável que o atleta é a estrela máxima. No entanto, breve veremos jogadores ganhando Cr\$ 200.000,00 mensais, mais do que o Senhor Presidente da República. Assim, cremos ser necessário o estabelecimento de critérios definidores de tal situação. Relembreamos, a propósito, a Deliberação nº 4/43 e a Deliberação nº 17/43, que estabeleceram limites máximos de remuneração anual.

Sugestão quarta: Nomeação de um Grupo de Trabalho, cuja constituição teria: representantes dos atletas, sendo indicados pelas suas organizações de classe; representantes dos clubes; representantes do Ministério da Educação e Cultura e representantes do Ministério da Fazenda, estes com vistas a estudos relativos às faixas de retenção do Imposto Sobre a Renda de fonte e limites anuais de remuneração.

G) Atividades Esportivas Olímpicas:

Tendo em vista a Lei nº 6.251, de 8-10-75, bem como a Portaria nº 88, de 17-3-76, do Ministério da Fazenda, que estabelecem a possibilidade de desconto do Imposto sobre a renda das importâncias dadas a clubes esportivos, apresentamos a

Sugestão quinta: Permitir que o desconto em questão seja:

a) superior a 10% do lucro operacional da empresa doadora, modificando-se o art. 188 do Decreto nº 76.186, de 2-9-75;

b) admissível para qualquer tipo de doação, feita a qualquer tipo de clube esportivo, e não apenas aos clubes organizados pela empresa e destinados aos seus empregados, conforme preceitua o art. 187, a, do mesmo Regulamento, que deveria ser modificado, neste particular.

Sugestão sexta: Estabelecer plano de esportes olímpicos, a nível de popularização (não apenas estudantil, como agora) de massa. Para isso, fornecer aos clubes que requererem:

a) plano de funcionamento;
b) plantas de praças esportivas e pistas de atletismo;
c) financiamento a longo prazo, para a construção, sob fiscalização do cronograma de obras, por parte de técnicos do Ministério da Educação e Cultura.

H) Assuntos Diversos:

I. LUVAS E "BICHOS"

Sempre entendemos que as "luvas" pela assinatura de contratos são uma contraprestação civil. Recebidas, ainda que o atleta deixe de cumprir o contrato, por eliminação, acidente (caso Procópio) e outros motivos, o clube não poderá exigir a sua devolução. De igual forma, os "bichos" por vitórias ou empates não têm o caráter remuneratório da atividade profissional. Tanto assim é que, num mesmo clube, dois jogadores contratados para a mesma posição, com o mesmo salário, podem ter situações diferentes. Um participa de jogos, outro, por qualquer razão, nem fica na "regra três". Um receberá os "bichos" e outro, não. Ao que não receber não assistirá o direito de reclamação, nem de um pedido de equiparação salarial. Tal "bicho", que nada mais é do que um prêmio, poderia estar representado por uma medalha gravada, por um diploma de honra ao "mérito esportivo" ou simplesmente por um ramo de oliveira. Aliás, um simples ramo de oliveira foi o que receberam os atletas de Campanha, no sul de Minas, quando passaram por Belo Horizonte realizando a "Corrida da Independência", desde Recife, num percurso de 2.500 quilômetros. Assim, entendemos que tais valores, um pe-

la sua natureza civil, o outro pela sua natureza aleatória, podem gerar a nossa

Sugestão Sétima: Que os valores referentes a "luvas" e "bichos" sejam excluídos dos cálculos de INPS, Imposto Sobre a Renda de fonte, contribuição sindical e FGTS.

2. FGTS

Este é o mais polêmico dos assuntos relacionados com o futebol profissional. Com efeito, certa ocasião pretendeu o BNH, através de portaria ou resolução, estender aos clubes de futebol a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição para o FGTS, com relação aos atletas profissionais. Alguns clubes, afoitamente, assinaram confissões de dívidas; outros, como o Cruzeiro, apresentaram defesa, diga-se de passagem, até hoje não definitivamente julgada, apesar de já decorridos quatro anos; e a maioria simplesmente ignorou a exigência.

Vale ressaltar sobre o assunto que:

a) A Emenda Constitucional nº 1/69 diz:

"Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente".

Ora, o jogador de futebol tem uma legislação especial a seu favor. É ele equiparado aos "artistas" e congêneres. Nessa situação, embora assine com um mesmo clube inúmeros contratos, eles serão sempre de prazo determinado, não se somando os seus prazos de vigência, mercê do que o jogador profissional jamais obterá a estabilidade. Bem, se ele não obtém a estabilidade, como poderá conseguir o FGTS, que é um equivalente da estabilidade, nos estritos termos da Carta Magna? Além do mais, o futebolista profissional já goza de outras vantagens, compensadoras da ausência da estabilidade e inexistibilidade do FGTS, tais como:

a) participação de 15% (quinze por cento) no preço do seu libertório, isto é, quando for ele cedido a outra agremiação (e esta participação gera fortunas — quanto ganharam Palhinha, Rivelino e outros?) (Lei nº 6.354, de 2-9-76, art. 13, § 2º);

b) "luvas" para assinatura do contrato na agremiação de destino, valor este de livre estipulação entre as partes (o Cruzeiro já deu até imóveis a alguns de seus jogadores em outras épocas) (Lei nº 6.354, art. 12);

c) direito ao "passe livre", isto é, à desvinculação do clube, quando atingir 10 anos de profissionalismo em um mesmo clube, condição cumulada com a idade, que será de 32 anos (antes era de 34 anos) (art. 26, Lei nº 6.354).

Note-se que são três vantagens, enquanto que o empregado comum só tem uma, optativamente: estabilidade ou FGTS equivalente. Além do mais, a estabilidade é instituto em extinção, eis que nenhum empregador admite empregados, atualmente, a não ser pelo regime do FGTS.

Pelo exposto, conclui-se que, à luz da legislação, o desportista profissional não tem direito ao FGTS. Assim, o assunto gera nova sugestão:

Sugestão oitava: — Que por decreto-lei seja declarado:

a) que o FGTS não incide sobre quaisquer valores pagos a desportistas profissionais;

b) que sobre "luvas" e "bichos" não incidam os descontos de Imposto sobre a Renda de fonte.

Será necessário, ainda, o estabelecimento de "anistia" para os clubes esportivos, quando já notificados pelo Imposto sobre a Renda e FGTS sobre valores relativos ao assunto acima discutido.

3. COBRANÇA DE EMOLUMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A proibição de cobrança de taxas de transferência de quotas de clubes, quando realizadas entre terceiros, está contida no art. 59, § 2º, do Decreto nº 70.951/72, e Parecer Normativo CST, 91, de 27-5-74, do Ministério da Fazenda. Essa cobrança representava uma "fonte de renda" dos clubes.

Sugestão Noná: - Restabelecer o direito de cobrança de emolumentos ou taxa de transferência de quotas, dentro de um limite relacionado com o valor da operação e o tempo em que o vendedor permaneceu como quotista do clube.

4. PARCELAMENTO DE DÍVIDAS JUNTO AO INPS.

O Governo Federal vem de conceder a facilidade de parcelamento de dívidas dos clubes junto ao INPS. Todavia, tal parcelamento é feito incluindo-se juros, multa e correção monetária. Ora, a correção monetária, segundo explicações de fontes governamentais, é uma atualização do valor da moeda. Se a moeda foi atualizada, isto é, corrigiu-se o valor da dívida, os juros e a multa são acréscimos exigidos além da atualização explicada.

Este raciocínio gera uma nova sugestão:

Sugestão décima: — que o INPS seja autorizado a consumar os parcelamentos em processamento, abrangendo apenas:

a) valor da contribuição devida;

b) valor da correção monetária;

b.1. vencida (data da época em que o devido era o tributo, até a data da efetivação do parcelamento)

b.2. vincenda será calculada no final da liquidação do principal, acrescida da correção monetária vencida pelo parcelamento e pelo sistema de contas-correntes, ao qual se aplicará o já desusado "Método Hamburquês".

5. CAMPEONATO MINEIRO DE FUTEBOL EM 1977

O Cruzeiro Esporte Clube foi campeão; nesta condição, apresenta os seguintes dados, extraídos dos borderões de jogos:

Campeonato Mineiro 1977

Partidas disputadas: 25.

Público pagante: 575.523 pessoas.

Renda Bruta: Cr\$ 19.807.693,00.

Média por partida: Cr\$ 792.307,72.

Renda Líquida: Cr\$ 7.354.235,19 (do Cruzeiro).

Média por partida: Cr\$ 294.169,40.

FMF: Cr\$ 1.939.056,01.

FMF: Cr\$ 493.795,57 (desp. div.).

ADEMG: Cr\$ 1.669.797,63 (aluguel Estádio).

Média por partida: Cr\$ 151.799,78.

• ADEMG: Cr\$ 681.313,20 (desp. d.v.).

AMCE: Cr\$ 197.475,08.

Aluguél Estádio em Uberaba: Cr\$ 28.536,75.

Liga (interior) Cr\$ 41.713,29.

Impostos: Estadual Cr\$ 151.797,66.

Pref. Munic. Cr\$ 371.633,60.

Renda Líquida (outros clubes) Cr\$ 6.878.339,02.

Descontos para INPS até 30-9-77:

3% Cr\$ 278.726,32.

5% Cr\$ 402.092,44.

Soma Cr\$ 680.818,76.

6. CENTRO ESCOLAR "ACADEMIA CELESTE"

Segundo o Decreto-lei nº 3.199, de 1941, art. 48, a Associação Desportiva exerce uma função de caráter patriótico, sendo proibido dar-lhe organização e funcionamento de que resulte lucro para os que nela empreguem capital de qualquer forma.

O art. 2º do Estatuto do Cruzeiro Esporte Clube determina que:

"A Sociedade tem duração por tempo indeterminado e por suas obrigações não responderem seus associados.

Tem por finalidade:

- I — desenvolver a educação física em todas as suas modalidades;
- II — promover atividades de caráter desportivo, social, cultural e cívico.

O Conselho-Diretor do Cruzeiro Esporte Clube tem consciência de que, no campo esportivo, o clube já deu sua contribuição à História Pátria. Está presente nos acontecimentos sociais e nas datas a elas destinadas, como festas juninas, carnaval, Natal, passagem de ano, cessão de salões para formaturas e outros eventos. Falta-lhe pontilhar, agora, como centro de cultura e cívismo. Para isso, deliberou adaptar o prédio que possui na Rua Guajajaras, 1.722, na Capital mineira, transformando-o num colégio. Inicialmente, esse colégio teria o Curso Científico, o Curso Técnico de Contabilidade e um Curso Preparatório para os Vestibulares das Universidades Católica e Federal. Para tanto, seria necessária a construção de quatro pavimentos, que funcionariam como "anexos" do prédio já existente, e no qual se instalariam 50 salas de aulas.

Para isso, o clube necessitará de financiamentos e doações.

I) — Eleição de Federações de Futebol:

Clubes da Divisão Extra.

Delegado eleito pelas ligas amadoras do interior.

Delegado dos Clubes Amadores da Capital.

Delegado de cada Divisão Inferior e os Clubes profissionais que disputaram os três últimos Campeonatos.

O nosso Presidente Felício Brandi está-nos lembrando as ligas fantasmagóricas, que são problemas de ordem política, e não trazemos oficialmente, porque, para fazê-lo, temos que provar. Na boca, na palavra do povo existiram essas ligas fantasmagóricas.

Procuraríamos moralizar as eleições nas Federações esportivas de todo o Brasil.

É a nossa palavra com respeito às Federações de futebol.

Não está no nosso trabalho, mas muito interessante abordar a justiça desportiva das Federações de Futebol no Brasil. Este é assunto importantíssimo.

A justiça desportiva de uma entidade é perfeitamente independente, autônoma nas suas decisões e nos seus atos.

No Brasil, cada entidade tem a sua legislação própria. A lei maior do esporte — as disposições do Conselho Nacional de Desportos deixam perfeitamente à vontade as entidades regionais do País quanto à composição de seus Tribunais.

Podemos falar relativamente a Minas Gerais. Nesse Estado, a composição do Tribunal de Justiça Desportiva é feita por nomeação do Presidente da entidade. É verdade que, uma vez nomeado, esse Tribunal não tem qualquer vinculação com a entidade, com o poder administrativo. Mas não deixa de ter uma vinculação, em decorrência do ato de nomeação.

Hoje temos um Tribunal formado por indicação exclusiva do Presidente da entidade. Se amanhã houver um litígio entre um filiado e a entidade, à primeira vista contra esse Tribunal, que irá decidir, poderá ser levantada suspeição. Como esse Tribunal irá julgar um ato da Presidência da Federação que no entender do filiado lhe foi prejudicial, obrigando o clube a recorrer a essa instância?

Diz-se-á: existe a instância superior. O clube que se sentir prejudicado com a decisão do poder adjudicante tem a instância superior, tem o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, da Confederação Brasileira de Desportos. No entanto, somos de opinião que é muito mais salutar e perfeito que a composição dos tribunais regionais do Brasil seja feita mediante eleição, com mandato idêntico ao da Presidência da entidade, para se evitar episódios dessa natureza, porque é ponto de honra para o Presidente da entidade que sua decisão seja válida. Esse Tribunal que foi nomeado pelo Presidente da entidade, fica em posição até certo ponto incômoda. E, diga-se de passagem, o Tribunal de Justiça da Federação Mineira de Futebol, pelo que conhecemos de esportes, pelos longos anos que tenho de esportes, inclusive

sui membro desse TJ, com toda segurança é um dos melhores Tribunais deste País, formado por homens de bem, por desembargadores, promotores, advogados e bacharéis de primeira linha.

Nossa sugestão é no sentido genérico, no sentido de todo o Brasil.

É muito mais salutar que o Tribunal não seja nomeado pelo Presidente da entidade, pois amanhã esse Tribunal irá julgar decisões desse mesmo Presidente.

Este, o ponto de vista do Cruzeiro Esporte Clube.

Ao fim do nosso trabalho, temos aqui o balancete e a prestação de contas do Conselho-Diretor do Cruzeiro Esporte Clube, no período de 1973 a 1976.

Sr. Presidente, aqui fica a pequena contribuição do Cruzeiro Esporte Clube ao grande trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação e Cultura, muito bem presidida pelo Senador Evelásio Vieira. (Palmas.)

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO-DIRETOR

Período de 1º de janeiro de 1973 a 31 de dezembro de 1976

I — Introdução e Parecer do Conselho Fiscal

Cumprindo disposições estatutárias, vimos submeter à apreciação do Conselho-Deliberativo deste Clube a prestação de contas que abrange o período de 1º de janeiro de 1973 a 31 de dezembro de 1976.

O período em questão foi fiscalizado em três etapas pela Comissão Fiscal, que assim se expressou:

a) Período de 1º de janeiro de 1973 a 30 de junho de 1974:

Parecer da Comissão Fiscal

Nós, os Membros da Comissão Fiscal do Cruzeiro Esporte Clube, cumprindo disposições estatutárias e legais, efetuamos a verificação dos livros, contas, arquivos, controles e demais papéis do Cruzeiro Esporte Clube e aceitamos a sua conformidade e exatidão. Assim, somos de parecer que a prestação de contas do período de 1º de janeiro de 1973 à 30 de junho de 1974 pode ser aprovada pelos Srs. Conselheiros. Sugerimos seja efetuada a correção monetária do Ativo Fixo, antes do encerramento do Balanço de 1974, pois os valores expressos na Contabilidade são irrisórios, tendo-se em vista o valor atual do Patrimônio do Clube. Sugerimos também a transcrição do Relatório do Conselho-Diretor no livro de Atas do Conselho-Deliberativo, após a sua aprovação.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 1974 — Wilson Rocha — Natalino Geraldo Triginelli — Reynaldo Villela de Andrade.

b) Período de 1º de julho de 1974 a 30 de junho de 1976:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO FISCAL

Os Membros da Comissão Fiscal do Cruzeiro Esporte Clube, cumprindo disposições estatutárias e legais, efetuamos a verificação dos livros, contas, arquivos, controles e demais papéis do Clube e aceitamos a sua conformidade e exatidão. Assim, somos de parecer que a prestação de contas do período de 1º de julho de 1974 a 30 de junho de 1976 pode ser aprovada pelos Srs. Conselheiros. Sugerimos a transcrição do Relatório do Conselho-Diretor no livro de Atas do Conselho-Deliberativo, após a sua aprovação.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 1976 — Wilson Rocha — Natalino Geraldo Triginelli — Reynaldo Villela de Andrade.

c) Período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1976:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO FISCAL

Os Membros da Comissão Fiscal do Cruzeiro Esporte Clube, cumprindo disposições estatutárias e legais, efetuamos a verificação dos livros, contas, arquivos, controles e demais papéis do Clube, e aceitamos a sua conformidade e exatidão. Assim, somos de parecer que a prestação de contas do período de 1º de julho de 1976 a 31 de dezembro de 1976 pode ser aprovada pelos Srs. Conselheiros. Sugerimos a transcrição do Relatório do Conselho-Diretor no livro de Atas do Conselho-Deliberativo, após a sua aprovação.

Belo Horizonte, 8 de janeiro de 1977. — Wilson Rocha — Natalino Geraldo Triginelli — Reynaldo Villela de Andrade.

Vistos estes pareceres, consideremos, a seguir, vários aspectos da história do Clube que nos parecem merecer certa relevância, pois registram fatos que refletem o patrimônio, as finanças e os feitos sociais e esportivos.

II — Problemas Financeiros

A exemplo dos anos anteriores, foram de grande porte os problemas financeiros, originados pelas baixas rendas das diversas competições oficiais, sobre cujos resultados falaremos em itens próprios. Isso levou o Clube a contrair algumas dívidas, menores, sem dúvida, do que o crédito de que desfrutou, acarretando, ainda, a impossibilidade de recolher, em dia, o Imposto sobre a Renda de Fonte e a Contribuição para o INPS. Há supostos atrasos nos recolhimentos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas sobre este tipo de ônus social pende recurso em tramitação nos órgãos fiscalizadores, pois entendemos não ser devido o recolhimento referente aos jogadores profissionais de futebol.

Apenas para ilustrar, basta lembrar que as rendas de competições oficiais não conseguiram nem mesmo equilibrar-se com as despesas do Clube, ocasionando resultados negativos, assim expressos:

1973 — déficit	Cr\$ 2.314.358,81
1974 — déficit	Cr\$ 1.578.553,18
1975 — déficit	Cr\$ 1.972.130,73
1976 — superávit	Cr\$ 2.583.729,19

O resultado positivo do ano de 1976 se deveu apenas à disputa do Mundial Interclubes, quando o jogo com o campeão alemão rendeu, líquido, Cr\$ 4.106.032,93 (quatro milhões, cento e seis mil, trinta e dois cruzeiros e noventa e três centavos).

Além, evidentemente, dos empréstimos bancários, cujas liquidações foram feitas em tempo hábil, os cofres do Clube se socorrem de empréstimos feitos pelo Sr. Felício Brandi, nas seguintes proporções (saldos de 31 de dezembro de cada ano):

1972	Cr\$ 319.072,99
1973	Cr\$ 317.666,99
1974	Cr\$ 247.666,99
1975	Cr\$ 15.209,61
1976	Cr\$ 11.459,61

O grande suprimento financeiro do Clube foi feito pelas arrecadações de condomínio.

1972	Cr\$ 1.095.405,66
1973	Cr\$ 1.132.208,17
1974	Cr\$ 2.051.408,60
1975	Cr\$ 2.997.786,07
1976	Cr\$ 5.335.923,15

Sobre cada um destes assuntos teremos quadros comparativos em itens próprios, no decorrer deste trabalho.

III — Situação Fiscal

Neste item reside o único fator menos satisfatório do Clube, a exemplo de todos os demais clubes do Brasil.

Há débitos e supostos débitos, que assim poderemos discriminar:

a) INPS — Os débitos, contabilizados até 31-12-76, somam Cr\$ 3.688.234,27. Já solicitamos parcelamento, fato comum para situações deste tipo, tanto que existem normas permanentes naquele órgão. Só deixamos de efetivar a medida, porque do valor do débito levantado devem ser excluídas grandes somas (Cr\$ 800.000,00 mais ou menos), devido a enganos do Sr. Fiscal Notificante, referentes a parcelas que o Clube já recolhera.

Anteriormente, em situação idêntica, obtivemos um parcelamento de Cr\$ 1.050.847,88, para descontos em rendas de jogos (3%). Desse valor só restam Cr\$ 8.111,49. Apenas em 1976 foram descontados de nossos jogos Cr\$ 395.021,29,00 o que representou uma forma suave de solver a obrigação social. Assim, o Clube continuará a pagar seu débito com rendas de jogos, sem qualquer desembolso de caixa.

Além do mais, por lei federal, o clube não mais deverá recolher sua parte relativa a jogadores de futebol, pois sofre desconto de 5% em suas rendas líquidas.

b) Imposto sobre a Renda de Fonte — O débito contabilizado é de Cr\$ 1.490.996,26, mas não representa preocupação. Houve fiscalização que acarretou duas notificações. Solicitamos e obtivemos parcelamento em uma delas, que está em dia, restando 11 parcelas a pagar. A segunda notificação, depois de retificada pelo Sr. Fiscal Notificador, através de recurso administrativo que apresentamos, foi remetida para Brasília, para decisão do Sr. Ministro, quanto ao número de parcelas que deve ser concedido para o pagamento. Os demais clubes da Capital se encontram em situação semelhante.

c) FGTS — O débito contabilizado é de Cr\$ 2.209.177,00. Com ele não concordamos. Pretendem os órgãos fiscalizadores (INPS e BNH) que o FGTS é devido em relação ao jogador profissional de futebol, abrangendo inclusive as parcelas de "luvas", que são uma contraprestação civil. Discordamos e apresentamos recurso administrativo, ainda não julgado.

Acreditamos na vitória da nossa tese, que exclui o desportista profissional de futebol dos direitos referentes ao FGTS, pois, como se sabe, tal categoria profissional não tem direito à estabilidade, e o FGTS é um substituto daquela. O débito final que resultar poderá ser parcelado em até 60 meses, sob a forma de desconto em renda de jogos, pois o INPS é o órgão fiscalizador. Além do mais, este foi um recurso conjunto assinado pelo Atlético e América, que apoiaram o nosso ponto de vista, através de seus Departamentos Jurídicos.

IV — Custos de Funcionamento

As despesas de funcionamento do Clube (diretas) podem ser assim resumidas:

A — Sede Campestre

26 funcionários registrados, permanentes ...	Cr\$ 33.000,00
20 funcionários do quadro móvel	Cr\$ 10.000,00

B — Toca da Raposa		
35 funcionários	Cr\$ 74.434,60	
C — Sede Urbana		
48 funcionários (inclusive assessorias)	Cr\$ 114.898,00	
D — Atletas Profissionais		
Média mensal de salários	Cr\$ 129.041,27	
Média mensal de luvas	Cr\$ 177.156,33	
Média mensal de "bichos"	Cr\$ 138.728,56	
E — Atletas Amadores		
Média mensal de gratificações	Cr\$ 29.070,00	
Média mensal de "bichos"	Cr\$ 11.589,68	
Soma	Cr\$ 717.918,44	
Acresçamos a estas despesas mais telefone, luz, água, medicamentos, impressos, obrigações sociais, relações públicas, viagens, material esportivo, alimentação, seguros e outras, e teremos um montante superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).		
V — Custos de manutenção do futebol		
Dispondo de um plantel de 62 atletas amadores e 48 profissionais (22 dos quais se encontram emprestados), o Clube teve, no ano de 1976, os seguintes gastos com os Departamentos próprios:		
a) Departamento Médico	Cr\$ 266.774,29	
b) Material Esportivo	Cr\$ 280.135,62	
c) Folha de Pagamento	Cr\$ 2.210.098,55	
d) Parcelas Mensais de Luvas	Cr\$ 2.483.243,30	
e) Manutenção da Toca (alimentação)	Cr\$ 269.319,07	
f) Gratificações	Cr\$ 2.495.424,78	
g) Seguros	Cr\$ 11.411,99	
h) "Passes"	Cr\$ 1.924.000,00	
i) 13º Salário	Cr\$ 201.720,52	
j) Diversos	Cr\$ 2.171.728,30	
Soma	Cr\$ 12.313.855,77	

VI — Atividades Esportivas

Com os gastos feitos e a manutenção de pessoal e equipes mundialmente conhecidas, o Clube marcou os seguintes feitos:

Ano	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas
<i>1973</i>				
Taça Minas Gerais	14	9	3	2
Campeonato Mineiro	24	15	6	3
Campeonato Nacional	28	13	10	5
Amistosos	11	8	2	1
Subtotal	77	45	21	11
<i>1974</i>				
Campeonato Mineiro	27	21	5	1
Campeonato Nacional	28	16	8	4
Amistosos	5	1	2	2
Subtotal	60	38	15	7
<i>1975</i>				
Taça Minas Gerais	9	5	2	2
Campeonato Mineiro	17	10	5	2
Campeonato Nacional	29	16	9	4
Taça Libertadores de Américas	10	5	1	4
Amistosos	8	4	1	3
Subtotal	73	40	18	15

Ano	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas
1976				
Taça Minas Gerais	4	1	1	2
Campeonato Mineiro	22	17	2	3
Campeonato Nacional	12	6	5	1
Taça Libertadores de Américas	13	11	1	1
Amistosos	19	9	7	3
Subtotal	70	44	16	10
Total	280	167	70	43

No período demonstrado, o Clube vendeu 3 atletas; comprou 6, obteve 2 por empréstimo e emprestou 22.

Conquistou os seguintes títulos:

1973 — Campeão Mineiro e do Troféu Minas Gerais e Campeão Infantil.

1974 — Vice-Campeão Brasileiro, Campeão Mineiro, Campeão Infanto-Juvenil, Vice-Campeão Infantil.

1975 — Semi-finalista da Taça Libertadores da América, Vice-Campeão Brasileiro, Campeão Mineiro, Campeão Infantil.

1976 — Vice-Campeão Infantil, Campeão Infanto-Juvenil, Campeão da Taça Libertadores da América, Vice-Campeão Mundial de Interclubes. Vale dizer: 15 títulos de futebol, no período analisado.

Títulos Conquistados pelo Futebol de Salão

1973 — Mirim: Bicampeão; Infanto-Juvenil: Vice-Campeão; Juvenil: Campeão; Mirim: Campeão do Torneio Santos Dumont disputado por clubes e colégios.

1974 — Infantil: Vice-Campeão; Infantil: Campeão Estadual.

1975 — Mirim: Campeão; Infantil: Campeão.

1976 — Mirim: Bicampeão; Infantil: Bicampeão; Infanto-Juvenil: Campeão; Juvenil: Vice-Campeão. Isso representa 12 títulos.

VII — Campeonatos Regionais

É alarmante o resultado financeiro das competições regionais: Vejam-se os números:

A — Campeonato Mineiro

Anos	Receita	Despesa	Lucro	Prejuízos
1973	847.020,36	1.404.063,18	—	557.042,82
1974	1.211.567,99	1.567.133,08	—	358.255,70
1975	1.645.691,27	1.000.458,87	646.232,40	—
1976	1.004.034,24	1.097.810,30	—	93.776,06
Soma	4.709.313,86	5.069.465,43	646.232,40	1.009.074,58

Note-se que, no período, houve acumulação de prejuízos, no total de Cr\$ 1.009.074,58.

B — Troféu Minas Gerais

Anos	Receita	Despesa	Lucro	Prejuízos
1973	387.544,13	653.313,84	—	265.769,71
1974	—	—	—	—
1975	582.865,19	107.007,37	473.996,52	—
1976	542.748,87	55.125,76	487.623,11	—
Soma	1.513.158,19	815.446,97	961.619,63	265.769,71

Esta disputa resulta em lucro de Cr\$ 695.849,92.

VIII — Campeonatos Nacionais

Os Campeonatos Nacionais, quer pelo elevado número de jogos (que acarretam despesas de viagens e hotéis), quer pela pouca expressão, de mais de 50% dos clubes disputantes, não chegam a representar atrativo especial para o público.

Eis os dados financeiros:

Anos	Receita	Despesa	Lucro	Prejuízos
1973	1.927.317,25	2.334.566,53	—	407.249,28
1974	1.662.540,99	1.714.241,12	—	51.730,13
1975	2.661.426,84	1.171.249,97	1.490.010,90	—
1976	1.230.015,96	1.172.969,93	57.046,03	—
Soma	7.481.301,04	6.393.027,55	1.547.056,93	458.979,41

Em quatro disputas houve lucro líquido de Cr\$ 1.088.077,52, suficiente apenas para compensar o prejuízo dos Campeonatos Mineiros (Cr\$ 1.009.074,58) em igual período.

IX — Campeonatos Internacionais e Excursões.

Os Campeonatos Internacionais (Taça Libertadores da América, Taça Mundial Interclubes e as excursões internacionais) proporcionaram ao Clube os seguintes resultados:

A — Taça Libertadores da América

Ano	Receita	Despesa	Lucro
1975	1.535.289,17	593.195,11	942.094,06
1976	3.027.819,06	2.277.036,62	750.782,44
Somas	4.563.108,23	2.870.231,73	1.692.876,50

B — Excursões

Ano	Receita	Despesa	Lucro
1973	254.520,00	193.920,00	60.600,00
1974	113.768,32	44.912,00	68.856,32

Anos	Jogos	Público	Arrecadação	Diferença
1975	74	1.234.335	13.314.591,00	
1976	77	1.889.516	35.190.045,00	21.875.454,00

B — Jogos do Cruzeiro Esporte Clube:

Nosso Clube participou dos números acima da seguinte forma:

Anos	Jogos	Público	Arrecadação	Diferença
1975	44	948.354	8.557.189,72	
1976	32	1.054.537	20.668.059,45	12.110.869,73

Verificamos que o Cruzeiro é o grande responsável pelos números positivos registrados, eis que participa com quase 60% dos dados apresentados.

C — Jogos com o Bayern de Munique

O alento financeiro recebido pelo Clube se deve aos dois jogos disputados pelo Título Mundial Interclubes. Com efeito, registraram-se os seguintes dados:

Jogos	Receita	Despesas	Resultados	P/L
Munique		397.950,71	397.950,71	P
Mineirão	6.318.855,00	2.212.882,07	4.106.032,93	L
Somas	6.318.855,00	2.610.772,78	3.708.082,22	Lucro

O exercício de 1976 apresentou um superávit de Cr\$ 2.583.729,19 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e nove cruzeiros e dezenove centavos), devido, principalmente, ao lucro desta disputa. Sem o seu resultado financeiro, o Clube teria registrado um déficit de nada menos de Cr\$ 1.522.303,74.

Assim, pelo brilhantismo desta disputa, com reflexos mundiais, representando o maior feito do futebol brasileiro de 1976, uma cópia do borderô do jogo de 21 de dezembro de 1976 fará parte integrante deste relatório.

Lembremo-nos de que nosso Clube, em 1976, conseguiu, para o Brasil, outro título de expressão mundial, representado pela conquista da "Taça Libertadores da América", feito registrado em terra estranha.

D — Rendas Diversas

FUTEBOL		Taxa Condomínio	
Anos	Amador	Profissional	50%
1973	10.564,82	2.848.621,63	602.614,59
1974	21.000,00	5.234.495,50	1.373.267,69
1975	43.441,80	7.080.919,28	1.496.575,98
1976	97.638,68	13.428.971,08	2.638.140,14
Somas	171.645,30	28.593.007,49	6.110.598,40

Os pagamentos de taxas de condomínio apresentam um atraso de Cr\$ 1.570.950,00, fazendo-se apelo aos sócios pela sua atualização, o que equilibraria as finanças do Clube.

XI — Arrecadações de Fonte Própria:

Nesta rubrica poderemos demonstrar as seguintes rendas, extrafutebol:

Anos	Venda de Títulos	Taxa de Condomínio
1973	339.850,00	1.205.229,18
1974	585.550,00	1.303.775,82
1975	1.008.500,00	2.964.828,18
1976	2.278.650,00	5.276.280,32
Somas	4.212.550,00	10.750.113,50

A respeito deste setor da vida do Clube, cabem alguns registros: a venda de títulos patrimoniais é raramente feita à vista.

Há N.P. a receber que soma Cr\$ 1.781.290,00.

Taxa de Manutenção (Condomínio) — A renda proveniente dessa taxa no ano de 1976 totalizou a quantia de Cr\$ 5.276.280,32, proporcionando a média mensal em torno de Cr\$ 430.000,00.

Carteiras Sociais — Durante o ano de 1976 foram expedidas 3.525 carteiras sociais, inclusive para dependentes.

Cobrança — A cobrança da Taxa de Manutenção vem sendo realizada por intermédio da Secretaria (Urbana e Pampulha) e de oito cobradores domiciliares.

Prestação de Contas — A prestação de contas dos cobradores está atualizada, já tendo sido procedida até o mês de novembro último.

Parcelamento de Débitos — Há 311 parcelamentos de débitos em cobrança, no valor total de Cr\$ 157.347,00 e 191 outros, antigos, no montante de Cr\$ 38.407,00 com a cobrança paralisada, referentes a sócios que deixaram de cumprir os compromissos assumidos e que não mais foram localizados.

No momento, a concessão de parcelamento obedece a normas estabelecidas com o objetivo de uniformizar e evitar a desmoralização do instituto.

Atual número de sócios — 8.553

Sócios que estão em dia com o condomínio = 5.341 (cerca de 900 com débitos inferiores a 2 anos).

Sócios que estão em atraso com o condomínio = 2.600, mais ou menos com Cr\$ 1.570.950,00.

XII — Evolução Patrimonial

Observando-se os dados dos balanços, verificamos que, apesar das dificuldades financeiras, não precisamos alienar bens imóveis.

Atendendo a sugestões da Comissão Fiscal, datada de 29-11-74, procedemos a uma correção do valor de parte do Ativo Fixo, representada pelos imóveis. Essa correção foi feita em 1974, mediante laudo pericial de dois engenheiros.

Já se pode pensar em nova reavaliação, eis que decorridos dois anos da primeira realizada.

No entanto, o Clube continuou, nestes dois anos, em sua política de investimentos, tendo inaugurado a "Toca da Raposa", totalmente construída, equipada e decorada.

Vejamos os dados:

Imobilizado
1973 — 12.492.087,49
1974 — 94.018.432,35
1975 — 101.282.701,20
1976 — 103.435.534,42

Os acréscimos verificados foram de:

1972/3 — Cr\$ 523.678,02
1973/4 — Cr\$ 81.526.344,86
1974/5 — Cr\$ 7.264.268,85
1975/6 — Cr\$ 2.152.833,22

Certo clube desta Capital publicou seu balanço de 31-12-75, que compararmos com o nosso, de mesma data:

Cruzeiro Esporte Clube	Outro Clube
Imobilizado	101.282.701,20
Disponível	794.692,34
Realizável	3.143.387,29

XIII — Comparativos de Balanços

A contabilidade do Clube é pioneira no Brasil. Seu plano de contas foi quase que integralmente utilizado pela CBD, quando pretendeu padronizar a contabilidade de seus filiados, o que não conseguiu, pois que a maioria dos clubes brasileiros não dispõe de estrutura nem de recursos suficientes para tal passo.

Contabilizamos diariamente nossos fatos administrativos; encerrados balancetes mensais e, anualmente, apuramos o resultado das transações do exercício. Tal resultado, se positivo, é levado à rubrica intitulada "Fundo Patrimonial".

Devemos registrar, apenas como ilustração, que conseguimos o balanço da CBD de 31-12-75, que compararemos com o nosso, de igual data, nas seguintes rubricas:

a: Realizável

	CBD	CEC
b) Imobilizado	958.739,18	2.510.133,01
c) Patrimônio Líquido	28.750.301,63	103.435.534,42

Do valor do realizável está excluído o total de créditos a receber, por venda de quotas.

XIV — Organização Administrativa

A organização administrativa do Clube continua atendendo às suas necessidades.

A cobrança, quer de taxas de condomínio, quer de notas promissórias, está sendo feita através de computação.

Se chegarmos aos resultados expostos e que serão, a seguir resumidos, é porque, embora com organização simples, é ela funcional e eficiente, podendo ser conservada.

XV — Conclusões

Apesar das dificuldades financeiras, o Clube não tem débitos bancários e deve valor irrisório a fornecedores: Cr\$ 34.629,19. Há que se apelar para que os condôminos mantenham em dia seus pagamentos, quer da taxa de condomínio, quer de promissórias relativas à aquisição de quotas. Os Srs. Conselheiros podem colaborar nesse sentido, através de conversas com seus amigos.

Os débitos previdenciários e fiscais já têm solução assegurada.

O Clube precisa encontrar novas fontes de rendas e o Conselho Diretor aguarda sugestões nesse particular.

A Folha de São Paulo, de 25-8-74, publicou tablóide intitulado "A Falência entrou em Campo", demonstrando que os grandes clubes brasileiros não têm condições de superar o estado de coisas que se implantou no profissionalismo futebolístico, relacionando grandes clubes brasileiros.

No entanto, o nosso Clube não foi mencionado nesse documento incômodo. Nem poderia sé-lo, porque:

- 1) conquistamos o Tetracampeonato Mineiro.
- 2) somos Vice-Campeões Brasileiros.
- 3) mantivemos um plantel caríssimo, que nos levou ao Título da "Taça Libertadores da América".
- 4) chegamos a Vice-Campeões Mundiais.
- 5) aumentamos o patrimônio fixo em dez milhões, o que fortalece o crédito bancário, que nem está sendo utilizado.
- 6) encerramos 1975 com um saldo de caixa do montante de Cr\$ 3.315.453,53.

Com os dados expostos e a certeza do dever bem cumprido, comparecemos a este brilhante Conselho, que sempre pautou sua atuação pelo respeito, dignidade e atenção.

Somos gratos à torcida cruzeirense, que não negou apoio e confiança, nos momentos difíceis e nas horas decisivas.

Agradecemos a todos os nossos funcionários a sua dedicação e fé.

Rendemos homenagem à Imprensa que divulgou os nossos feitos e procurou criticar-nos, quando assim julgou devesse fazê-lo.

Agradecemos a Deus, que nos deu força para levarmos avante o nosso modesto trabalho.

Agradecemos serenos o pronunciamento democrático desse Conselho, cuja voz representa a consciência da família cruzeirense!

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

BALANÇO CONSOLIDADO

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO 1973	DEZEMBRO 1974	DEZEMBRO 1975	DEZEMBRO 1976
ATIVO				
IMOBILIZADO:				
EDIFÍCIOS				
Sede Urbana	5.200.000,00	49.382.000,00	49.382.000,00	49.372.000,00
Sede Campestre	3.121.729,36	27.350.000,00	36.050.000,00	36.050.000,00
Toca da Raposa	3.460.883,86	14.425.000,00	14.600.000,00	14.600.000,00
OBRAIS EM EXECUÇÃO				
Comissão de Construção	-	2.005.600,29	331.147,29	-
BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES				
Sede Urbana	5.178,45	5.178,45	5.178,45	5.178,45
Toca da Raposa	47.224,52	47.224,52	47.224,52	47.224,52
Comissão de Construção	66.116,99	66.116,99	134.916,32	2.431.911,34
Futebol Profissional (Vendas Gotas)	14.356,52	17.711,02	46.822,30	46.822,30
APARELHOS, MÁQUINAS E ACESSÓRIOS				
Sede Campestre	777,50	777,50	777,50	777,50
Comissão de Construção	107.944,10	107.944,10	107.944,10	107.944,10
Futebol Profissional (Vendas Gotas)	450,22	450,22	450,22	450,22
MÓVEIS E UTENSÍLIOS				
Sede Urbana	59.136,70	69.514,88	70.114,88	78.703,20
Sede Campestre	157.860,10	166.436,97	178.639,03	245.923,52
Comissão de Construção	22.728,46	22.728,46	22.728,46	22.728,46
Toca da Raposa	241.736,95	246.258,95	253.467,33	337.663,33
Futebol Profissional (Vendas Gotas)	-	-	5.890,00	5.890,00
A TRANSPORTAR	12.506.123,73	93.973.032,35	10.123.730,20	103.443.296,94

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO 1973	DEZEMBRO 1974	DEZEMBRO 1975	DEZEMBRO 1976
TRANSPORTE	12.506.123,73	93.973.032,35	10.123.730,20	103.443.296,94
VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO				
Sede Urbana	10.000,00	24.700,00	24.700,00	24.700,00
Sede Campestre	20.700,00	20.700,00	20.700,00	20.700,00
Total do Imobilizado	(12.536.823,69)	(94.018.432,35)	(101.282.701,20)	(103.488.696,94)
DISPONÍVEL				
CRÍXA:				
Sede Urbana	2.499,15	8.809,34	735.799,92	23.503,53
Sede Campestre	61.870,57	67.234,09	52.188,42	40.455,30
Comissão de Construção	5.703,65	4.128,64	6.704,00	19.660,26
Futebol Profissional (Venda Gotas)	-	-	-	-
AQUISIÇÃO DE PASSE				
Futebol Profissional	-	-	-	1.924.000,00
CUSTOS DE DESPESAS				
Sede Urbana	1.720.109,22	3.934.536,42	5.462.435,70	622.447,12
Administrativas	-	-	-	32.731,10
Patrimoniais	-	-	-	31.422,98
Sociais	26.254,04	24.571,12	17.768,90	24.746,30
Desportos Amadores	219.413,37	238.652,88	362.825,64	9.641.109,42
Desportos Profissionais	3.185.905,00	4.626.751,89	6.321.251,58	2.013.308,34
Relações Públicas	64.567,01	70.033,09	46.984,24	302.409,54
Toca da Raposa	163.170,83	154.129,92	186.809,02	186.809,02
Médico	45.154,42	44.389,80	67.053,15	266.774,29
Total Despesas Sede Urbana	(5.269.403,20)	(9.143.065,12)	(12.465.228,31)	(12.327.109,09)
Sede Campestre	502.671,86	1.289.003,03	1.474.229,76	141.791,24
Administrativas	-	-	-	30.407,92
Patrimoniais	-	-	-	2.071.869,57
Sociais	112.664,00	124.878,89	98.722,60	33.063,75
Desportos Amadores (especializados)	13.717,49	39.935,45	17.534,01	87.607,54
Relações Públicas	6.147,01	9.024,50	30.029,89	18.653,15
Médico	-	6.456,00	30.071,85	-
A TRANSPORTAR	18.674.680,15	104.712.759,91	116.194.005,96	120.214.904,38

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	DEZEMBRO 1973	DEZEMBRO 1974	DEZEMBRO 1975	DEZEMBRO 1976
TRANSPORTE	18.674.680,15	104.712.750,91	116.194.005,96	120.214.984,38
Total Despesas Sede Campestre	(635.201,16)	(1.470.999,57)	(1.651.384,11)	(2.391.473,17)
Comissão de Construção				
Administrativas	1.587.496,08	2.119.803,16	2.687.130,45	3.931.560,84
Futebol Profissional (Venda dotas)	194.629,54	205.438,64	222.436,59	
Administrativas	(8.411.920,56)	(13.501.201,44)	(17.676.456,48)	(28.725.183,16)
Total do Pendente				
<u>COMPENSAÇÃO</u>				
<u>TÍTULOS EM COBRANÇA</u>				
Sede Urbana	:	:	:	:
Comissão de Construção				
<u>TÍTULOS EM CARTEIRA</u>				
Sede Urbana	1.399.739,61	120.000,00		
Sede Campestre	845.630,00	261.312,00	261.312,00	195.754,00
Comissão de Construção		967.290,00	1.125.815,00	1.781.290,00
<u>DEPÓSITOS BANCÁRIOS</u>				
Sede Urbana	- 107.512,01	- 54.576,17	109.194,33	3.001.905,75
Sede Campestre	5.815,29	- 47.294,16	8.915,17	52.563,18
Comissão de Construção	4.507,09	4.110,92	12.569,00	93.574,24
Futebol Profissional (Venda dotas)	294,80			
Total da Disponível	(-26.821,46)	-(17.506,54)	(1.015.610,84)	(3.231.748,35)
<u>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO:</u>				
<u>TÍTULOS A RECEBER</u>				
Sede Urbana	1.399.739,61	120.000,00		
Campestre	845.630,00	261.312,00	261.312,00	195.754,00
Comissão de Construção	126.010,00	968.960,00	1.127.685,00	1.781.290,00
Futebol Profissional (Venda dotas)		119.250,00	117.640,00	117.640,00
A TRANSPORTAR	24.976.660,26	109.758.366,30	122.218.015,50	131.366.316,39

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	DEZEMBRO 1973	DEZEMBRO 1974	DEZEMBRO 1975	DEZEMBRO 1976
TRANSPORTE	24.976.660,26	109.758.366,30	122.218.015,50	131.366.316,39
<u>DEVEDORES DIVERSOS</u>				
Sede Urbana	379.432,91	419.620,29	433.143,16	64.384,80
Sede Campestre	394.574,77	-74.439,37	-128.210,70	
Comissão de Construção			3.900,00	342.020,38
Futebol Profissional (Venda dotas)		743.033,76	692.404,53	197.404,53
Total Realizável Curto Prazo	(2.145.307,29)	(2.557.744,60)	(2.507.865,99)	(3.193.163,71)
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:</u>				
<u>DEPÓSITOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS</u>				
Sede Urbana	2.053,12	2.053,12	2.053,12	2.053,12
Sede Campestre	213,90	213,90	213,90	
Comissão de Construção				
Total Realizável a Longo Prazo	(2.267,02)	(2.267,02)	(2.267,02)	(2.053,12)
<u>PENDENTE:</u>				
<u>DESPESAS DIFERIDAS</u>				
Sede Urbana	:	:	:	
Comissão de Construção				5.897.411,27
<u>ADIANTAMENTOS</u>				
Sede Urbana	556.082,65	551.890,35	642.112,42	1.640.712,79
Sede Campestre	5.429,10	9.804,60	8.164,60	612.916,00
Comissão de Construção	500,00	200,00		
Futebol Profissional (venda dotas)	126.010,00	119.250,00	117.640,00	117.640,00
Total de Compensação	(2.371.379,61)	(1.467.852,00)	(1.504.767,00)	(2.094.064,00)
<u>SALDO DO ATIVO</u>	26.440.956,71	111.529.910,95	123.929.660,53	140.735.329,26

CRUZEIRO ESPORTE CLUBEBALANÇO CONSOLIDADO

<u>D I S C R I M I N A Ç ã O</u>	<u>D E Z E M B R O 1973</u>	<u>D E Z E M B R O 1974</u>	<u>D E Z E M B R O 1975</u>	<u>D E Z E M B R O 1976</u>
<u>P A S S I V O</u>				
<u>NÃO EXIGÍVEL:</u>				
<u>FATOS PATRIMONIAL</u>				
Administracão	15.710.678,88	97.025.146,57	105.130.322,52	110.390.321,40
<u>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO:</u>				
<u>FORNecedores</u>				
Sede Urbana	-	117.130,56	267.301,97	20.170,59
Sede Campestre	-13.150,84	88.312,30	4.113,23	0.452,00
Comissão de Construção	66.503,96	3.332,10	1.000,00	-
Toca da Raposa	-	6.373,17	5.737,00	-
<u>CREDORES DIVERSOS</u>				
Sede Urbana	1.253.198,18	- 52.916,26	- 103.673,82	4.137.710,16
Sede Campestre	22.003,75	22.008,75	22.000,75	20.030,06
Comissão de Construção	64.731,39	70.000,24	25.470,01	3.830,07
Futebol Profissional (V.Cotas)	-	-	-	-
<u>PREVIDÊNCIA SOCIAL - INPS</u>				
Sede Urbana	1.640.548,69	4.019.334,41	5.763.260,66	3.680.234,27
Sede Campestre	4.952,62	157.027,96	8,26	9.669,17
Comissão de Construção	84.731,39	66.634,45	67.600,27	105.142,90
<u>TÍTULOS A PAGAR</u>				
Sede Urbana	451.000,00	-	-	-
Sede Campestre	-	-	-	-
Comissão de Construção	-	-	-	-
Futebol Profissional (V.Cotas)	-	-	-	-
<u>EMPRESTIMOS BANCÁRIOS</u>				
Sede Urbana	-	160.000,00	150.000,00	-
Comissão de Construção	-	-	-	-
<u>A-JAZZUQUAR</u>	19.305.197,02	101.695.296,71	111.349.025,05	116.390.566,76

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

<u>D I S C R I M I N A Ç ã O</u>	<u>D E Z E M B R O 1973</u>	<u>D E Z E M B R O 1974</u>	<u>D E Z E M B R O 1975</u>	<u>D E Z E M B R O 1976</u>
<u>T R A N S P O R T E</u>	19.305.197,02	101.695.296,75	111.349.025,05	116.390.566,76
Total exigível Curto Prazo	(3.594.518,14)	(4.670.150,00)	(5.210.772,53)	(8.008.247,30)
<u>P E N D E N T E :</u>				
<u>R E C E I T A S D I F E R I D A S</u>				
Sede Urbana	-	-	-	-
Sede Campestre	-	-	-	195.754,00
<u>C O N T A S D E R E N D A S</u>				
Sede Urbana	-	-	-	-
Rendas Gerais	10.310,89	1.857.920,62	1.765.085,48	13.606,55
Rendas Patrimoniais	-	23.100,00	4.150,00	114.337,36
Rendas Sociais	13.638,50	45.654,70	41.217,00	5.128,00
Rendas Desportos Amadores	9.164,82	21.000,00	43.441,00	97.636,00
Rendas Desportos Profissionais	3.518.236,22	5.109.495,50	7.030.919,28	16.397.936,22
Total Contas Rendas Sede Urbana	(3.551.750,43)	(7.057.270,81)	(8.934.013,50)	(16.628.766,81)
Sede Campestre	-	-	-	-
Rendas Gerais	10.078,64	16.306,70	20.403,92	3.126,48
Rendas Patrimoniais	-	-	-	40.250,00
Rendas Sociais	944.647,30	984.851,91	1.801.921,29	2.884.971,16
Total Contas Rendas Sede Campestre	(954.725,94)	(1.001.246,57)	(1.822.325,21)	(2.928.342,64)
Comissão de Construção	-	-	-	-
Rendas Gerais	232.820,07	201.759,07	352.184,07	400.766,07
Futebol Profissional (V.Cotas)	25.083,64	25.483,64	26.483,64	-
Rendas Gerais	(4.764.380,08)	(8.366.762,20)	(11.135.026,48)	(20.242.676,52)
<u>C O M P E N S A Ç ã O :</u>				
<u>C A R T E I R A D E C O B R A N Ç A</u>				
Sede Urbana	1.399.739,61	120.000,00	-	-
Sede Campestre	-	261.312,00	261.312,00	195.754,00
Comissão de Construção	845.630,00	967.290,00	1.125.815,00	1.781.290,00
Futebol Profissional (V.Cotas)	126.010,00	119.250,00	117.640,00	117.640,00
Total Compensação:	(2.371.379,61)	(1.467.852,00)	(1.504.767,00)	(2.094.684,00)
<u>I M P A C T O P L Á S T I C O</u>	26.440.950,71	111.520.910,95	123.989.508,53	140.735.929,28

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO.

DIVISÃO FINANCIÁRIA

Leucosia (*Leucosia*) *reducta* (Gmelin) 22 / *Ponticola* (1873)

RÁDIO "MINAS GERAIS"
Tel: 412-2020 - Centro Poco: 28 - End. Trigo "EMT"

ATIVIDADE

S E R V I C O D E A R R E C A D Á C Ã O
APURACÃO DE RENDAS

Belo Horizonte, 21 de DEZEMBRO de 1976.

CHOCOLATE ESPORTIVO CLUBE X **F.C.BAYERN MÜNCHEN** Motivo **CAMP. MUND. INTER-**
 92º **Fluminense F.C.** X **Pöhlig-Essel-** Motivo **AMISTOSO**
 Tel. **America P.Clube-Juv-** X **Fluminense F.Clube-Juv-** Motivo **COPA ITALIA**

INGRESSOS

CATEGORIA	À VENDA	VENDIDOS	VALOR UNITÁRIO	APURADO
Cadeira Especial	744	744	250,00	186.000,00
Cadeira Diamantada	5.288	5.220	150,00	783.000,00
Arquibancada	76.000	75.888	60,00	4.553.280,00
Geral	42.000	31.863	25,00	796.575,00
Crianças	-	-	-	-
TOTAL APURADO	124.032	113.715		6.318.855,00

D E D U C Õ E S

ESTEAS

SUB-TOTAL

quadro Móvel Eventual	Cr\$ 40 948,00
transporte Quadro Móvel Eventual	Cr\$ 1.200,00
despesa	Cr\$ 1.500,00
ENDA ANTICIPADA	Cr\$ 25.642,00

EXIBITION

vergaria Elétrica Cr\$ 6.500,00
 Infecção Ingressos - (Cr\$ 50,10 X 13,725) Cr\$ 11.371,50
 Cr\$ - - - - - 17.871,50

ITAL	Cr\$ 87 861,50
onda Líquida	Cr\$ 6 230 993,50
ação do Estádio (10%)	Cr\$ 623 099,33
ONDA LÍQUIDA A SER ENTREGUE À F.M.F.	Cr\$ 5 607 894,15

Clube Serviços Administrativos E.M.C.
- CARLOS PIXOTTA DE ABREU -

Auxiliar Servicio Administrativo EMC
- CERALCO ALVAREZ VICUMENDO -

R E C I B O

Recebemos do Estádio "Minas Gerais" a importância de CR\$ 5.607,854,25.

OLASO 3-1972 JAS GOTTIJO.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS

CAIXA POSTAL 1020 — END. TELÉGRAMAS DESPORTOS
TEL: 221-5937 (Mvsa) — RJ-2111 JANEIRO

BOLETIM FINANCEIRO do jogo realizado em 21 de Março de 1978
Jogo: **Brasil x Argentina** no **Estádio Olímpico** em **Vila Serrinha**

Competição (Esporte): **Brasil x Argentina** no **Estádio Olímpico** em **Vila Serrinha**

Categoria: INTERNACIONAL — INTERESTADUAL — LOCAL

RECEITA

INGRESSOS	LOCALIDADES	PREÇO CIS	ARRECADAÇÃO
Camarotes			
Camadas			
2.720	Cadeiras Especiais	100,00	100.000,00
5.220	Cadeiras Numeradas	200,00	1.000.000,00
75.000	Cadeiras s/ Número	10,00	750.000,00
75.000	Arquibancadas	10,00	750.000,00
21.000	Gerais	25,00	525.000,00
	Militares		
	Concessões		
	Ingressos Único		
773.725	Público Pagante		Total CIS 6.218.075,00

IMPOSTOS:

TOTAL:	CIS
RENDA LIQUIDA DEDUZIDOS OS IMPOSTOS	CIS
PERCENTAGENS: (Sobre Renda Bruta)	
CBD	30,5%
FEDERACAO	30,5%
QUIROS	10%
TOTAL	3.202.220,00

DESPESAS	
Aluguel do Campo	CIS
Bilheteiros	
Fiscais	
Porteiros	
Árbitro, auxiliares e interprete	
Padoleiros	
Impressos	
Eventuais	
% Sobre Renda Bruta (Comerciata CBD)	
Hospedagens	
TOTAL: Despesas	933.425,00

TOTAL: Des despesas	CIS 509.395,92
SALDO LIQUIDO	CIS 2.292.824,08

DIVISÃO DO SALDO LÍQUIDO

ASSOCIAÇÃO:	CIS 4.233.023,63	ASSOCIAÇÃO:	CIS
Deduções:		Deduções:	
INPS 2% = CIS 226.600,00		INPS 3% = CIS	
INPS 5% = CIS		INPS 5% = CIS	
FGTS 5% = CIS		FGTS 5% = CIS	
TOTAL: Das deduções	CIS 326.950,00	TOTAL: Das deduções	CIS
Liquido a Retirar		Liquido a Retirar	
Recebido / Conta de pt.		Recebido / Conta de pt.	

Confederação Brasileira de Desportos — *RESOLUÇÃO* — *ANEXO ESTADO*
2 VIAS — ENVIAR PARA CBD — 2º FEDERAÇÃO — 3º E 4º VIAS PARA ASSOCIAÇÕES

FEDERAÇÃO NACIONAL DE FUTEBOL
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Balanço Financeiro do(s) Jogo(s) realizado(s) em 09/10/1977

Cruzeiro E.C.		X b) C.A. Mineiro		ESTÁDIO "Minas Gerais"	
Competições	Espécie(s)	Campeonato Mineiro 1977			
Categoria	Internac -	Interest -	Intermunic -	Local	Belo Horizonte
Fase:	Década	Turbo	Rodada		Cidade
LOCais	A Série I	Detal	Vendas	Preços	Atendidos
Cad. Especiais	711		711	200,00	118.200,00
Cad. Numeradas	5.215	12	5.203	250,00	700.150,00
Arremateadas	70.000		70.000	10,00	2.800.000,00
Crinças	70.000	4.410	5.550	10,00	55.000,00
Geral	11.353		11.353	10,00	110.350,00
Crinças					-
Senhoras					
TOTAIS	126.956	14.422	122.551	Pub.	Renda
				A PAGAR	PAGAS
FIFA -					
CSFA -					
C B D -					
F M F -	10%			419.455,00	
LIGA -					
IMPOSTO	Estadual - ALVARÁ				
	Estadual - LEI	6763-0-29	11.651	33.913,76	
	Prefeitura Municipal	23		83.891,00	
	Aluguel do Estádio				409.596,06
	ADEMG	Divisões			98.589,40
	Autoridades	Liquido-Folha			10.418,00
	Autoridades Pct. Imp. Renda		852,00		20.810,00
	Quadro Móvel	Liquido-Folha		1.667,00	
	Quadro Móvel Rec. I.P.R.				
	Transporte	Quadro Móvel			2.100,00
	XIXXXI Tuna Porteiro				150,00
	XIXXXI Rec. I.P.R. Porteiro		12,00		
	Ingressos				
	Pols. 06(seis)-"Equipo"		1.230,00		
	INPS - Autoridades		900,00		
	I.P.R. T.C.E.		41.945,50		
	Desp."Anti-Doping"-Liq.		480,00		5.520,00
	Pct. Imp. "Anti-Doping"				
	Desp.com árbitro - líqu.		8.000,00		
	Pct. Imp. Renda do árbitro		330,00		
OUTRAS	TOTAIS	CR	584.656,26	555.213,13	1.132.869,76
SALDO A DISTRIBUIR					3.054.600,00
65% da Renda Bruta:	2.726.457,50				
			DISTRIBUIÇÃO	A PAGAR	PAGAS
" Cruzeiro E.C.			SALDO	1.832.803,16	1.686.183,50
31-77210-78-013 54.928,24			INPS		
55-77210-69-013 91.010,00			INPS		216.624,00
" C.A. Mineiro			SALDO	1.221.872,12	1.124.122,20
31-77210-79-013 36.656,16			INPS		
55-77210-69-013 11.004,00			INPS		97.749,76
VERIFICAÇÃO				214.714,00	2.310.305,00
CONFIRMO E RECETO(MOS)					
<i>Assinatura Presidente</i>					
CONCORDAMOS					
<i>Assinatura Presidente</i>					
FISCAL MUNICIPAL					
CONFERIMOS					
<i>Assinatura Presidente</i>					
CONCORDAMOS					
<i>Assinatura Presidente</i>					
Cruzeiro E.C.					
c) Tesoureiro - Clube					
C.A. Mineiro					
d) Tesoureiro - Clube					

ESTÁDIO "MINAS GERAIS"

TEL: 442 2022 - Celular 20 - End. Telug. "EMG"

Pampulha - Belo Horizonte

ATIVIDADE N° 5777

SERVICO DE ARRECADAÇÃO
APURAÇÃO DE RENDAS

Belo Horizonte, 09 de OUTUBRO de 1977

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE X CLUBE ATLÉTICO MINEIRO Motivo CAMP. MINEIRO
 POMPEIA FUTEBOL CLUBE X MONTE AZUL-ESPORTE CLUBE Motivo CAMP. AMADOR

INGRESSOS

CATEGORIA	À VENDA	VENDIDOS	VALOR UNITARIO	APURADO
Arco Especial	742	742	200,00	148.200,00
Arco Numerada	5.215	5.203	150,00	780.450,00
Arquibancada	70.000	70.000	40,00	2.800.000,00
Geral	41.000	41.000	10,00	410.000,00
Crianças (Arquibancada) *	10.000	5.075	10,00	50.750,00
Crianças (Geral)	-	515	10,00	5.150,00
	-	-	-	-
TOTAL APURADO	126.956	122.534	-	4.294.550,00

Arquibancada e Geral (Crianças) colocados à Venda.

DEDUÇÕES

SPESAS

SUB-TOTAL

Endro Móvel Eventual Líquido	Cr\$ 52.280,00
Endro Quadro Móvel Eventual	Cr\$ 2.800,00
Alimentação	Cr\$ 9.500,00
Nota Antecipada	Cr\$ 13.942,00
NaP.S.	Cr\$ 5.044,80
	83.536,00

EMBOLSO

nergia Elétrica	Cr\$ 2.800,00
Imposto Ingressos - (Cr\$0,10 X 122.534 Cr\$ 12.253,40	Cr\$ 12.253,40
	15.053,40

TAL	Cr\$ 98.589,40
ida Líquida	Cr\$ 4.095.960,61
ação do Estadio (10%)	Cr\$ 109.596,00
NDA LÍQUIDA A SER ENTREGUE À F.M.F.	Cr\$ 3.686.304,51

Clube Socorro Amorimense F.M.C.
 - CARLOS PIMENTA DE ARAGÃO -

JG/CC
 Autenticação a favor do Clube
 - GERALDO ALVES FIGUEIREDO -

RECEBIMENTO

Recebemos do Clube "Minas Gerais" a importância de Cr\$ 3.263.861,91
 3 MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA E CRIS MIL-TRESCENTOS E SESSENTA E QUATRO CRUZADOS
 CINQUENTA E QUINTO CENTAVOS.

- ÚLTIMO GERALDO FILIUS GOULART -

Foto da assinatura

Reportado F.M.F.

- IRACILZA SIRIMARCO -

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Com a palavra o Sr. Vereador Wilson Piazza, ex-integrante do Cruzeiro Esporte Clube e da Seleção Brasileira, e Presidente da Associação Garantia ao Atleta Profissional, em Minas Gerais.

O SR. WILSON PIAZZA — Nobre Senador Evelásio Vieira, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Senador Itamar Franco, Senador Adalberto Sena, Deputado Fábio Fonseca, Membros da Imprensa, meus Senhores:

Desnecessário dizer que para mim é uma honra estar presente a esta reunião, a fim de colaborar no levantamento dos problemas que envolvem o esporte brasileiro.

Como todos sabem, minha atividade atlética abrangeu cerca de 17 anos. Inicialmente num clube pequeno, joguei um futebol mais por amor do que por profissão do que pelas vantagens monetárias, que eram mínimas, sem nenhuma garantia. Fui jogador oriundo de um meio paupérrimo em termos financeiros, carente de qualquer orientação, sem a mínima estrutura para enfrentar a profissionalização.

A luta da classe já vem de há bastante tempo. Durante toda esta época, temos sentido bem de perto o anseio da classe. Existem exemplos desagradáveis, muitos que em outras ocasiões foram ídolos, causaram emoções e alegrias, fizeram pulsar milhares e milhares de corações, se devotaram a uma causa, no final jogados à sargento, sem nenhum apoio, pois parte-se do princípio de que na vida tudo é importante enquanto o elemento é útil. Depois que deixa de contribuir, esse elemento nada mais vale. Essa filosofia enquadra-se bem na situação do jogador de futebol.

Antes da nossa audiência, em 1974, com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Ernesto Geisel, nada havia sido feito no sentido de sanar esse problema do atleta.

Hoje felizmente, já posso dizer, me sinto em parte compensado, porquanto há a disposição do Governo, o interesse do Governo em definir a situação do jogador de futebol, dar a esse atleta alguma estabilidade que possa pelo menos fazer jus a uma profissão tão ilusória, tão curta, tão sacrificada, tão mal compreendida e que, na maioria das vezes, chega a causar dor, piedade. É muito triste nos depararmos com este quadro: aqueles jogadores, aqueles craques, causadores de tantas vitórias, merecedores de tantos aplausos, de tantos tapas nas costas, de tantos cumprimentos, se vêm no final, abandonados. Em 1974, quando por aqui passava a Seleção Brasileira, nós na função de Capitão da Seleção que iria disputar a Copa do Mundo na Alemanha, fizemos chegar às mãos do Chefe do Governo uma minuta que continha informações e reivindicações da classe. Esse trabalho foi levantado pela FUGAP do Rio de Janeiro, entidade privada que, dentro das possibilidades, procura ajudar aqueles jogadores do passado, ou mesmo do presente, que não tiveram a felicidade de se estabilizarem dentro da profissão. Foi-nos muito franco, objetivo e direto o Senhor Presidente da República, dizendo-nos que tudo aquilo que pudesse ser feito em favor da classe do jogador de futebol o seria.

Posteriormente, através da Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, vimos nascer o Sistema de Assistência Complementar ao Atleta Profissional; a seguir, em 2 de setembro de 1976, vimos nascer a Lei nº 6.354, "que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências".

Nem tudo que os técnicos, com toda a boa vontade, procuraram fazer sai corretamente. Às vezes nem é possível, pois não há tempo, com os problemas. As leis são moldadas de acordo com as necessidades de cada classe.

Perguntariam V. Ex's se já é o suficiente. Penso que não. Já constitui uma grande contribuição, mas ainda há muito o que fazer, inclusive diante dos termos da própria lei, pois que ainda não se dá ao jogador uma garantia total.

Quando reivindicamos certos direitos para o jogador de futebol, não nos queremos preocupar simplesmente que esse jogador tenha os maiores privilégios dentro dos clubes. Absolutamente. Deve haver equiparação. O jogador tem os seus deveres, mas também deve ter os

seus direitos, e não só quando o jogador está sendo útil, quando está podendo dar à sua associação aquilo de que ela necessita.

O futebol no Brasil tornou-se um tanto inflacionário. Culpa-se o jogador que, ao renovar o seu contrato, exige fortuna dos clubes, colocando-os numa situação delicada, porque precisam contar com o jogador que é estrela, que está dando bilheteria ao clube, e podem ficar sem esse elemento.

Então, o que se passa? Diante da lei, vencido o contrato, o jogador tem sempre — infelizmente — o passe livre. Digo infelizmente porque, ao invés de o passe livre ser um prêmio ao jogador, sempre é uma desvalorização. Consequentemente, o jogador só pode ficar dentro daquele esquema montado de passe preso, que, até certo ponto, atinge os princípios do Direito Humano.

Como acentuou, em nome do Cruzeiro, nosso prezado Dr. Ari da Frota Cruz, nas relações de trabalho jogador-empregador, o primeiro tem situação bem delicada, e não prevista na própria lei esportiva e trabalhista, assernelhando-se ao artista. O jogador de futebol é um artista? É considerado como tal. Funciona como artista diante das leis? Não, porque toda prestação de serviço que esse atleta realiza é por determinado tempo.

Desde que cumprido aquele tempo estabelecido no contrato, automaticamente teria direito de liberdade, de poder trabalhar em outro clube, no caso, em outra associação, desde que lhe fossem oferecidas melhores condições. Mas não acontece isso. Terminado o contrato do jogador, o clube tem 60 dias para renová-lo, apresentando — se não houver acordo durante esses 60 dias — uma proposta oficial, nunca inferior àquilo que o jogador percebia anteriormente. Se não conseguem entrar em acordo, se não prevalecer o equilíbrio — a forma sensata entre o dirigente e o jogador —, este não tem direito a colocar o valor de que se julga merecedor.

Em virtude da falta de estrutura, existe uma situação que não favorece ao jogador, quando pede, às vezes, somos exorbitantes aos clubes impossíveis de serem dadas. Em compensação, dentro de uma proposta racional, ele poderia pelo menos ter a oportunidade — se não houver um acordo com essa agremiação a que está filiado —, a oportunidade de encontrar outro clube que aceite sua proposta, poderia ter o direito de sair, vez que não forá possivel a renovação do contrato.

Terminado o contrato, continua vinculado ao clube e, depois de 60 dias, o clube não tem mais responsabilidade do pagamento mensal ao jogador. Se não prevalecer um ponto sensato, um acordo a cavaleiro entre o jogador e o dirigente, há duas alternativas: esse jogador simplesmente para jogar futebol, porque o clube é detentor do seu passe e só o negocia diante de uma proposta altíssima, ou o clube, vendo que não tem mais condições de permanecer com aquele atleta dentro das suas fileiras, resolve a situação.

É uma incoerência, até se fere o Direito Humano, quando, assinado e cumprido religiosamente um contrato, depois o jogador vê cerceada sua transferência para outra agremiação.

Há pouco falou-se de salários, gratificações e dos denominados "bichos".

Os clubes adotam salários, luvas e "bichos". Para determinados casos, existe a diferença: para outros, não. Então, quando o clube tenta dizer que quer pagar o Imposto sobre a Renda, o INPS, simplesmente sobre aquilo que entende como salário do jogador — não os "bichos", que não devem ser colocados nesse montante — é bastante justo e racional. Não creio possa acontecer em termos de prejuízo ao jogador, ao atleta. A Lei do Passe Livre é uma incógnita dentro do futebol brasileiro, porque quase não é utilizada pelos jogadores, tampouco pelos clubes para a fixação do passe. É uma situação obscura estipular-se o preço desse passe. Desde que não houve acordo entre as duas partes para a renovação de contrato, o clube utiliza de todos os expedientes: salários, luvas, gratificações e até cobertura de assistência médica. Tudo aquilo que gerou despesas em termos do atleta é computado para a avaliação do seu passe. Por isso é que, quando um jogador não renova o contrato, o clube estabelece o seu passe em 6, 7 ou 8 milhões, o que também é uma incoerência.

Têm que ser analisadas as duas partes. Devia ser calculado de acordo com a Lei do Passe, e de acordo com a inflação, de acordo com o dispêndio que o clube teve com o atleta.

Caracterizou-se que o jogador de futebol brasileiro com 30, 32, ou 34 anos está velho. Então, criou-se a Lei do Passe com 34 anos. Deu-se passe livre ao atleta, a meu ver outra manipulação, porque os jogadores não têm acesso a essas decisões, são simplesmente manipulados por aqueles que compõem a parte diretiva do nosso futebol.

Antes da aprovação da Lei nº 6.354, eu havia solicitado ao Senador Itamar Franco que fosse delimitada em 32 anos a idade do jogador e em 8 anos o serviço ao clube, tempo proporcional de idade com tempo proporcional de trabalho.

Alguma coisa melhorou, mas, dentro dessa filosofia de que o jogador brasileiro com 30 anos está velho, qual o prêmio que teria esse atleta? Seria mais uma maneira de o clube descartar-se do jogador — entendemos — do que de beneficiá-lo, apesar de ser um direito adquirido, em razão do tempo de serviço que prestou ao clube. Infelizmente, não traz nenhum benefício ao jogador essa lei. E esta era sua finalidade.

O desgaste do jogador brasileiro. Um País enorme, temos o Campeonato Nacional, um dos mais movimentados, dos mais difíceis e dos mais longos do mundo, com um calendário bastante saturante. Tudo isso provoca desgaste enorme no jogador — razão por que aos 30 anos já é considerado velho. Outro fator de desgaste é a falta de estrutura e de orientação do jogador. Entra para uma profissão ilusória, e como às vezes ganha dinheiro facilmente, embora se arriscando dentro das competições, também facilmente pôe esse dinheiro para fora, gastando sem nenhuma medida, esquecendo-se do amanhã, esquecendo-se de que sua profissão é muito curta, é muito passageira. E ainda mais: quando entra nessa profissão, se bitola a simplesmente jogar futebol, especialmente se se encontra dentro dum grande agremiação, pois que os compromissos dos denominados clubes grandes são constantes e, assim, o jogador está permanentemente concentrado, não tem tempo disponível, se quiser, para continuar os estudos. Há concentrações, viagens, etc. Então, a única coisa que lhe resta, e continua a fazer, é jogar futebol. Está preparado somente para aquilo, e superficialmente. Quando chega ao final, às vezes não consegue dar continuidade àquele nível de vida a que se habituara. Aí se sente completamente perdido.

É muito mais fácil a um cidadão comum que recebe 4, 5 mil cruzeiros ou 5, 6 vezes um salário mínimo chegar, no final da sua vida, com seu carro, sua casa, seus filhos, com toda a sua vida certa, com os filhos educados, do que um jogador que recebe, em alguns casos, 10, 20 ou 30 vezes o salário, pois não entende que aquilo é passageiro, aquilo é rápido e depois, pela vida afora, não vai ter condição de ganhar nem três ou 4 vezes o salário.

Por conseguinte, a situação do jogador é bastante delicada.

O desgaste sofrido pelo jogador por causa do calendário que tem de cumprir é problema muito grave, no entanto existe outro mais grave e — temos a certeza — será levado em consideração por esta Comissão. Trata-se de problema que — a nosso ver — não tem merecido grande atenção por parte daqueles que lidam com o esporte — a Medicina esportiva. Como em toda profissão, também no futebol existem os bons e os maus funcionários, os bem intencionados e os mal intencionados, os preparados e os despreparados. Já tivemos vários casos de profissionais inescrupulosos. O Dr. Flávio da Frota Cruz — pensamos tem mais condições de dar esclarecimentos a respeito.

Na realidade, muitas vezes o jogador é induzido, é forçado a jogar sem estar em perfeitas condições físicas, como segundo divulgação da Imprensa, Garrincha. Um jogador sofre uma contusão. Devido à necessidade de se contar com a colaboração desse jogador, ele tem que voltar rapidamente à equipe. Por ser um dos elementos principais, elemento que está dentro do esquema do treinador, não se pode prescindir de sua cooperação. Então, antecipa-se a recuperação desse jogador, através de tratamentos que normalmente não poderiam ser aplicados, tratamentos esses que, na ocasião, não trazem

prejuízo para o atleta, mas, na sequência dos anos de atividade trâo não só em termos profissionais como até da sua vida particular.

Tenho um exemplo, e nunca falei nada a respeito. Em 67, após as partidas junto à Seleção Brasileira, me queixavam de algumas dores. Não sabia a razão. Fui examinado por vários médicos e chegaram à conclusão de que era uma ponta de hérnia. Fui operado. Três, quatro semanas depois de recuperado, de restabelecido, voltei a praticar futebol e também a sentir as dores. Tenho recortes de notícias que à época, a Imprensa estampava: "Piazza sente dores misteriosas, vê dores fantasmas." Informei ao médico que voltara a sentir a dor. Ele respondeu: mas você não tem nada. Você fez uma operação de hérnia e já está sanado. Você está psicologicamente traumatizado, está envolvido nesse problema de dor, mas nada tem. Até que cheguei a um ponto em que pedi: pelo amor de Deus, não me ponha para jogar que não tenho mais condições.

Passei por essa situação.

Pode ocorrer erro com qualquer um. Todos nós erramos. Entretanto, às vezes o número de erros na nossa profissão é maior, porque o clube tem necessidade do atleta, quer que ele volte a jogar logo, e, assim, antecipa o seu tempo de recuperação. Em termos de Departamento Médico, o clube deveria dar-lhe cuidado especial. O jogador deseja voltar. Se depender dele, ele joga, por quanto jogando, ganha melhor, há compensações por sua participação nos jogos, desde que vitoriosos, como os chamados "bichos". Por ser um leigo, não sabe que, antecipando sua volta, poderá sofrer sérias consequências futuramente.

O seguro do jogador. É fato condenável no futebol brasileiro. Os clubes batem na tecla de fazer seguros para o jogador, quando está sem contrato. O jogador não é esclarecido, não tem cobertura nenhuma. Conforme propagam os clubes, pensa que, se porventura for jogar sem contrato e quebra uma perna, ficando inutilizado, receberá aquela importância em que foi segurado. Não é nada disso. Tive uma resposta a tudo isso. Até então acreditava que assim fosse. Durante uma excursão do Cruzeiro, na Guatemala, meu contrato terminou e ainda precisava jogar mais algumas partidas. Faria espontaneamente, independente de correr riscos, porque conhecia aqueles que dirigiam o Cruzeiro e sabia que, se alguma coisa me acontecesse, teria cobertura. Assim mesmo, na ocasião um dirigente falou-me que, além de dirigente, como amigo particular, se sentia na obrigação de fazer o seguro, para evitar sentir remorsos caso algo viesse a ocorrer. Fomos procurar uma companhia de seguros e até certo ponto fiquei estarrecido ao saber que aquele seguro não dava cobertura a eventuais acidentes. Quer dizer, no caso específico, se o jogador quebrasse a perna ou qualquer coisa não teria validade.

Então, não adianta fazer esse seguro, no entanto os clubes vivem a realizá-lo, talvez mal orientados pelas companhias seguradoras. Desejando o seguro, o jogador não pensa em morrer no transcorrer de uma partida de futebol, não pensa nesse tipo de acidente. Pensa, sim, se por ventura ficar inutilizado para exercer a profissão, o seguro lhe dará cobertura o que não é verdade. Frequentemente tenho visto jogadores sem contrato defendendo seu clube, justamente porque o segurou em 500 mil, 1 ou 2 milhões de cruzeiros, para que ele jogasse.

Outro aspecto a analisar. Se levarmos em consideração o número de jogadores que, em termos profissionais, com orientação, com visão, conseguem chegar ao final, apesar de bons rendimentos modestos, a uma situação econômica estabilizada, favorável, vemos que são poucos. O jogador não está preparado. Pode-se jogar mundos de dinheiro na mão de um elemento, especialmente do jogador de futebol, e se não tem a preparação suficiente, não possui a visão adequada naquele instante em que recebe a gratificação — e, como disse, ganha facilmente e gasta facilmente — chegando ao final esse elemento não economizou. Infelizmente, todos aqueles que aparecem para auxiliar jogador de futebol, os chamados procuradores, com raras exceções, são sempre para tirar partido, tirar proveito do jogador, nunca para orientá-lo, para guiá-lo, para ajudá-lo. Sempre para explorá-lo. E o jogador se deixa envolver, porque não tem condição

suficiente, ele próprio, para ver aquilo que é bom, aquilo que é mau. Seria o caso, por exemplo, de melhorar o nível intelecto-cultural do jogador. O Decreto nº 6.369 instituiu esse sistema de assistência complementar ao atleta. Estamos criando nossas associações nos Estados, de caráter educativo e profissionalizante. Na faixa profissional, acredito não termos muita penetração, mas na faixa do amadorismo tenho a certeza de que encontraremos boa receptividade, porque nesta faixa é que o elemento tem realmente tempo para se dedicar ao estudo. Depois que ingressa na sua atividade normal de profissional, o jogador não dispõe mais de tempo, a não ser aqueles de clubes pequenos, que jogam de vez em quando, que participam de poucas competições. Tal não acontece com o jogador de futebol pertencente a clube grande. Logo esse jogador que está num clube grande, gozando de cartaz, numa posição invejável, e que deveria servir de exemplo para os seus colegas, é o que, infelizmente, não tem condições de ser exemplo, porque normalmente é elemento — a não ser que tenha recebido boa orientação educacional no lar, com seus pais, durante sua fase de adolescente — normalmente é elemento produto de um meio carente de todas as orientações. Passa a ser elemento de destaque diante da classe, mas não mostra nenhum exemplo para aqueles que virão a ser profissionais, especialmente na categoria juvenil, ou para aqueles que estão tentando chegar a uma posição melhor.

Portanto, é preciso preparar o atleta e essa preparação tem que se originar na sua fase de amador.

A lei dá uma abertura para que possamos entrar nessas esferas do amadorismo e dos estudos. À medida em que pudermos oferecer subsídios, não só aos Sr. Senadores como também aos próprios Ministros, os encaminharemos para que, dentro da própria lei, as situações possam ir se amoldando às necessidades do atleta. Dentro de pouco tempo — acredito — o jogador de futebol terá outra mentalidade, outra conscientização e haverá uma nova classe de jogador de futebol. É como a própria casa. Para que possa suportar os anos, as tempestades, a casa tem que ter a sua estrutura, a sua base bem sólida. Se, na fase de principiante, o jogador de futebol não tem essa estrutura, logicamente não terá condições de vir a ser um bom atleta. Deus lhe concedeu o dom, fez que ele fosse um expoente, uma estrela dentro do contexto do futebol, mas, em termos de formação, às vezes esse jogador não corresponde. Dói-nos ver jogadores técnicos, considerados fora de série, e despreparados totalmente.

Neste aspecto, talvez o Governo pudesse ajudar o jogador de futebol, forçá-lo um pouco a se instruir, a adquirir melhores condições em termos de cultura, porque, conforme estatuído em lei, para assinar o contrato o profissional tem que ser alfabetizado.

O Governo deveria ir um pouco mais além, pelo menos exigir o primeiro ou segundo grau completo para que o jogador possa assinar um contrato como profissional. Haveria — quem sabe — consequências desagradáveis para o jogador, mas daqui a 3 ou 4 anos mudar-se-á a situação e o jogador de futebol ao assinar contrato terá uma base cultural. Obviamente vai-se forçar, porque, se depender unicamente da conscientização do jogador, será um pouco difícil. É uma classe muito desunida, que não recebe orientação sadia que a ajude a construir uma vida melhor. O jogador não consegue entender que, antes de ser um profissional, deve preparar-se para outra atividade, com vistas ao futuro, caso não venha, na sequência dos anos como jogador, a conseguir aquilo que a princípio sonhou: fama, cartaz, dinheiro, etc.

Havendo esta situação, forçosamente o jogador terá que preparar-se melhor e, consequentemente, a Associação que hoje é implantada, já que o Governo lhe está dedicando recursos, terá condições suficientes para que o jogador possa a ter os seus estudos, os cursos profissionalizantes, financiados.

Já constitui, dentro da lei, ponto de partida muito importante, e esperamos, através do trabalho da Associação, levar esse benefício a todos os atletas. Logicamente, para que possamos ter êxito é preciso que o jogador entenda toda essa sistemática, tudo aquilo que se pretende dar, para que no futuro possa usufruir-la.

Quando em 70 conquistamos a Copa do Mundo, a classe entendeu que deveríamos reivindicar alguma coisa em nosso benefício. Ao reivindicar alguma coisa, o jogador pensa logo em termos de aposentadoria, unicamente. Não é justo, porque ele joga 16, 17, 18 anos, se prepara na sua trajetória de profissional, e depois, quando termina sua carreira, com 35 ou 37 anos, com idade que for, ainda é um elemento bem dotado, atleticamente e em termos de saúde, para poder exercer outra atividade. Realmente, não seria muito justo que com 15 ou 16 anos de profissão fosse aposentado. Por outro lado, é preciso ajudá-lo a readaptar-se em outra atividade, já que durante a sua carreira de profissional fica bitolado a somente jogar futebol. Esse aspecto, dentro dessa lei, poderemos ajudar a modificar.

Depois que consegue algo de positivo em termos financeiros, o jogador tem nas suas costas toda a família. É difícil encontrarmos jogador de futebol considerado filho de papai rico, porque não se sujeita ao regime do profissionalismo, que o impede de ter vida própria, ter seus fins de semana; pouco pode participar de festividades, tem que levar uma vida limitada, controlada, para, diante dos treinamentos, diante das competições, poder estar suficientemente preparado, e, desta forma, retribuir ou dar ao clube todo o seu vigor físico.

A preparação física do jogador é muito importante. Às vezes, só acreditando na sua técnica, acha que será o suficiente para que se torne um bom jogador. Hoje, mais do que nunca, a preparação física está aliada à técnica, para que se consiga ser realmente um bom jogador.

As relações de trabalho jogador-clube.

Se levarmos em consideração o número de jogadores que temos dentro do futebol brasileiro e o número daqueles que, na verdade, conseguem fazer a sua independência financeira, não milionário, são poucos. Por isso digo que é uma carreira ilusória. O jogador começa e acha que vai fazer fortuna, e no nosso futebol a maioria são clubes pequenos, clubes que algumas vezes não têm estrutura suficiente para suportar os encargos financeiros. No final de tudo isso, o jogador é sempre sacrificado. Quantos clubes vemos aparecer por aí. O jogador assina o seu contrato. Seu clube disputa um campeonato e é rebaixado, pois não conseguiu a sua classificação. O clube deixa de existir, não paga aos jogadores, não recolhe as obrigações sociais. O jogador, depois, tem que batalhar.

Dando-se melhor estrutura aos clubes de futebol, para que se sintam mais à vontade, inclusive com orientação para que seja elemento ativo, capacitado para administrar um clube, que é um patrimônio público, só poderá melhorar o futebol, não só em termos de clube como para o próprio jogador.

O clube nos mostra muitos deveres, mas esquece-se muito dos nossos possíveis e claros direitos. Posso dizer-lhe porque comecei minha carreira, em 1961, num clube pequeno, o Renascença. Jogava simplesmente por amor, não recebia nada. Cito, para ilustrar um fato interessante. Saindo, em 1963, para o Cruzeiro, havia 6 ou 7 meses que não recebia. Não fazia do futebol a minha profissão, a minha atividade principal, pois entendia que daquela forma não poderia ser. Felizmente tive orientação, não só através dos meus pais, mas também a visão de ser bancário, na época. Minha atividade principal era como bancário. Apegava-me àquele emprego para saldar meus compromissos. Hoje jogador de futebol não pensa assim, não consegue, não quer ou não está preparado para levar outra atividade paralela, até que possa definir-se por "a" ou "b".

Então, com meus vencimentos atrasados há cerca de 6 ou 7 meses, o clube estava por ser extinto. Fui procurar o Presidente, para receber, e ele me perguntou: "O que pode fazer em termos de abatimento?" Respondi-lhe que, para receber naquela semana — praticamente tinha cento e vinte e cinco mil cruzeiros na época, ou seja, cento e vinte e cinco cruzeiros hoje — deixava por setenta cruzeiros. Mesmo assim, para receber, tive que ir ao bar do clube, fazer um levantamento do estoque, e depois sair vendendo cerveja, guaraná, rum, vodca, para tirar o dinheiro, porque estava contando com ele e porque aquilo era um direito adquirido pelo trabalho que tinha prestado ao clube. Assim foi e ainda é em muitos casos.

Depois que passamos para um clube grande, quase só conhecemos, em termos financeiros, o lado bom. No entanto, a situação que acabo de descrever ainda existe nos clubes pequenos, é a situação da maioria dos jogadores de futebol.

Quando falo em jogador de futebol, não estou analisando o jogador de futebol que hoje ostenta uma posição financeira privilegiada ou goza de projeção. Analiso a maioria que pertence aos clubes denominados pequenos. Nesses, sim, é que sentimos o problema e neles é que vemos, constantemente, o jogador em situação difícil.

Assim, a relação de trabalho clube-jogador é bastante delicada. A Lei nº 6.354 diz:

"Serão admitidas reclamações na Justiça do Trabalho, depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva."

Ora, a Justiça do Trabalho é a mais importante. Então, não há condição de o jogador não poder, relativamente a trabalho, deixar de recorrer à Justiça do Trabalho, para primeiro serem esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva. Isso fere bastante.

Outro grande problema — o amador.

O jogador profissional exige fortunas na hora das renovações, simplesmente porque não tem nenhuma segurança. Sabe que, se não usar daquele momento em que é estrela, em que é tudo para o clube, se deixar de aproveitar aquele instante, fatalmente amanhã, na hora em que não estiver dando rendimento à equipe, em termos de projeção, não terá o apoio do clube. É como um empregado qualquer dentro de uma empresa. Enquanto estiver sendo útil, tem certa consideração, certo tratamento, certa remuneração. Na hora em que deixa de executar, fatalmente é relegado a segundo plano ou, então, dispensado. Às vezes o jogador chega a essa situação.

Na ocasião da renovação do contrato, freqüentemente o clube se sente imprensado pelo jogador, porque este quer uma soma fabulosa e o clube não tem condições de dar-lhe. O clube sabe que não pode e não quer perder o jogador. Muitas vezes, clubes que não têm estrutura, que estão em déficit com o INPS, em déficit com o Imposto sobre a Renda e tantas outras obrigações, e não sei como, apesar de todos os compromissos devidos e que estão ainda em aberto, conseguem levantar ou contrair novas dívidas, somas vultosas, somas exorbitantes.

Por conseguinte, a inflação parte dos próprios clubes. Se houvesse pelo menos coerência, uma limitação na transação do jogador, acabaria um pouco a inflação.

Acontece também que, quando o jogador vai renovar, os clubes não dão importância aquilo que ele está pedindo. Se pede sessenta mil, o clube diz que ele está ficando doido, não tem condições de dar. Então, o clube oferece 20 ou 30, dentro daquilo que acha possível. Agora, para vendê-lo, o clube quer supervvalorizá-lo. Aí é que digo, deveria haver uma coerência, haver equilíbrio. Se o jogador recebe muito, é óbvio que tem que valer mais. Mas se o jogador pede certa importância ao clube e este não pode dar e julga demasiada a proposta do jogador, automaticamente, no caso de ser vendido o jogador, terá que ser proporcional. Como o clube quer pagar vinte ou trinta mil cruzeiros e na hora de vender quer fazê-lo como se o jogador recebesse cem ou duzentos mil cruzeiros?! O clube quer ganhar demais. É situação bem delicada.

A própria lei diz que os contratos de trabalho terão que ser numerados pelas associações empregadoras em ordens sucessiva e cronológica. Havia o que considerávamos "contratos de gaveta", isto é, quando chegava ao clube, o jogador, além da própria inscrição como amador, assinava um contrato, que ficava guardado na gaveta. Depois, quando ia profissionalizar-se, o clube já tinha assegurado o contrato profissional por dois anos e, consequentemente, o próprio passe, porque se defensia amador. O amador é aquele atleta que pratica o esporte sem nenhum interesse, sem nenhum rendimento financeiro. Hoje, não é o que se passa no Brasil. O jogador amador recebe tal qual um profissional, simplesmente não é enquadrado como profissional. Desde que recebe nelo clube, e está automaticamen-

te preso a esse clube mais do que o profissional com contrato. Então, desde o início, não tem direito de poder libertar-se, a não ser que o clube veja que ele não vai ter nenhuma chance dentro daquela agremiação e reslove liberá-lo. Mas o jogador fica preso desde o princípio.

O atleta amador deveria ser enquadrado num tipo todo especial. Realmente, não poderia ser vinculado à entidade desde o inicio. Teria que ter opção para se transferir. E seria dada ao clube de origem uma situação em termos idênticos, porque não é justo que o clube gaste com a preparação desse jogador, amador, para depois, quando possa ter a compensação, chegue outro clube, que não teve nenhum gasto com aquele atleta, e ofereça importância que coloque o clube de origem em situação delicada. Neste caso, clube de origem teria preferência.

Quando o jogadoe entra na fase de profissional, os clubes procuram um acordo de cavalheiros. Se o jogadoe alegar que quer 10 mil cruzeiros para o contrato profissional, o clube alega que só dá 2 mil cruzeiros. Se o clube não quiser, não precisa nem consultar, basta que ponha o valor no contrato, pelo prazo de dois anos — e não pode ser superior a esse tempo — e registra o contrato. Ao passo que, se ele estivesse dentro do juvenil e aparecesse como jogador brilhante, se um clube se interessasse em contratá-lo profissionalmente, não poderia ir, porque já está vinculado ao clube mais do que profissional. Assim, desde o princípio o jogador fica sob pressão. Os clubes usam, pois lhe é favorável, desta situação, que coloca o jogador sem a liberdade desde o princípio.

Ainda hoje, com todo o respeito que merece o nosso Presidente do Cruzeiro, há, relativamente ao jogador, uma situação que poderá ser levantada em Minas Gerais. Já disse, não que me voltasse, me insurgisse contra a deliberação da Diretoria, mas, em termos da classe, gostaria de conhecê-la, porque, se um clube procede de uma forma e outro diferentemente, não sabemos nunca qual o clube que está correto.

Temos, ainda, dentro do futebol, o recolhimento do Fundo de Garantia com relação ao jogador. Há clubes que o recolhem e pagam ao jogador. Acontecia que, quando o jogador terminava a sua passagem naquele clube, quando ia embora, não procurava verificar os seus possíveis direitos. Hoje, não. O jogador procura esclarecer-se melhor.

Eu, particularmente, na minha situação com o Cruzeiro, depois de tantos anos, entendi de uma forma e conversei abertamente com os diretores. Eles compreenderam.

Assiste ao clube o direito de, em determinado momento, dizer que o jogador não lhe interessa mais. Por outro lado, é o direito que assiste ao jogador verificar aquilo que porventura lhe é devido.

Vejamos este caso. Depois de 13 anos e 8 meses, o Cruzeiro se aproveitou de uma situação para me dar passe livre, em função de dispositivo legal que estipula o limite de 32 anos de idade ou 10 anos de clube. Entendo que é direito adquirido meu, é um privilégio meu, e não do clube. O clube não pode usar desse artifício, dessa lei que me concede o passe livre depois de tanto tempo, depois de certa idade, para esse clube ficar desvinculado, em termos empregatícios, do jogador. Isso não entendo, e quero levantar a questão, para se definir a situação, até que amanhã, pelas novas leis que surjam, com novas ideias, possa ser sanada, possa ser definida.

Tudo que foi feito ou procurou-se fazer junto ao jogador, o seu objetivo nunca foi atingido, nunca foi alcançado o ideal.

Pretende a classe que haja o estabelecimento de normas que dêem aos clubes uma posição boa e ao jogador, segurança.

Por esta razão é que o jogador foi sempre considerado um elemento quase mercenário, que só olhava o lado financeiro. Se assim não o fizesse, nada poderia protegê-lo no dia de amanhã. Na própria profissão, temos casos de jogadores inutilizados, em que os clubes cumprem fielmente aquilo que trataram e até um pouco mais, voltados para o lado da sensibilidade, para o lado humano, mas há muitos que deixam de fazê-lo. Desta forma, o jogador nunca se sente seguro, a partir do princípio de que, por tempo de serviço, não tem oportunidade

dade de aposentar-se dentro da profissão. As vezes perde esse vínculo previdenciário, porque demora a se adaptar a outra atividade ou, então, durante boa parte, faz a contribuição previdenciária sobre o máximo, sobre determinado salário, depois cai verticalmente, porque, em outra atividade, não tem condições de receber mais e, automaticamente, seu salário fica diminuído.

A classe dos artistas, por exemplo, em relação ao Imposto sobre a Renda, sempre tem o desconto de 20% para vestuário. O jogador, não. Dizem: o clube dá uniforme, dá tudo. Mas, para poder cumprir os compromissos, o jogador tem que se apresentar bem trajado, proporcionando uma boa apresentação. Consequentemente, ele gasta em roupas, em viagens e tudo mais.

Se o artista tem privilégios, também o jogador deveria tê-lo. Seria muito justo o clube não ter a obrigatoriedade no que concerne ao FGTS, ao tempo de serviço, à indenização ao jogador no final. Seria muito justo que o jogador também tivesse a liberdade, desde que cumprido o contrato, de se sentir à vontade para trabalhar em outra agremiação.

Sabemos que futebol é equipe, é conjunto, e para se formar uma equipe, um conjunto que venha a conseguir títulos e grandes vitórias para o clube, leva-se tempo. Não é de um dia para o outro que se faz uma grande equipe de futebol. Não entendemos é porque tudo tem que ser somado contra o jogador.

Dizem que o jogador recebe fortuna. No entanto, se ele recebe, também está dando ao clube. Se o clube lhe paga 60 ou 80 mil cruzeiros, que poderia ser considerado um valor enorme, o jogador, em termos de bilheteria, e de prestação de serviços também devolve ao clube, através de títulos, com sua participação nos jogos.

Tem-se a mania de caracterizar que o jogador é injusto, que o jogador não leva em consideração aquilo que os dirigentes fizeram, aquilo que o clube promoveu, a projeção do jogador. É relativo, porque também foi seu êxito. Um clube não consegue levar qualquer jogador, mesmo que seja Cruzeiro, Flamengo, Palmeiras e Corinthians, à seleção. Por isso é que há essa diferença: jogadores que vão e jogadores que não vão para a seleção. O clube ajuda, é um trampolim, é uma forma de projeção do jogador, mas este também tem seu mérito, não pode ser considerado assim. Ouvimos falar que o jogador é ingrato, pois foi o clube que o projetou, foi o clube que o colocou naquela situação. Entretanto, o jogador não pode ser considerado assim, porque deu em troca disso tudo.

Temos — como se vê — essas situações, todas difíceis, na classe, como a própria autopunição das infrações. Sem dúvida, há que haver disciplina dentro do campo, temos de ter respeito ao nosso clube, aos dirigentes, às autoridades, ao torcedor especialmente. Mas quem é que consegue controlar-se, no momento de uma disputa, de uma luta, todo o seu temperamento ou todas as suas atitudes? Quantas vezes vemos juízes tomaram decisões contra o jogador, por estar, nesse momento da disputa, totalmente descontrolado, e depois se arrepende. Há casos de jogadores serem aliados do futebol ou serem suspensos por 6 meses, um ano, porque tentou agredir o juiz, justamente num momento de descontrole. Cometem-se crimes dentro da sociedade e, conforme as atenuantes, se é absolvido. No futebol, não. As punições são severas, o jogador tem de se comportar como um robô. Tudo isso soma contra o jogador de futebol, a autopunição. O jogador é expulso numa partida, porque desacatou, desrespeitou o árbitro, ou teve atitude inconveniente dentro da competição. As leis, por si, já dizem que ele está suspenso por uma ou duas partidas, conforme foi a causa da expulsão, antes de ser julgado. Quer dizer, é uma autopunição. Não vejo por que tolher um jogador de trabalhar, se aquele é o seu trabalho.

Assim, no que concerne aos árbitros, o jogador vive um problema grande no futebol brasileiro. O árbitro pensa que, através de gritos, de dedos em riste, é que vai conseguir impor sua autoridade. Às vezes são árbitros mal preparados em termos de educação esportiva, e querem impor a sua autoridade dessa forma. O jogador se revolta, se rebela contra aquilo. Qual o ser humano que quando se sente ou se julga prejudicado não reclama? É instintivo dentro do futebol. Nós

mesmo, quando estamos fazendo as chamadas peladas ou quando levamos um pontapé, automaticamente nos sentimos na obrigação de extravasar, através de manifestação realmente merecedora de críticas ou de uma punição.

É preciso não haja, nunca, punições assim tão severas ao jogador. Inclusive, é preciso que ele respeite o próprio clube, que é o seu empregador. Que o jogador não fique alijado de competições, fato condenável. Por seu turno, jogador tem de procurar controlar-se. Mas isso tudo vem da preparação do jogador fora de campo. Quanto mais esclarecido o cidadão na vida comum, melhor será para que possa entender os seus direitos, as suas obrigações, as leis. Enfim, aqueles que não têm condições, não têm cultura suficiente, podem-se criar normas e tudo mais e ele não chega a entender, por si próprio, o que é certo e o que é errado.

De maneira alguma o jogador de futebol quer ser esse tipo de privilegiado, mas quer ser tratado com todo respeito quando ainda útil e depois da sua atividade.

Através de nossa Associação e com a ajuda — é claro — de mais alguns colegas vamos encaminhar estudo a respeito dos problemas do jogador. Sempre há alguma coisa que ficou faltando. Quem sabe, possamos dar melhor qualificação e maior segurança ao jogador de futebol.

Finalizando, agradeço a oportunidade de poder falar sobre problemas do jogador de futebol brasileiro perante esta Comissão do Senado Federal. Aqui não vai nenhuma crítica a qualquer clube, porque, muitas vezes, seguem as normas do futebol. No entanto, na vida tudo evolui, tudo se transforma, e nessa filosofia de transformação, sempre pensamos, sempre entendemos que é para melhor, nunca em termos de regressão. Por isso, queremos ver os clubes, o esporte brasileiro, e não só o futebol, enfim, todas as modalidades de esporte, porque esporte é cultura, esporte é, na realidade, o entrelaçamento dos povos, o esporte é considerado como verdadeiro idioma universal, assim é que não conhece crença, não conhece credo, não conhece fronteiras, e o futebol se comunica em todas as línguas; por que temos de aproveitar tudo isso. Graças a Deus, o futebol brasileiro é reconhecido mundialmente. Queremos também mostrar em outros esportes, particularmente em torneios olímpicos, a pujança do atleta brasileiro.

Cumprimento a Comissão de Educação e Cultura do Senado por esta iniciativa, que coincide com a preocupação do Governo de dar ao esporte brasileiro realmente o lugar que ele merece, o lugar precisa ocupar diante das outras nações. Desejo que os trabalhos a serem elaborados possam encontrar ressonância e que, dentro do nosso futebol, aos clubes seja proporcionada situação condizente, a situação que eles merecem, porque os dirigentes de clubes procuram sempre agir por amor ao esporte, mas que também esta Comissão procure analisar o outro lado, o lado que é o responsável por tudo isso — o jogador de futebol.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para fazer as suas indagações.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, seréi breve, em virtude do adiantado da hora.

Como representante de Minas, é com satisfação que vejo, nesta Comissão, a presença do Dr. Felício Brandi, do Dr. Ari da Frota Cruz e de meu prezado amigo Wilson Piazza.

Objetivamente, pergunto ao Dr. Felício Brandi: como encara a criação da Confederação Brasileira de Futebol?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Este é assunto que demanda estudos. Precisamos conhecer alguns pormenores, para que possamos opinar com toda a certeza. No entanto, tudo que se cria, pensando em melhorar, é válido. Este, o nosso entendimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, temos que ressaltar a contribuição, valiosa e prática, que o Dr. Felício Brandi, através da exposição do Dr. Ari da Frota Cruz, trouxe ao Senado Federal.

Temos participado de todos esses debates, dessa tentativa de V. Ex^a em procurar ajudar o esporte brasileiro, seja ele profissional ou amador.

Foi com satisfação que assistimos ao depoimento do Dr. Ari da Frota Cruz, em nome do Cruzeiro Esporte Clube.

Pergunto ainda ao Dr. Felício Brandi: com relação à Loteria Esportiva, entende V. Ex^a que tem ajudado aos clubes e também aos jogadores de futebol?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Apenas tem-nos dado a parte das passagens áreas. Sinceramente, não seria uma ajuda propriamente aos clubes, mas uma ajuda política da CBD.

No Campeonato Nacional, o Cruzeiro se desloca, por exemplo, de Belo Horizonte para jogar em Manaus, e um clube de Manaus se desloca para jogar em Belo Horizonte, onde, naturalmente, não é atração e não pode oferecer renda à altura das suas necessidades, para manter o seu plantel, para evoluir, para progredir. Então, essa ajuda é apenas no sentido da realização da competição. As distâncias são ignoradas, porque a Loteria Esportiva paga as passagens e os clubes podem locomover-se de Norte para Sul, de Sul para Norte.

O SR. ITAMAR FRANCO — Como V. Sr. tem encarado a tentativa, praticamente liderada pelo Presidente do Fluminense, Francisco Horta, em relação à Associação dos Presidentes de Clubes?

O SR. FELÍCIO BRANDI — É uma associação que tem seus objetivos, mas os grandes clubes dela não participam — não sei por que — naturalmente temendo alguma represália ou o que seja. É uma associação particular, não é oficial. É uma associação de clubes que buscam solução para seus problemas.

No trabalho que apresentamos, é sugerido se destine 1 cruzeiro por cartão da Loteria Esportiva para a manutenção dos estádios, para que, assim, os clubes tenham renda maior e possam, desta forma, desenvolver as suas atividades.

Cito, por exemplo, o Cruzeiro, que iniciou uma campanha de desenvolvimento do esporte amador no Estado de Minas. Criamos a Escolinha do Cruzeiro em Sete Lagoas. Abrigamos cerca de 200 rapazes, parotos, que tentam aprender o futebol. Essa Escolinha nos dá despesa mensal bastante elevada. Temos pedidos de cidades do interior para que o Cruzeiro implante, ali, a sua escolinha.

O futebol em Sete Lagoas era profissional, mas com as dificuldades financeiras, os clubes encerraram suas atividades. Aproveitamos campo de um ex-clube profissional, o Bela Vista; pagamos um aluguel e implantamos, ali, a Escolinha do Cruzeiro. O resultado foi bom, porque movimentou a cidade, trouxe maior motivação para o futebol local. Contudo, o Cruzeiro ainda não pôde colher os frutos, porque há apenas 6 meses implantamos essa Escolinha. Poderia ser feito em outras cidades, mas os recursos não nos permitem ampliar a atividade por outras localidades.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ainda tenho mais perguntas, Sr. Presidente. No entanto, sei que outros parlamentares deverão fazê-lo. Assim, esta é a minha última indagação, baseada, sobretudo, na sugestão terceira lida pelo ilustre Dr. Ari da Frota Cruz: em relação ao Campeonato Nacional, a Confederação Brasileira de Desportos usa o critério técnico ou o critério técnico e político na escolha dos clubes?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Creio que o critério técnico e político, por quanto agremiações que não têm poderio de torcida também participam do Campeonato Nacional. Se se fizesse um campeonato mais racional, em que, nas fases semifinal e final, os clubes pudesse ter melhor arrecadação, ainda assim os clubes seriam premiados. Por exemplo, nas fases final e semifinal participam 4 clubes. Esses 4 clubes jogam entre si apenas uma partida. Eliminam-se 2. Vão os dois para a final, e jogam apenas uma partida numa cidade a ser escolhida por critério de pontos, ou o que seja, mas apenas uma partida. Então, seria a fase de se ganhar dinheiro. E temos apenas uma partida, quando poderíamos juntar os 4 clubes e jogar pelo menos uma partida em campo de um e de outro adversário. Em vez de uma partida, teríamos duas, o mesmo acontecendo na fase final, em

que seriam pelo menos duas partidas. Isso ajudaria os clubes. Tentamos várias vezes que isso fosse realizado, mas não foi possível, pois a CBD disse que não havia datas. Ora, se num campeonato prolongado como é o Campeonato Nacional, deixarmos de jogar mais duas ou três partidas importantes, por falta de data, seria o caso, então, de antecipar um pouco esse Campeonato ou eliminar alguns clubes que nada oferecem durante o torneio.

O SR. ITAMAR FRANCO — Jogador e Vereador Wilson Piazza, o depoimento de V. Ex^a é humano, sincero, de um homem que conhece a causa e tem trabalhado com muito esforço para a conscientização da profissão futebolística no Brasil.

Durante a tramitação da lei do atleta profissional, tive oportunidade de conversar com V. Ex^a várias vezes. V. Ex^a lembrou dois tópicos importantes que debatemos na Comissão Mista que examinou esse projeto. Filiava-me, até então, à corrente do passe livre. Entendia eu, naquela época, que, findo o contrato, o jogador deveria ter o seu passe livre. Mas entendeu a Comissão — e é justo ressaltar o que V. Ex^a disse — como prêmio, depois de trinta e dois anos de idade ou depois de dez anos de serviço ao clube, o jogador teria o passe livre.

Este, o espírito da Comissão. Filiava-me, e creio que ainda me filio, à necessidade do passe livre findo o contrato.

V. Ex^a lembrou também o aspecto do Tribunal Desportivo em relação à Justiça do Trabalho. Na época, apresentamos uma emenda, rejeitada pela Comissão — o jogador poderia recorrer diretamente à Justiça do Trabalho.

O depoimento de V. Ex^a merece ser meditado por todos os jogadores de futebol. É depoimento que, por certo, o nosso grande Presidente, Senador Evelásio Vieira, batalhador desse esporte, há de levar em muita consideração a sua distribuição por este País, para que o jogador que hoje está iniciando comece a compreender a carreira futura que vai ter na sua vida.

Apenas mais uma pergunta: V. Ex^a, que pertenceu à Seleção Brasileira, como encara o critério que atualmente a CBD adota para a convocação e a concentração da Seleção? É o ideal para o jogador, é o ideal para a Seleção brasileira?

O SR. WILSON PIAZZA — Não tive ocasião — e me perdoe — de agradecer a V. Ex^a sua participação naquela Comissão Mista, quando V. Ex^a fez somar alguma coisa ao jogador de futebol. Não que seja ainda o ideal. Entendemos perfeitamente que não se pode criar perfeito. Com o passar dos tempos, e em razão das necessidades e das reivindicações, poderão surgir medidas que venham sanar alguma falha porventura existente.

Com relação ao problema de Seleção brasileira, por duas vezes dela participei na Copa do Mundo e por uns meses antes da competição.

Em 1970 fomos muito felizes. Definiu-se o tempo de concentração e houve total compreensão, adaptação e conscientização do jogador quanto à competição que teríamos pela frente — a Copa do Mundo.

É muito difícil e prejudicial quando se convoca, se relaciona o jogador e, durante dois ou três meses o coloca praticamente enclausurado, afastado de qualquer contato, a não ser por poucas hora, consideradas livres. Ainda mais, dependendo da qualidade não só do jogador, mas do homem que está ali selecionando, pode advir prejuízo no trabalho que se pretende da competição, ou seja, o título, a vitória.

Em 1970, e assim foi em outras oportunidades, estivemos concentrados no Retiro dos Padres, em São Conrado. Acordávamos às sete ou oito horas. Pesávamo-nos, tomávamos café, pegávamo-nos o material para o campo de futebol. Voltávamo-nos, almoçávamo-nos, descansávamo-nos até as duas ou três horas. Novamente pegávamo-nos o material de trabalho. Treinávamo-nos à tarde. Depois, voltávamo-nos para a concentração. Jantávamo-nos e logo uma sessão de cinema ou outro tipo de diversão. Dormíamo-nos. E assim se sucederam os dias... Quando havia liberação, normalmente era nos domingos, às nove ou dez horas da manhã, com retorno marcado para as dez ou onze horas da

noite. Vez por outra davam um ou dois dias, com saída no sábado pela manhã. Iamos até nossas casas rever nossos familiares.

Dependendo do local da concentração, o jogador se adapta melhor. Se é no Rio de Janeiro, em suas folgas os cariocas, por estarem no seu ambiente, podem rever suas famílias, seus amigos e ter os seus momentos de lazer. Já o jogador que é de Porto Alegre, o jogador da Bahia ou de outros Estados, que não têm no Rio o seu ambiente de vida, fica um pouco difícil. Pelo menos no início devia levar um tipo de vida como a do clube. É onde sempre aprendemos. Mais do que nunca queremos que o jogador entenda, que os dirigentes entendam que deve haver responsabilidade com liberdade. O jogador tem que entender isto. A filosofia de trabalho tem que ser a vida no clube. Tem que haver confiança da parte do que comanda para com aquele que é comandado. É a única forma de conseguirmos bom ambiente, de conseguirmos êxito de maneira sensata nos trabalhos. Simplesmente concentrar uma seleção por dois, três meses, para depois colocá-la em campo, não é o suficiente. Tivemos demonstração na preparação da Seleção Brasileira agora nas eliminatórias da Colômbia. A Seleção foi vinte ou vinte cinco dias antes; se preparou e se adaptou à altitude: ficou treinando dia e noite. Quando chegou a hora, não passou — com todo o respeito que merece a equipe da Colômbia — de um simples empate. O Cruzeiro, no seu período de excursão, vinha jogando quarta, sexta e domingo, quarta e domingo ou quinta e domingo, de país para país. Chegamos, me recordo, à Colômbia no dia anterior ao jogo. No dia do jogo, por problemas de visto, tivemos que ir ao Consulado venezuelano. Ali ficamos a tarde toda, para obter esse visto. Quando saímos, podia ser por volta de seis horas, quase em cima da hora da pequena refeição. Às oito e meia estávamos dentro do campo. E conseguimos ganhar bem da equipe da Colômbia, coisa de que a Seleção Brasileira não foi capaz.

A Seleção Brasileira sempre reúne os melhores em termos de qualidade técnica. Deve ser resolvido o problema de tempo para a concentração. A concentração longa — já está bem caracterizado, já está enfatizado, inclusive psicologicamente — para o jogador é prejudicial, não leva a resultados benéficos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Jogador Wilson Piazza. Meus cumprimentos, mais uma vez, pelo seu depoimento, répito, humano, sincero. Fique, sobretudo, aquele seu alerta em relação ao seguro do atleta que joga sem contrato.

O SR. WILSON PIAZZA — Sou eu quem agradece.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Prazerosamente concedemos a palavra ao Deputado Fábio Fonseca, ex-Presidente do Atlético Mineiro.

O SR. FÁBIO FONSECA — Sr Presidente, vou aqui plaguear um coestaduano: o exercício da presidência de um time de futebol é um duro sacrifício. A disputa do cargo de presidente é um ato de fé e é mais ainda de sacrifício, especialmente dos grandes times de futebol.

De inicio, recebi, na Presidência, elogios, talvez mais por afinidade e amizade, uma expressão do coração do que mesmo uma expressão da mente. No entanto, os recebo, e posso dizer do meu trabalho, que o futebol de Minas Gerais tem duas épocas perfeitamente distintas — não quero com isso me valorizar: a pré e a época Fábio Fonseca-Felício Brandi. Após — esta época, uma nova ótica se abriu para o futebol de Minas Gerais. Até então eram somente São Paulo e Guanabara que tinham futebol. No entanto, éramos os fornecedores de craques para esses dois centros.

Muitos jovens ainda, nos idos de 1951, alçamos as posições de comando do Cruzeiro e do Atlético. Demos uma nova ótica ao futebol de Minas Gerais. Realmente, pôde crescer em todos os sentidos. Então, com os poucos recursos de que dispúnhamos, passamos a prender os nossos jogadores e a dar-lhes o máximo possível de atenção. Começou a crescer o patrimônio dos nossos clubes de futebol. Como bem disse Wilson Piazza, desapareceram clubes como o Renascimento, o Sete de Setembro, o Bela Vista, o Democrata e outros, clubes que surgem somente em período de disputa, quando conseguem arranjar jogadores emprestados para jogar.

O Cruzeiro e o Atlético Mineiro, em Minas Gerais, são duas organizações sociais da máxima importância, porque é desses dois clubes que partem todos, os outros times de futebol. Posso citar, como exemplo, o Uberlândia Esporte Clube, da minha terra. Há jogadores do Atlético e do Cruzeiro lá. Praticamente são os expoentes máximos do futebol de Uberlândia os jogadores do Atlético e do Cruzeiro. Em Araxá, em Araguari, é a mesma coisa.

Realmente, foi grande o trabalho que fizemos nesse período em que tivemos a oportunidade de dirigir esses dois clubes de Belo Horizonte, de inicio como subalterno, diretor de futebol, depois como presidente! Nesse cargo demos uma nova ótica, demos importância ao diretor de futebol. Passamos a demonstrar que o presidente não podia, de uma hora para outra, porque era amigo do presidente do Botafogo, do Fluminense ou do Flamengo, decidir o destino do jogador por um joguinho de futebol, no qual os nossos próprios torcedores é que iam pagar o valor do passe. Modificamos por completo esse procedimento.

O trabalho que o Cruzeiro Esporte Clube realizou foi bastante judicioso e muito importante e deve servir, realmente, de subsídio.

Fiz parte da Comissão Mista que estudou a regulamentação da profissão do atleta. Tive atuação até um pouco exagerada, mesmo porque o Governo estava fazendo cortesia com o chapéu alheio, e continua a fazer cortesia com o chapéu alheio. Marginalizou-se uma grande gama de trabalhadores e deu-se privilégio a uma pequena gama de trabalhadores, com o sacrifício dos clubes de futebol. Na época da instituição da Loteria Esportiva, também disse que era a forma que o Governo encontrara para cobrar do pobre o Imposto sobre a Renda. Não havia outra saída, ele procurou esta forma. A Loteria Esportiva só existe porque os grandes clubes estão a disputar o Campeonato Nacional ou os campeonatos regionais, porque ninguém faz fez nos pequenos clubes, que são perfeitamente vulneráveis, até por sua própria estrutura. Cai verticalmente a renda da Loteria Esportiva quando os grandes clubes não disputam, haja vista que na entressafra, de término de campeonato, a Loteria Esportiva chegou a dar 18,21 milhões. Bastou tão-somente que os grandes clubes passassem a disputar para que ela viesse a crescer novamente, subindo para 38,42 milhões de cruzeiros, até atingir 54 milhões. Então, os grandes times de futebol — como disse de inicio — têm realmente o duro sacrifício de não só agüentar os problemas sociais que seriam encargos do Governo, como também de dar até o feijão, como costumamos dizer, para aqueles aficionados, os nossos irmãos mais desafortunados, os trabalhadores.

Aspecto muito interessante focalizou o Dr. Ari da Frota Cruz — a Justiça Desportiva.

De fato, o Presidente da Federação não podia, de forma alguma, nomear os juízes, porque nas ações — e provam as diversas brigas que tivemos com os Presidentes da Federação que passaram por lá — nunca encontrávamos guarda. Diziam, nada podemos fazer porque estamos aqui por um ato de elegância e de amizade do Presidente, que nos convidou. Então, o clube ficava prejudicado.

Este é fato importantíssimo, e o Dr. Ari da Frota Cruz trouxe novo aspecto, também de muita valia.

Loteria Esportiva — poderia perfeitamente melhorar a forma de atendimento aos clubes. Como disse o Presidente Felício Brandi, e endosso suas declarações — a Loteria Esportiva apenas faz vantagem para as companhias de aviação, para o seu movimento. Para os clubes, não.

É realmente sensacional, Cruzeiro, o Atlético, o Flamengo, o Corinthians, o Fluminense, o Internacional, o Grêmio ou um clube de grande expressão popular ir a um estádio pequeno ou a uma Capital pequena. Já os times dessas Capitais quando vão aos nossos estádios, especialmente àqueles com capacidade para cem mil, cento e cinqüenta mil pessoas, se sentem até meio paralisados lá dentro, olhando todo aquele povo, não só pelo volume das charangas, como pelo volume das torcidas e a paixão das torcidas.

O Campeonato Nacional é organizado politicamente.

O Dr. Felício Brandi não quis falar, porque está na Presidência do clube, mas somos obrigados a dizer-lhe. Haja vista que pedimos ao Ministro da Educação para falar com o Presidente do Conselho Federal de Desportos — o Sr. Jerônimo Bastos; este fala com o Almirante Heleno Nunes, que então inclui o time de futebol.

Para nós é até difícil, porque esses times dão nos nossos estádios uma renda de quarenta e poucos mil ou cinqüenta mil cruzeiros. No fim, acabamos tendo de contribuir para pagar o hotel em que ficam hospedados. Isto S. S. não quis dizer, mas é preciso seja bem colocado. Outro ponto muito importante da exposição do Cruzeiro Esporte Clube — os grandes clubes permanecem, quaisquer que sejam os Presidentes de Federação, quaisquer que sejam as intempéries que aconteçam. No entanto, na hora de fazermos alguma exigência ao Presidente da Federação, ficamos totalmente desabrigados, porque ele vai buscar as procurações das chamadas ligas fantasmas, que o elegem. É um sujeito totalmente estranho ao time de futebol, nunca jogou, nunca foi diretor, nunca foi coisa nenhuma, e se elege por uma influência política, como é o caso do Presidente da Federação de Futebol do meu Estado, quase um patrimônio da Federação, porque não sai de lá de jeito nenhum. Aliás, diga-se de passagem, foi colocado pelo nosso Senador Magalhães Pinto. Depois que colocou o pé lá, não tem mais jeito. Ele, com a procuração, forma a liga fantasma naquele mesmo dia. Terminada a eleição, desaparece a liga fantasma. Os grandes clubes ficam à mercê de pequenas pirracinhas de clubzinhos pequeninos que até vivem às nossas expensas, porque os jogadores são nossos, somos nós que emprestamos, pagamos o jogador, damos tudo.

Não estou muito certo se estou fazendo injustiça. Naturalmente esses pequenos clubes nos fornecem alguma coisa. Muito raramente, como é o caso do Piazza. O Renascimento ofereceu ao Cruzeiro uma expressão do futebol, mas outros craques foram criados dentro do próprio clube, na Escolinha de Futebol do Atlético. Nenhum clube pequeno oferece algo ao Atlético. A Escola de Futebol do Cruzeiro Esporte Clube iniciou-se com elementos que foram aparecendo, sendo criados ali dentro, e todos os grandes clubes passaram a nos copiar.

O aspecto clube é muito importante.

Outro fato que também deve ser bem enfatizado, e para o qual tem que haver, realmente, um entendimento muito bom, é a relação clube-atleta. É muito importante. A relação clube-atleta só pode realmente envolver e evoluir quando tivermos todos os clubes mais ou menos no nível do Cruzeiro, Atlético, Internacional, Flamengo, Fluminense, Corinthians, Palmeiras, São Paulo e outros tantos, para não fazer injustiça a quem tenha realmente estrutura. Pagamos a escola primária e secundária para os nossos atletas. Pretendo eu o nobre vereador que já tivesse primeiro e segundo grau. Aí o jogador já fica meio velho, é uma falácia de base, porque o Governo não olhou. Hoje, 75% dos alunos são reprovados no primeiro ano ou são repetentes do primeiro ano primário. Por quê? Porque não há uma estrutura de base. Haja vista os nossos fiascos nas Olímpiadas, exatamente partidos desse despreparo fundamental de saúde de nosso povo. Só mesmo nos grandes clubes de futebol é que podemos dar uma alimentação boa, sadia, e, assim, produzindo-se um atleta à altura de disputar e mostrar o prestígio do País lá fora como jogador de futebol, como aconteceu com o Tricampeonato Mundial. Verificamos que também os atletas amadores recebem dinheiro nosso. Jogador de futebol de salão, nadador, jogador de volibol, jogador de basquete, também recebem dinheiro nosso. Isso precisa ficar bem claro. Por serem amadores, não há uma legislação muito forte, já para os profissionais há legislação mais forte, porque o clube exige. Mas na hora de apresentar o amador à Confederação Brasileira de Desportos, para disputarem as diversas provas, o que acontece? Estão despreparados, pois não se exige deles o que se exige dos profissionais. Em contrapartida, também, os profissionais levam uma vantagem. Embora efêmera e fugaz a vida do jogador de futebol, também é um pouco rendosa. E o exemplo é o de Wilson Piazza, que soube bem administrar o que ganhou e está muito bem.

Recordo-me de um jogador de futebol, não vou dizer o nome, mas penso que devem saber, quando dei cinqüenta mil cruzeiros de

luvas para ele, comprou um alta-fidelidade, comprou quase doze mil cruzeiros de discos, comprou uma geladeira, comprou um televisor, comprou móveis, tudo para o seu barracão. Na casa dele não cabia nem a televisão, nem os móveis, e nem coisa nenhuma. Nem luz elétrica tinha. Tive de devolver aquilo tudo à firma. Perdemos seis ou oito mil cruzeiros, não estou bem certo, naquela época, mostrando que tinham enganado o rapaz, para poder construir a casa dele. Quer dizer, até nesse ponto os clubes de futebol têm uma parte social muito grande. Não digo no seu caso, Wilson Piazza, porque não se precisou administrá-lo. Teve, afortunadamente, orientação, bem que recebeu dos seus familiares. A maioria não tem nada disso, sabemos perfeitamente. Basta receber o bicho. Se não seguramos um pouco, no outro dia não tem mais nada. Numa noitada perde quase tudo.

O jogador se entusiasma com a glória, efêmera e fugaz. No caso de Wilson Piazza, não. Foram 18 anos. Está tudo bem, e há um futuro político promissor.

Outro aspecto muito interessante — relação entre leis especiais do futebol e as leis trabalhistas.

Foi exigência da FUGAP que se fizesse uma lei específica para o atleta profissional. Infelizmente, não fomos nós que fizemos. Aliás, a Comissão não aceitou nenhuma das nossas emendas. Embora fossemos mais conhecedores do assunto, fomos os que menos produziram.

O SR. WILSON PIAZZA — Parabenizo o serviço da FUGAP do Rio de Janeiro. Sinceramente, no tocante ao jogador como empregado, não era aquilo...

O SR. FÁBIO FONSECA — Devia ser humanizado realmente, porque há muitos clubes, especialmente os pequenos, o fazem. É o caso seu, que teve que vender cerveja, rum, etc. Isso não acontece no Atlético, no Cruzeiro, nem nos clubes grandes.

Tentamos modificar, mas não foi possível. Recordo-me muito bem de nossa luta.

Pergunto agora ao jogador Wilson Piazza, e não ao Vereador, se já ocupou algum quarto que a assistência médica do INPS lhe destinou ou foi para um quarto particular que o clube lhe ofereceu?

O SR. WILSON PIAZZA — Gozei de um privilégio, digamos assim, do INPS, mas a diferença realmente ficou por conta do clube. Não fiquei no aposento que me seria destinado, mas em outro.

Poucos são os jogadores que, apesar de contribuirem, e até certo ponto com o máximo, para o Instituto, poucos são os que utilizam o INPS, porque os clubes têm os seus Departamentos Médicos. Nesse ponto, os clubes ficam sobrecarregados, porque aquilo que ele poderia usufruir no tratamento do seu atleta, do seu empregado, não o fazem, porque sabem, infelizmente, como é o problema de se marcar uma consulta no Instituto, e o clube precisa daquele elemento o mais rápido possível. Por conseguinte, o clube fica prejudicado, porque paga para ter um benefício que, na realidade, dele não usufrui. E o jogador não assistido pelo Instituto porque o clube se propõe a atendê-lo, pois tem o seu Departamento Médico.

Medicina esportiva. Às vezes condono determinadas maneiras — é bom que se diga — de recuperar o jogador de futebol através de tratamentos que venham apresentar a sua recuperação, mas que, mais tarde, trazem consequências. Sou pessoa leiga mas procuro formar opinião, procuro verificar. Temos um esclarecimento médico aqui, depois junta-se a mais uma opinião ali. Fui jogador sempre marcado pelas contusões. Para ser sincero, desde 1975 espero ficar livre de uma contusão. Já me submeti a diversos tratamentos. Uns ditem uma coisa, outros dizem outra. Às vezes o médico diz que é tal coisa, e, por determinadas razões, não podemos procurar tratamento. No final, ficamos prejudicados.

Conforme já disse, fiz operações de hérnia porque me queixava de uma dor. Disseram-me que aquela dor que eu sentia era proveniente da hérnia. Operaram-me. Depois, continuei a jogar e voltei a sentir a mesma dor. Disseram que eu estava psicologicamente influenciado, que não tinha nada. No final, tinha. Foram-me feitos tratamentos à base de infiltrações, há muito usado dentro do futebol. Alguns médicos condenam infiltrações, outros, não, que a infiltração

pode ser tomada, dependendo do local em que se aplica. Não se deve aplicar infiltração na articulação. Então, não sabemos como proceder. Se o médico diz: não, você precisa jogar domingo, ou no domingo que vem, e ele quer isso, V. Ex* há de convir comigo... Infelizmente, nessa hora, às vezes, falta a vários médicos que ocupam um cargo no Departamento Médico de um clube aquela consciência profissional. Embora o dirigente queira que o jogador se recupere logo, não lhe importando o tratamento, o médico se submete a esse tipo de pressão. Automaticamente firmaria um ponto de vista: não, esse jogador não pode jogar pelo menos durante vinte dias.

A infiltração que o médico vai aplicar a fim de recuperar o jogador para a partida, e mesmo o jogador quer jogar logo, vai prejudicá-lo. E até o próprio clube, pois que, por causa de um tratamento mal feito, apressado, esse jogador poderá vir a ficar fora mais vezes. É esse procedimento que condeno. Não se dá tempo ao tempo para a recuperação do jogador. Já senti esse problema.

O SR. FÁBIO FONSECA — Outra pergunta, para consubstanciar o posicionamento que os clubes estão reivindicando, que entendo mais do que justo.

Wilson Piazza, mesmo que quisesse aceitar as dependências do INPS, a Imprensa não permitiria, não é verdade? Iria dizer: que miséria esse clube. Deixaria o clube reduzido a substrato de pó de mico. Não é isso?

O SR. WILSON PIAZZA — Depende do jogador.

O SR. FÁBIO FONSECA — São todos. Vão lá descobrir.

O SR. WILSON PIAZZA — Também depende do clube. De maneira geral, não se usa. Há quantos casos de clube pagar a diferença do atendimento do jogador pelo Instituto.

O SR. FÁBIO FONSECA — Poderíamos colocá-los como autônomos, porque já lhes damos assistência médica, muito mais perfeita do que os médicos do Instituto. Não é para desfazer nenhum colega, mesmo porque os meus colegas de Instituto têm que atender quarenta doentes numa jornada de quatro horas. Então, acaba não atendendo ninguém. Pagamos bem a um médico de clube, todos sabem quanto nos custa. Os Departamentos Médicos do Cruzeiro e do Atlético valem uma fábula, com equipamentos que poucos hospitais no País possuem. Conheço só o Instituto São Januário, lá em Belo Horizonte, que tem mais ou menos igual. O resto está tudo por baixo.

Sr. Presidente, o depoimento e as respostas do Vereador Wilson Piazza, ex-capitão da Seleção Brasileira, constituem subsídios importantes para o trabalho desta Comissão.

O Cruzeiro levantou outro aspecto muito importante, e já por nós focalizado quando do estudo da lei de regulamentação do atleta profissional — a incorporação dos "bichos" e das luvas como ordenado, para efeito de pagamento do Imposto sobre a Renda e do INPS.

O Governo, atualmente, vive cada vez mais nos empobrecendo, mais nos sacrificando e, em contrapartida, não dá coisa alguma. Não estou fazendo política, estou dizendo a realidade nacional.

Além de pagar a luva, pagar os bichos, o clube ainda paga o Imposto sobre a Renda.

O SR. WILSON PIAZZA — Não. Eu, particularmente, nunca usufrui. Às vezes o jogador pede a importância na renovação do contrato e diz: quero livre do Imposto sobre a Renda. Isso se o clube aceitar. Dentro do Cruzeiro, desconheço caso em que o clube aceitou. Automaticamente ele tem que recolher.

O SR. FÁBIO FONSECA — As luvas e os "bichos" deveriam ser incorporados, porque realmente são um prêmio, e um prêmio para aquele que mais lutou, aquele que fez melhor trabalho.

É difícil reunir onze jogadores. Todos sabem perfeitamente que colocar onze jogadores no campo e, cinco no banco, tem-se que ouvir a avó, a tia, a mãe, não sei mais o que, do jogador. Há um probleminha, um telefonema, o menino gripou, o menino espirrou... Cai tudo nas costas do presidente. Este tem que resolver tudo aquilo, porque o jogador, psologicamente, não pode ser incomodado. Co-

mo se vê, é trabalho difícil. E Sr. Presidente, a luva e o "bicho" não deveriam ser incluídos como cota para efeito fiscal, especialmente de Imposto sobre a Renda, porque, afinal de contas, foi a torcida, foi o povo quem deu. No final, o clube fica paupérrimo. Quase todos os clubes, exceto alguns que têm administração muito segura, muito perfeita, estão na falência. Por exemplo, conheço um clube do Estado de V. Ex* — o Figueirense, que foi à falência. Esse clube esteve no Campeonato Nacional. E por que foi à falência? Porque forneceu aquilo que não podia fornecer, atendeu a uma porção de exigências que lhe foram fazendo. Os dirigentes desse clube também estavam despreparados.

Já me disse um jogador: por que deram trinta mil cruzeiros por mês para ele? Ele é quem vai jogar sozinho, eu não vou jogar. Respondi-lhe: você joga como ele? Vai lá e bate com os dois pés? Chuta de efeito? Ele chega em campo, sua a camisa, molha a camisa. Para você a bola é quadrada, bate em sua canela. Você está ali porque não temos outro para substituí-lo.

Com este depoimento, consubstancio o posicionamento focalizado pelo jogador Wilson Piazza, que não há coleguismo.

Realmente, em todas as profissões um procura engolir o outro, não é só na de jogador de futebol. Na Medicina, um procura engolir o outro. É natural. Aqui, entre deputados e senadores, também é uma disputa imensa. Todo mundo é candidato em potencial ao melhor lugar. A luta pela sobrevivência é a mesma em toda profissão.

Determinados jogadores exigem de um clube popular uma fábula, que nem o Presidente da República receberia por mês. Esse clube já está empenhado com o INPS, como o Imposto sobre a Renda, em bilhões, já empenhou a sede toda na Guanabara, então paga cento e oitenta e sete mil cruzeiros mensais, bicho dobrado, diárias e não sei mais o que, por jogo. Isso tudo é despreparo do dirigente. Isso não acontece em Minas Gerais. Neste ponto, faço justiça aos dirigentes de futebol de Minas Gerais; isso não ocorre em Minas Gerais. O dirigente que foi alçado a essa presidência queria notoriedade muito rápida, efêmera e fugaz, com o objetivo que não era aquele de fazer o clube bem feito. Um dia me disseram: futebol não dá duas safras, você não consegue reeleger-se. Resolvi não fazer nada para ver se tinha realmente algum valor. E consegui reeleger-me sem fazer absolutamente nada, sem nem botar um cartaz, um retrato na urna, nada. Então, quem fez alguma coisa é reconhecido realmente.

Aqui confirmo a declaração do Presidente do Cruzeiro: quando o time perde, ele apanha de todo jeito; quando ganha, é só para os jogadores.

O Presidente do Cruzeiro é Felício Brandi, meu companheiro de jornadas de muitos anos. Torcemos para colocar o Cruzeiro e o Atlético na ponta dos cascos, como se diz na gíria.

Precisava haver uma disciplinação, para que o dirigente que fosse eleito à presidência de um clube tivesse pelo menos condições mínimas de como funciona um clube de futebol e como se deve tratar um jogador de futebol, caso contrário ou é tapeado ou tapeia o jogador. Este, o ponto que desejo fixar bem.

No Sul, temos boa graduação, dirigentes que vêm desde diretor de futebol até à presidência do clube. Em outros Estados, de uma hora para outra um homem que era play-boy é lançado à presidência de um clube. A situação é difícil. Só porque foi conselheiro já vai à presidência de um clube?! O conselheiro é o pior "corneta" que temos num clube de futebol. É verdade meio crua. É corneta contra o jogador. Chega lá e nos pressiona assim: você tem que tirar fulano, beltrano, tem que tirar o técnico, tem que tirar todos. É uma pressão tremenda. Não sei se acontece o mesmo em seu clube. Por exemplo, Wilson Piazza, já vi o técnico defendê-lo sobre essas suas dores. A dor é um problema subjetivo. Se o paciente se queixa, o médico não pode duvidar. Se tem confiança, tem que aceitar a palavra do jogador.

O SR. WILSON PIAZZA — Permita-me um adendo.

V. Ex* bem frisou a falta de preparação dos dirigentes. No caso do futebol brasileiro, quem é o responsável pela inflação, o jogador ou o dirigente?

É o dirigente mal preparado, porque não teria condições de fazer prevalecer uma decisão favorável ao jogador. Devia dizer: não temos estrutura, não temos condições de agilizar isso. Então, não podemos, realmente, renovar contrato dessa natureza.

O jogador tem direito de pedir, porque pedir não é proibido. Agora, dar, é só aquele que tem condições, e, às vezes, os clubes dão. Daí a situação vai piorando, porque o tudo vem a descoberto, tudo se comenta. Então, vê-se um jogador assinando por 80. Nunca procurei dirigente para fazer ponderação — está aí o Presidente como testemunha — nos meus contratos, do princípio ao fim, a não ser no primeiro, por questão de ponto de vista, de acordo com o trato de 1964 a 1966. Nesse contrato tive uma conversa com o Presidente, em termos de majoração, em termos daquilo que eu era quando jogador reserva e passei para titular. O Clube já me considerava titular. Nessa época, recordo-me como se fosse hoje, o Presidente, em termos de majoração, em termos daquilo que eu era "Você não é o titular. O titular é o outro que está machucado". Respondi-lhe que não tinha nada com aquilo. Estava jogando no time e, para mim, eu era o titular, até que o outro ficasse no meu lugar. Somente essa vez houve problema de renovação.

É questão de mentalidade, de conscientização, de visão de cada um. Meus contratos foram assinados e cumpridos religiosamente. Nunca usei do artifício de campeão mundial ou outro qualquer para chegar ao dirigente e pressioná-lo, a fim de que aumentasse uma quantia estabelecida, seja por 24 ou 12 meses, dentro dos meus contratos. Não, os respeitei sempre, mesmo que aquele jogador reservava tivesse passado a titular ou um outro qualquer estivesse percebendo mais do que eu. Nunca cheguei junto ao dirigente e lhe disse: não, o Sr. está pagando tanto aquele jogador e ele nem é de seleção; sou campeão mundial e quero, pelo menos, o dobro ou quero pelo menos isso... Não, tinha os meus contratos assinados e na hora de renová-los, procurava fazer um bom contrato, mas sempre respeitando as decisões firmadas diante do clube. Por isso que hoje, quando analiso os direitos e obrigações do jogador de futebol, o faço baseado em meu caso, porque sempre procurei respeitar os compromissos. Não admito em hipótese alguma, dentro da minha maneira de pensar, que haja desrespeito àquilo que seja meu direito. Não é nada contra ninguém, nada contra clube, mas apenas o meu ponto de vista.

O SR. FÁBIO FONSECA — Terminando, Sr. Presidente, pequena consideração para o hoje Vereador, ex-Capitão de Seleção Brasileira.

Até os dirigentes, são torcedores, são fãs dos seus grandes jogadores. Por exemplo, entendo que todos os craques do Atlético merecem o meu respeito, a minha homenagem, assim como os craques da Seleção Brasileira merecem o meu respeito e a minha homenagem. Eu os tenho até como ídolos. Outros presidentes também os têm.

Recordo aqui — e o Sr. Felício Brandi ficou até meio preocupado na época — de um fato. Comprei, em 1963, um jogador no Rio de Janeiro, e o fiz estrear contra o time do Sr. Felício Brandi, ocasião em que esse jogador meteu três gols no Cruzeiro — S. Sr. deve estar lembrado. No Democrata foram dois. No outro dia, mandei-o embora. Por que o mandei embora? Havia uma série de motivos gravíssimos. Preferi perder o jogador do que liquidar meu time de futebol. E ele ia liquidá-lo.

Com toda a sinceridade — V. Ex*, Vereador Wilson Piazza sabe — a maior parte dos nossos jogadores de futebol tem que ter um dirigente em cima, porque se não houver um desses camaradas "Caxias", como era o Felício Brandi e eu, o jogador acaba alcoólatra inveterado parte para as distorções sociais mais graves possíveis. E aquele partira para uma distorção grave. Quando o comprei no Rio de Janeiro, achei que era um bom negócio. Depois é que pude ver os seus defeitos.

O SR. WILSON PIAZZA — Ele não sabe, não tem consciência do que representa um jogador profissional no futebol.

O SR. FÁBIO FONSECA — Duas coisas muito importantes. Primeiro, minha homenagem aos atletas profissionais que encaram o futebol como uma profissão. E a faço na sua figura, Wilson Piazza, pois que espelha muito bem o profissional de futebol brasileiro. Uns são pseudo-profissionais. Wilson Piazza não. É um profissional reconhecido nacionalmente.

O SR. WILSON PIAZZA — Muito obrigado.

O SR. FÁBIO FONSECA — Esta, a minha homenagem.

Peço desculpas ao Sr. Felício Brandi, ao Dr. Ari da Frota Cruz, por me ter alongado um pouco, e mais ainda ao Sr. Presidente da Comissão e a meu companheiro Senador Itamar Franco. Meu aplauso e minhas congratulações à Comissão de Educação e Cultura do Senado pelo bom trabalho, que, na certa, servirá de contribuição futura para que possamos oferecer alguma coisa de real e palpável às relações clube-atleta de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Concedo a palavra aos Srs. Jornalistas aqui presentes.

O SR. PARTICIPANTE — Sr. Presidente do Cruzeiro, V. Sr tem alguma sugestão com relação à alteração da distribuição da Loteria Exportiva, no sentido de melhorar a situação dos clubes de futebol?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Esta nossa sugestão atenderia aos anseios dos clubes e nos livraria dessas despesas retiradas das arrecadações. Principalmente nos Estados, teremos melhores arrecadações. Tiram sempre da renda bruta. Vem a Federação, tira 10% da renda bruta. Numa renda de 4 milhões, a Federação tira 400. Depois, vem o estádio e tira 10% da renda bruta, que já não é mais bruta — tira mais 400. Vem a CBD e tira 5% da renda bruta, que não é mais de 4 milhões, e sim 3.200, mas ela tira sobre 4 milhões. Todos tiram sobre a renda bruta e o clube fica sempre com a parte mínima.

Tenho a impressão de que, se a Loteria desse essa ajuda para que os clubes pudesssem receber a renda total dos jogos, seria maravilhoso para as agremiações.

O SR. PARTICIPANTE — Seria 1 cruzeiro em cima dos cinco cruzeiros ou 1 cruzeiro dentro dos 5 cruzeiros?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Um cruzeiro dentro dos 5 cruzeiros.

O SR. PARTICIPANTE — Sem se aumentar o valor da quota.

O SR. FELÍCIO BRANDI — Exato.

O SR. PARTICIPANTE — Pergunto ao jogador Wilson Piazza se tem alguma sugestão a respeito da participação do jogador na transmissão do jogo pela televisão?

O SR. WILSON PIAZZA — O jogador é o responsável pelo espetáculo, é a figura principal, é considerado o artista. Então, tudo aquilo que girar em torno dele deve ter a sua participação.

O SR. PARTICIPANTE — Como essa participação deveria ser feita?

O SR. WILSON PIAZZA — É assunto por demais delicado. Vão-me perdoar dizê-lo.

Sabemos que a parte da Imprensa é muito importante na vida do jogador de futebol. Imprensa e futebol têm que caminhar sempre unidos, trabalhando unidos, porque é através da Imprensa que esse futebol entusiasma realmente e chama multidões. A imprensa dá cobertura aos clubes, cobertura gratuita, em páginas e mais páginas dos seus veículos de comunicação. Participando de uma entrevista, de um programa, se o jogador pede um cachê, é tachado de mercenário.

Aqui, em Brasília, em passagem durante um Campeonato Nacional, vi um jornal com o título "Mercenários do Futebol". Naquela ocasião, o time holandês Ajax, de Cruyft, estava muito bem. As entrevistas coletivas eram gratuitas, os jogadores não cobra-

vam nada. No entanto, para dar um autógrafo ou uma foto ao torcedor, cobravam um dólar. Se o repórter queria fazer uma entrevista com aquele jogador, dependendo do tempo ou da matéria, ele cobrava de 500 até 1.000 dólares. Se fizessemos isso aqui, no Brasil, se quiséssemos explorar tudo isso a que o jogador tem direito, um possível direito, aí, seríamos olhados de forma muito desagradável.

Compete ao jogador manifestar-se a respeito, mas também é preciso fazer-se estudo minucioso, para não ferir, por exemplo, dirigentes. A televisão vai pagar o televisionamento de um jogo. Se se perguntar ao dirigente se esse pagamento deve ser dado ao clube — pois o jogador é empregado desse clube, o clube está pagando para o jogador trabalhar — aí vão-se chocar a opinião dos jogadores com a dos dirigentes. Poderia ser uma participação do jogador, até mesmo relativa, junto com o clube.

O SR. PARTICIPANTE — Em sua opinião, é válido o critério adotado pelo Flamengo, de participação dos jogadores na receita das partidas? O Fluminense e o Botafogo estão adotando o mesmo critério.

O SR. WILSON PIAZZA — Depende da origem do clube. Por exemplo, no futebol carioca, no caso do Flamengo e Vasco, se o dirigente chegasse para mim e dissesse: não terá um ordenado, um salário, mas participará da renda dos jogos. Aceitaria facilmente, porque ganharia muito mais do que se ficasse restrito àquele valor mensal. Agora, vai-se fazer isso dentro do futebol mineiro, baiano ou pernambucano, em que a renda, se se vai jogar contra uma equipe pequena, é de 40 mil cruzeiros.

Vínhamos de uma Copa do Mundo, em 1970. Quinze dias depois de ser tricampeão mundial, vêm jogo do Caldense com o Cruzeiro e foi dos mais fracos em arrecadação. Parece que deu 5 mil cruzeiros. Não sei bem quantas pessoas havia no estádio. Era uma noite fria, uma partida adiada do campeonato, campeonato esse que já havia sido definido. Apenas jogávamos para efeito de cumprimento de tabela, e deu isso.

O SR. PARTICIPANTE — Nesse jogo, vocês ganharam a partida e receberam "bicho"?

O SR. WILSON PIAZZA — Ganhamos a partida e recebemos "bicho".

O SR. PARTICIPANTE — Então o dinheiro saiu do clube?

O SR. WILSON PIAZZA — Exato, saiu do clube. Dependendo do clube, dependendo do centro a que está filiado esse clube, é interessante ao jogador participar da renda. O clube não terá obrigação de retribuir mensalmente, mas, em compensação, o jogador terá participação na renda.

O SR. PARTICIPANTE — Ouvi dizer que os jogadores estão participando da transmissão de televisão. É verdade?

O SR. WILSON PIAZZA — Ouvi dizer, não tenho certeza. Parece que existe essa participação. Não sei como é distribuída.

Acredito, mais do que nunca, que o jogador tenha todo o direito de fazê-lo. É problema bem delicado, porque a Imprensa se julga no direito de dar cobertura. Quando a Imprensa promove, através de informações, noticiários dos clubes, ou do futebol, já tem a recompensa, ou seja, a venda da tiragem dos seus exemplares em número muito maior. Isso aconteceu no Brasil, igualmente nos Estados Unidos. Agora, em razão da ida do Pelé, houve modificação, transformação no futebol americano. Quando se chegava para jogar nos Estados Unidos, não se via nenhuma matéria, nenhuma cobertura, em termos de partida de futebol. Se se acabasse hoje, no Brasil, com a página de futebol, praticamente seria a falência do jornal.

Assim, a recompensa à Imprensa pela prestação de serviço gratuito aos clubes, ao jogador, é dada através da tiragem e da venda-gem dos seus exemplares.

O argumento de que irão televisar um jogo, mas não poderão pagar nada, porquanto vamos fazer cobertura gratuita do futebol, esse argumento não tem razão de ser. Justamente há a obrigação de pa-

gar, porque, através dos seus veículos de publicidade, dos seus patrocinadores, a televisão já está ganhando.

Há uma série de fatores que devem ser bem analisados, bem estudados, para se definir se somente o jogador poderá receber ou se também o clube terá participação.

O SR. PARTICIPANTE — Acredita que a Comissão poderia oferecer solução?

O SR. WILSON PIAZZA — Se bem estudado, procurando analisar bem, poder-se-ia chegar a uma definição se há realmente condições de dar essa gratificação unicamente ao jogador, ou se também ao clube. Dentro da nossa estrutura, não comporta.

O SR. MÁRIO NELSON — Apenas mais uma pergunta ao Sr. Presidente Felício Brandi.

Como bem frisou o nobre Deputado Fábio Fonseca, o futebol mineiro explodiu na década de 60 para todo o Brasil, em grande parte graças à conquista do título de Campeão Brasileiro pela Seleção Mineira. Foi aquela grande Seleção de 1963.

O Cruzeiro Esporte Clube vê a possibilidade da volta do Campeonato Nacional de Seleções, através de reformulação do calendário geral do futebol brasileiro?

O SR. FELICIO BRANDI — Não. O Campeonato Nacional de Seleções já é um método superado inteiramente. Na época em que era realizado, os clubes iam mais à falência. Ficavam dois, três meses cedendo jogadores para a Seleção e, no fim, dava Rio e São Paulo. Havia prejuízo enorme para os outros Estados. Acredito mesmo que o futebol tenha demorado mais a se desenvolver devido àquele método adotado de seleções estaduais para a disputa do Campeonato Brasileiro.

O SR. MÁRIO NELSON — Última pergunta: o direito de arena foi focalizado pelo companheiro, o caso dos jogadores profissionais que participam das arrecadações, das transmissões pela TV, que teve o seu primeiro ganho naquela decisão do Campeonato Paulista, entre Ponte Preta e Corinthians. Na prática, consagrou o início da participação dos jogadores na transmissão ao vivo do futebol brasileiro.

O Cruzeiro vê alguma possibilidade de composição com as emissoras de televisão, para que, através de um calendário, através de um remanejamento de datas, de ocasiões, de locais, possa ser feita, regularmente, a transmissão, ao vivo, do jogo pela TV?

O SR. FELICIO BRANDI — Vejo com a maior simpatia tudo que representa arrecadação, tanto para os clubes quanto para os jogadores. O Cruzeiro — devo frisar — é um dos clubes que pagam melhor no Brasil, porque procura sempre fazer jogos que possam trazer rentabilidade. O Cruzeiro não costuma fazer amistosos sem expressão, em que só há desgaste e as arrecadações são pequenas, pois não há motivação. O Cruzeiro não quer lucro. Quer apenas poder cumprir com os seus compromissos perante todos e perante os jogadores. Assim, o Cruzeiro vive em função daquilo que arrecada. Quando arrecada mais, distribui mais; quando arrecada menos, distribui menos. É a questão dos "bichos". Às vezes, são partidas em que as rendas são pequenas e as despesas do estádio, com a Federação, absorvem toda a arrecadação. Nessas ocasiões, o Cruzeiro não recebe dinheiro algum, mas mantém aquele padrão de "bicho" já acertado com os jogadores. Dê renda ou não dê renda, o Cruzeiro cumpre com aquela obrigação que foi contratada com os jogadores, dentro de um clima de cordialidade e compreensão.

De modo que, nesse problema da televisão, se as emissoras brasileiras tivessem patrocinadores que pudessem proporcionar aos clubes mais essa fonte de renda, é claro que nós também gostaríamos de estender esse benefício aos nossos atletas.

O SR. MÁRIO NELSON — Quer dizer que não há, necessariamente, antagonismo entre o futebol ao vivo e o futebol pela televisão, simultaneamente?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Não há. Sabemos muito bem que se a televisão vai mostrar o jogo, as rendas cairão bastante. Temos, em Belo Horizonte, a TV-Itacolomi, que atinge todo o Estado de Minas Gerais. Ela, ultimamente, tem jogado imagem para cidades próximas de Belo Horizonte. Assim, aquele grande público do Cruzeiro, que é o público do interior, deixa de ir ao Mineirão, porque a imagem chega à sua cidade facilmente, todos os domingos. A TV-Itacolomi tem um sistema de repetição que começa numa cidade bem próxima da Capital e se prolonga por todo o Estado de Minas Gerais.

Então, aquela torcida que normalmente se via no Mineirão, ônibus de toda parte, carros de toda parte, está deixando de existir, exatamente pela imagem que a televisão leva.

Sabemos disso, mas não criamos nenhum problema, porque também compreendemos a dificuldade da aquisição de gasolina aos domingos, não queremos privar o público do interior de assistir aos jogos do Cruzeiro. Assim, nos calamos, mas sabemos que estamos sendo tremendoamente prejudicados. O patriotismo fala mais alto. Ficamos quietos, deixamos que a imagem vá para o interior, evitando, desta forma, que esses torcedores venham a Belo Horizonte para assistir aos jogos.

O SR. MÁRIO NELSON — O Cruzeiro recebe algum direito por essas transmissões?

O SR. FELÍCIO BRANDI — Não, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Tínhamos preparado uma série enorme de indagações ao Presidente do Cruzeiro, ao Dr. Ari da Frota Cruz e ao Vereador e ex-atleta Wilson Piazza. Entretanto, diante do magnífico, do sério trabalho apresentado, as nossas perguntas perderam o valor.

Nesta oportunidade, encerrando mais uma reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, expresso nosso profundo penhor de agradecimento pela valiosa contribuição que o Cruzeiro nos prestou, através do seu primeiro-mandatário — o Dr. Felício Brandi, através do Dr. Ari da Frota Cruz e do Vereador e grande nome do futebol brasileiro e mundial e ex-Comandante da Seleção vitoriosa do Brasil — Wilson Piazza. Agradecemos, também na mesma dimensão, aos nossos colegas Senador Itamar Franco, de Minas Gerais, e ao Deputado Federal Fábio Fonseca, ex-Presidente

do Clube Atlético Mineiro, assim como a todas aquelas pessoas que, com sua presença, com suas indagações, colaboraram para o sucesso desta reunião.

Na próxima sexta-feira teremos, aqui, a presença do Sr. Presidente do São Paulo Futebol Clube, do Jornalista titular de esportes da Tupy — Walter Abraão, e do craque uruguai que vem prestando, há longos anos, sua colaboração ao futebol brasileiro — Pedro Rocha.

Perguntamos se alguns dos presentes desejam usar da palavra.

O SR. FELÍCIO BRANDI — Sr. Presidente, aproveitamos esta grande oportunidade que nos foi oferecida para, através de V. Ex^a, prestar a homenagem do Cruzeiro ao Senado Federal com uma pequena lembrança, e, igualmente, uma homenagem à Câmara dos Deputados, através do Deputado Fábio Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. FELÍCIO BRANDI — Pedimos ao nobre e querido Atleta Wilson Piazza passe às mãos do Deputado Fábio Fonseca a lembrança do Cruzeiro, em homenagem à Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. FÁBIO FONSECA — São estas fidalguias do mineiro, especialmente do seu futebol, que nos sensibilizam.

Presidente do Cruzeiro Felício Brandi, em nome dos Srs. Deputados desportistas da Câmara Federal, recebo esta lembrança. Vou transmitir a todos este ato de elegância e de cortesia que o Cruzeiro Esporte Clube proporciona. No momento represento meus pares. Outros melhores poderiam ter esta representação.

Deixo bem claro que, ao receber esta homenagem, o faço de coração, porque sei que o Dr. Felício Brandi, embora meu inimigo nas quatro linhas, nos 90 minutos ou nas prorrogações, fora disso somos muito amigos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evelásio Vieira) — Nada mais havendo que tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas.)

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
José Sarney
Mattoz Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MAIORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares

- 1. Otair Becker
- 2. Benedito Ferreira
- 3. Itálvio Coelho
- 4. Murilo Paraíso
- 5. Vasconcelos Torres

Suplentes

ARENA

- 1. Dinarte Mariz
- 2. Saldanha Derzi
- 3. Mattoz Leão

MDB

- 1. Agenor Maria
- 2. Roberto Saturnino

- 1. Adalberto Sena
- 2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares

- 1. Heitor Dias
- 2. Jarbas Passarinho
- 3. Dinarte Mariz
- 4. Teotônio Vilela
- 5. Braga Junior

Suplentes

- 1. Saldanha Derzi
- 2. José Sarney
- 3. Otair Becker

MDB

- 1. Agenor Maria
- 2. Evandro Carreira

- 1. Evelásio Vieira
- 2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA — (CCJ)**
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes	6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálvio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard	
5. Orestes Quércia	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramais 623 e 716

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Augusto Franco
2. Murilo Paraiso	2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro	3. Braga Junior
4. Osires Teixeira	4. Altevir Leal
5. Soldanha Derzi	5. Luiz Cavalcante
5. Wilson Gonçalves	
7. Virgílio Távora	
8. Alexandre Costa	
	MDB
1. Itamar Franco	1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza	2. Nelson Carneiro
3. Adalberto Sena	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Milton Cabral	1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello	2. Augusto Franco
3. José Guiomard	3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante	4. Domício Gondim
5. Murilo Paraiso	5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres	
7. Dinarte Mariz	
8. Otair Becker	
	MDB
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Marcos Freire	2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. Helvídio Nunes
2. Gustavo Capanema	2. Ruy Santos
3. João Calmon	3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann	4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho	
6. Cattete Pinheiro	
	MDB
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Paulo Brossard	2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena	

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Brossard
Vice-Presidente: Domício Gondim

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Teotônio Vilela	1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa	2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves	3. Lourival Baptista
4. Domício Gondim	4. Daniel Krieger
5. Helvídio Nunes	5. José Guiomard
6. Lenoir Vargas	6. José Sarney
7. Mattos Leão	7. Saldanha Derzi
8. Ruy Santos	
9. Braga Junior	
10. Tarso Dutra	
11. Virgílio Távora	
12. Magalhães Pinto	
MDB	
1. Paulo Brossard	1. Danton Jobim
2. Evelásio Vieira	2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rocha	3. Evandro Carreira
4. Roberto Saturnino	
5. Cunha Lima	

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Orestes Quérica

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Jessé Freire	1. Braga Junior
2. Ruy Santos	2. Virgílio Távora
3. Lenoir Vargas	3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho	4. Domício Gondim
5. Lourival Baptista	
6. Accioly Filho	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quérica	2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Milton Cabral	1. José Guiomard
2. Domício Gondim	2. Murilo Paraíso
3. Arnon de Mello	3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante	
5. Jarbas Passarinho	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Franco Montoro
Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306	
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716	

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena
Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Helvídio Nunes	1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann	2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi	3. Jarbas Passarinho
MDB	
1. Danton Jobim	1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena	
Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134	
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas	
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623	

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares

Suplentes
ARENA

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos
Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares

Suplentes
ARENA

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

Suplentes
ARENA

1. José Guiomard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

MDB

1. Benjamim Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00